CEMAP_JORNAL_DE_DEBATES_2_DE_FEVEREIRO_A_8_DE_FEVEREIRO_DE_1976_N_2

"Não concordo
com uma só palavra
do que dizes mas
defenderei até a morte
o teu direito de dizê-lo"

# JORNAL DE DEBATES

FUNDADO EM 1946 POR MATTOS PIMENTA, PLÍNIO CATANHEDE E MÁRIO DE BRITO
Diretor: Mattos Pimenta
Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro a 8 de Fevereiro de 1976
Ano XXX Nº 2
Cr$ 5,00

## José Arthur Giannotti
## Antônio Bulhões
## Carlos Chagas
## Oswaldo Aranha
## Alzira Vargas
## do Amaral Peixoto
## Eduardo Frei
## Irineu Guimarães
## Otto Lara Resende
## Teotônio Villela
## Clóvis Levi
## Antônio Barros de Castro

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

# CARTAS

## CONTRA EUZÉBIO

☆ Sr. diretor:

É com imenso prazer que vemos ressurgir em nosso conturbado meio jornalístico a tribuna em que renomados patriotas como Juarez Távora, Eugênio Gondin e Plínio Salgado tantas vezes levantaram suas vozes para esclarecerem o espírito das multidões. Necessário se faz no entanto alertar os diretores deste tradicional hebdomadário contra os equívocos perpetrados por ideologias apátridas, atualmente tão em voga – outra coisa não intentamos nesta missiva.

É com profundo pesar que notamos, já no primeiro número, a presença insinuante de desavergonhados filisteus que ousam macular os mais legítimos anseios emanados no consenso nacional e magistralmente interpretados pelo poder Executivo.

Assaltados fomos pelas veleidades cometidas pelo sr. Euzébio Rocha em sua peroração aviltante e prenhe de inverdades. Desnecessário se torna refutar os argumentos apresentados pelo articulista em vista da pública e notória inidoneidade e suspeição de suas fontes e dados, quando as cita.

Acicatar ânimos contra a realidade, tal como esta se nos apresenta hoje, constituiria mera capitulação diante da incomensurável penetração orquestrada pelo bolchevismo internacional ou, se não tanto, uma inoportuna manifestação de nostalgia patológica.

Impertinência, sr. diretor. Onze anos de intenso labor em prol do desenvolvimento integral da nossa sociedade não podem se diluir diante de mesquinharias, diante da fortuita tentativa de reviver um passado pela nossa nação já sepultado. Aí estão realizações irrefutáveis das quais jactamo-nos com razão: a Transamazônica, Funrural, PIS, PASEP, FGTS, crescimento do PIB e do PNB, a ponte Presidente Costa e Silva, para citarmos apenas obras que o mundo não desconhece.

*Oscácio Mazzedi*
Belém

## PRÓ-PETROBRÁS

A Petrobrás foi uma conquista do povo. Conseguida pela firme determinação dos intelectuais, trabalhadores, estudantes e militares. Vitória alcançada pela maior mobilização popular da história do país.

A Petrobrás é um símbolo para o desenvolvimento econômico independente. Por isso o imperialismo quer a sua destruição.

Hoje, a Petróleo Brasileiro S.A. é a maior empresa do país, e uma das maiores do mundo. Desenvolve tecnologia própria e possui sólida posição econômico-financeira. Há pouco, por sua determinação, foi realizado um levantamento completo do potencial petrolífero do país. *Então, por que os "contratos de risco", se a empresa tem tecnologia, capital e o levantamento das jazidas?*

Vejamos então:

O "milagre brasileiro" foi criado através de vantagens sempre maiores às empresas multinacionais, e às expensas do sacrifício da maior parte da população do país. Para que ele fosse possível, a mortalidade infantil e as doenças contagiosas, resultados diretos da miséria e da fome, aumentaram assustadoramente. Além disso, um crescente e volumoso endividamento externo do país era apresentado como razoável para uma nação que se encontrava com grandes taxas de desenvolvimento.

*O "milagre brasileiro" foi um desastre.* O grande crescimento econômico brasileiro só ocorreu durante um curto período de tempo em que a economia do mundo capitalista se encontrava em euforia. Para se conseguir um crescimento efêmero esmagou-se o mercado interno e criou-se uma dívida externa tão alta, que a crise que atingiu recentemente as economias de mercado, colocou o Brasil à mercê dos países credores, brancos e companhias internacionais.

A grande dependência do país aos bancos internacionais, tornaram-no facilmente suscetível e dependente frente às pressões dos grandes cartéis do petróleo.

Os "trustes" petrolíferos estão sendo rechaçados mundialmente. Estão perdendo as suas regalias da Venezuela ao Oriente Médio. Conseqüentemente precisam de novas áreas para perfuração e exploração. E no Brasil, após o mapeamento das jazidas petrolíferas, encomendado pela Petrobrás, resta apenas o trabalho de perfuração e da extração de grandes lucros nas áreas já delimitadas.

Na luta pelo monopólio muitos patriotas morreram, nas ruas e nas prisões. Teria esse sangue sido derramado em vão?

A Petrobrás é o resultado da luta e do sacrifício de todo um povo. E hoje, as decisões sobre o seu destino são tomadas por uma cúpula, sem a participação dos brasileiros. Até mesmo o acesso às informações tem sido negado ao povo. Comete-se o crime e o escondem, já que toda a imprensa só pode pronunciar-se a favor dos contratos de risco.

A conquista e a criação da Petrobrás foi uma vitória de todos os brasileiros. A concretização do monopólio estatal do petróleo foi o resultado da união das mais diferentes correntes de opinião pública e políticas em torno de um objetivo comum: *combater o entreguismo.*

O *Jornal de Debates* caracterizou-se por ser uma tribuna democrática que acolheu as mais diversas opiniões produzidas pela realidade nacional, sobre temas como o monopólio estatal do petróleo, a desnacionalização da economia brasileira e a questão da democracia.

Em função do momento que atravessamos, julgamos ser de extrema valia o retorno de tão ilustre democrata ao cenário nacional. Assim as entidades abaixo decidiram vir a público em apoio a sua decisão de assumir a direção do **Jornal de Debates**, esperando que este cumpra novamente o papel que já o consagrou na História.

*Diretório Central dos Estudantes – PUC*
*Associação de Pos-Graduação – PUC*
Rio de Janeiro, RJ

## CHAMPANHOTA

☆Senhor Redator:

Várias cartas escrevi no sentido desta que lhe estou endereçando, mas não as vi publicadas nos dois jornais cariocas aos quais me dirigi. Assino-os aqui em Mato Grosso, onde sou fazendeiro. Recebo-os com absoluta regularidade. Por isso, concluí que deveria escrever a um outro jornal onde me dessem possível abrigo – um jornal como esse, que não tem coluna social. Apesar de fazendeiro, não aplico o que me vem da terra comprando terrenos na Barra da Tijuca. Tonteio com o que está acontecendo nesse campo: a alucinação imobiliária parece ser hoje o retrato de uma sociedade em fim de festa. Mas esse retrato está melhor nas colunas sociais, onde se vê que, por um jantar numa boate do Rio, há quem pague 3 mil cruzeiros, e daí pra cima.

Ora, se isso já é um desenfreio, um *desembesto,* para falar como os vaqueiros do Pantanal, desmantelo maior é divulgar dia a dia tais ostentações. O governo, tão empenhado em conter a malfadada subversão em nossa gloriosa pátria, deveria meter na cadeia os colunistas sociais. Porque, noticiando o que noticiam, eles estão preparando meticulosamente o caldo da subversão no Brasil. São os seus laboriosos arquitetos. Suas notas acirram o ódio de classes, provocam o ressentimento e a revolta social. Antes de vir dedicar-me às fainas rurais, freqüentei minha faculdade de direito. Ouvi, como estudante, no Rio, conferências várias. E aprendi que há uma disciplina importantíssima chamada de psicologia social. Pois bem. Os colunistas sociais agem no campo psicossocial, subliminarmente pregando a subversão. Pregando de forma especiosa e sutil: numa época de vida dura, mostram que há quem num jantar torre vários salários-mínimos juntos, como se vivêssemos numa sociedade de marajás. Ou reis do petróleo.

O pai de família encurralado pelo aluguel, acossado pelas prestações, apoquentado com as queixas da mulher sobre o orçamento doméstico cada vez mais magro, em cada mês sobrando mais mês do que salário, ao ler um colunista social transforma-se num revoltado em potencial. E assim, eles, os colunistas, preparam o terreno que os inimigos da pátria querem ter a seu dispor: a terra minada da insatisfação social. Eu, que não vivo de salários, mas do duro trabalho rural, não entendo como em champanhotas e esticadas se gaste o que se gasta e ainda por cima registre-se na imprensa tais exibições como se fossem atos honrados e honrosos. É preciso acabar com os colunistas sociais antes que eles entreguem o Brasil à desordem social. Porque acabando com eles, corta-se o mal pela raiz. Os exibicionistas, não tendo mais quem lhes trombeteie a ostentação insana, hão de parar no seu desvario. E parando, a subversão perde seu hoje mais precioso colaborador psicológico. Não é exato?

*Afonso Marques dos Santos*
Cuiabá

## O OPERÁRIO PAULISTA

☆Senhor diretor:

Aproveitei a semana que medeia entre o Natal e o Ano Novo para passar uns dias com minha família, na minha cidadezinha mineira de Rio Branco, um lugar quase esquecido de Deus, que fica entre Ubá e Viçosa. Estiquei minha permanência aqui até hoje, segunda-feira, quando regressarei a São Paulo, onde trabalho e estudo. Ora se deu que ontem um jornal do Rio esbarrou por aqui e nele havia uma reportagem sobre a mentalidade do operariado brasileiro, particularmente o paulista. Não é o mesmo operário da década de 20, período do início de nossa industrialização. O operariado bandeirante daquele tempo era reivindicativo, porque, diz o jornal, a então classe operária era constituída de imigrantes europeus, todos imbuídos de teorias políticas anticapitalistas. Nem naquele tempo havia sociedade de consumo. O operariado paulista de hoje é constituído de brasileiros oriundos das nossas regiões agrárias, sobretudo do nordeste e de Minas. Não está interessado na vida política do país e, se preferência política tem, é por Estado autoritário e paternalista, vício que lhe foi inoculado pelo mito getulista, esclarece a reportagem. E também deformação devida à sociedade de consumo. Quer dizer: ele está interessado não na "mais-valia" mas na "mais Valita" – quer ter mais eletrodomésticos, se possível um carro, ainda que de terceira mão, e assim por diante. E possível que todas as explicações de ordem sociológica sejam válidas, para explicar a apatia política do operariado bandeirante e do brasileiro, em geral, como a referência à sociedade de consumo. A sociologia é um saco de gatos em que cabem angorás e felinos de outras espécies. É como o biquini mostra tudo, menos o essencial. E que é o essencial, nesse caso? A indiferença política do operariado bandeirante deve ser procurada na sua própria composição. Vindo das zonas rurais, esse operário, ao ter salário industrial, já fez a sua revoluçãozinha particular. E porque a fez, não quer saber de mais nada. O problema não está, pois, no seu comportamento *atual,* mas nas causas que o determinam: a extrema pobreza do meio rural de onde ele provém. Mineiro do interior, conheço essa pobreza: fui sua testemunha ocular, como se diz nos processos. No fundo, no fundo, continuamos sendo o país do Jeca Tatu. Mas onde estão os Monteiros Lobatos para porem, de novo, a boca no mundo?

*Miguel Santos Reis*
São Paulo

JORNAL DE DEBATES

**Fundadores**
Mattos Pimenta
Plínio Catanhede
Mário de Brito

**Diretores**
Mattos Pimenta (1946/1952)
Plínio Catanhede (1946/1952)
Mário de Brito (1946/1948)
Rafael Correa de Oliveira (1948/1950)
Osório Borba (1948/1949)
Gentil Fernando de Castro (1947/1953)
Marcus Pereira (1955)
Rubens Paiva (1955)
Limeira Tejo (1973/1974)

**Diretor**
Mattos Pimenta

**Redator-Chefe**
Cícero Sandroni

**Secretário de Redação**
José Eduardo Lampreia

**Colaboradores**
Maria Verônica da Silva Guedes
Penha Murat do Pillar

**Produção Gráfica**
Sheila Santos

**Diagramação**
Ângela Monteiro
Sheila Santos
Fundado em 1946
Redação e Administração: Av. Rio Branco 156, sala 1222. Telefone 242-7395
Impressão — Arca Editora e Gráfica S.A. — Rua Equador 702,
Rio de Janeiro, RJ. Tel: 223-1715
Distribuição: Superbancas Distribuidora de Jornais, Livros e Revistas Ltda. — Rua do Resende, 18. Rio de Janeiro, RJ.
Publicação da Editora Crítica Ltda.
**Diretor Responsável**
Cícero Sandroni

ASSINATURAS

Nacional

☐ anual Cr$ 250,00
☐ semestral Cr$ 125,00

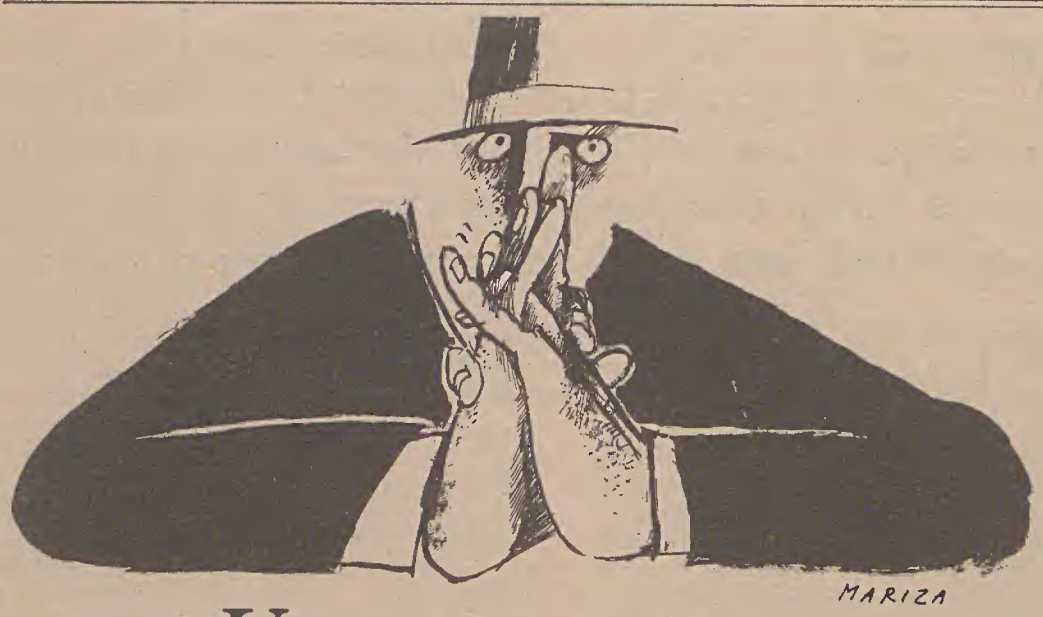
Exterior

☐ anual US$ 60
☐ semestral US$ 30

Nome .....
.....
Endereço .....
.....
CEP ..... Cidade .....
Estado .....

Cheques ou vale postal a favor de **Jornal de Debates**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM




**Os políticos surpreendem-se a cada movimento do governo. Quem ousará prever o que vai acontecer nas próximas 24 horas? Quem conhece o desfecho do próximo episódio? Para lá e para cá tudo é possível. Continua-se a falar numa hipotética reforma institucional, mas do outro lado não faltam intimidações ao MDB, que se lança na campanha eleitoral. O terreno está minado. É bom saber onde se pisa.**

# *Uma no cravo e outra na ferradura*

CARLOS CHAGAS

A política do presidente Geisel tem surpreendido em cada episódio. Seu primeiro discurso, ainda como candidato da Arena, foi duro, dando a impressão de que nada iria mudar em termos institucionais. Ele falava da importância de ser mantido o binômio desen-desenvolvimento-segurança e não acenava com maiores perspectivas de institucionalização ou democratização. Por isso os meios políticos não entendiam por que S. Excia. recebia cada vez mais parlamentares e líderes partidários, em seu gabinete do Largo da Misericórdia. E muito menos acreditavam no que diziam alguns inconfidentes, que ao sair daqueles encontros manifestavam a maior esperança numa profunda alteração de posturas entre o terceiro e o quarto governos da revolução.

Veio o discurso de posse, ainda cauteloso. O mais a se tirar, em questões políticas, foi o termo "aperfeiçoamento do regime". No entanto, na prática, logo nos primeiros meses de governo, as constatações foram outras. O presidente convocava políticos, estimulava o debate e breve se referia à necessidade da imaginação criadora dos políticos ser utilizada para o encontro de fórmulas constitucionais capazes de perpetuar o clima de paz e tranqüilidade vigentes. Tudo era esperança, ou, pelo menos, em esperanças se tornaram as espectativas. O debate começou realmente e em pouco tempo deputados e senadores propunham estudos e projetos mais ou menos sólidos, onde o fim do AI-5 parecia peça fundamental.

Nova surpresa: em pronunciamento à nação o general esfriou os ânimos, acentuando que no ato ninguém tocava. Ele não tinha a menor intenção de revogá-lo, pois instrumento necessário ao contexto, ainda que não fosse necessariamente utilizá-lo. Admoestou, na oportunidade, arenistas mais afoitos que já falavam no fim do instrumental de exceção.

Era a distensão estancada, e breve, apesar dos bons augúrios do senador Teotônio Vilela, dos poucos que, arenistas, ainda acreditavam numa transformação rápida das estruturas do regime. Mas vieram as eleições de novembro de 74 e, nova surpresa: o governo não só permitiu, mas garantiu campanhas as mais livres possíveis, onde a voz do MDB se fez ouvir alta e clara em todos os auditórios. Estimulado, o povo votou com a oposição, não contra Geisel e suas concepções, senão que contra o passado recente, ou seja, Médici e o seu imobilismo. O presidente, mesmo surpreendido pela avalancha da votação emedebista, fez questão de cumprimentar o partido adversário, garantindo as posses e os debates posteriores. Era a distensão mais uma vez em marcha.

Acontece que em função do açodamento de alguns parlamentares do MDB, outra alteração teve lugar no pêndulo: queriam alguns oposicionistas instaurar comissões parlamentares de inquérito que examinassem o problema dos direitos humanos apurando os desaparecimentos. Logo se registraram reações veementes nos setores da revolução e o general Geisel as encampou de modo ostensivo: que a classe política não provocasse o sistema, ou tudo viria por água abaixo.

As coisas continuaram em banho-maria, ou seja, os partidários da distensão acentuando que ela existia, ainda que o governo achasse cedo para a elaboração de projetos de reforma institucional, e os céticos ou realistas afirmando que nada iria mudar.

A cassação do mandato do senador Wilson Campos, por corrupção, não chegou a abalar as convicções positivas, uma vez que a opinião pública ficou do lado do governo, contra a anterior decisão do Senado que absolveu o parlamentar.

Chegou o fim do ano e surgiram novos alentos. O general Golbery do Couto e Silva, informava-se, estava pedindo a deputados que aproveitassem o recesso parlamentar para a elaboração de fórmulas e soluções institucionais que compatibilizassem a revolução com a democracia. Logo se insurge o ministro Armando Falcão, que em nome de Geisel desmentiu a hipótese, enfatizando que nada iria mudar. Mas como o deputado Francelino Pereira, novo presidente da Arena, desdisse o ministro ao sair do gabinete presidencial, admitindo reformas futuras, ficou tudo nebuloso como sempre.

O ano em curso começava bem, neste sentido. Seria um ano eleitoral, sem alterações maiores, porém dava a impressão de um ano em que os laboratórios experimentais trabalhavam com afinco, preparando projetos para 1977.

Eis, no entanto, outra surpresa: na primeira semana o presidente Geisel cassa dois mandatos de deputados paulistas, aparentemente por motivos políticos, uma vez que não foram conhecidas outras implicações. Uma ducha de água fria na classe parlamentar e no ano. Regozijo entre os radicais e desespero entre os liberais. Menos de 10 dias se passaram quando ocorre nova reviravolta: diante da morte de mais um preso político nos calabouços do aparelho de repressão, Geisel afasta liminarmente o comandante do II Exército, substituindo-o por um general que, pela primeira vez em muitos anos, concede entrevista coletiva à imprensa. E fala dos direitos humanos, do respeito à lei e à integridade física de todos os cidadãos, mesmo os presos.

Assim chegamos aos dias atuais: quem ousará prever o que vai acontecer? A quem é dado conhecer o próximo episódio? Para lá ou para cá tudo é possível. Continua-se a falar de uma hipotética reforma institucional, ainda que do outro lado se cerceie e intimide o MDB em sua tentativa de ganhar novas eleições. As estações de rádio e televisão transmitem pronunciamentos de arenistas, mas são chamadas à ordem quando tentam dar a vez ao MDB.

De prático e de real, uma constatação: o clima de debates é sensivelmente melhor do que nos tempos de Médici. Não há censura total à imprensa, como antes. Mas os condicionamentos aí estão, bem como a presença indefinida do AI.5. Quantas reviravoltas ainda assistiremos, até dezembro?

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

O ex-presidente do Chile escreveu um livro sobre o momento político do país, "O Mandato da História e as Exigências do Futuro". Ao analisar o que acontece hoje sob os seus olhos, o antigo mandatário não poupou palavras e disse tudo o que desejava dizer. O governo de Pinochet inicialmente proibiu a circulação e"O Mandato", mas mais tarde resolveu permitir sua venda. "Jornal de Debates" publica pela primeira vez no Brasil um resumo do livro

# FREI E A SITUAÇÃO CHILENA

*Com muita freqüência me formulam uma pergunta: que pensa sobre a situação do Chile?*
*Esta é minha resposta.*

Inicio este escrito movido por um imperativo do qual não posso subtrair-me, já que me é impossível ocultar a profunda angústia que sinto pelo futuro de nossa pátria. Não teria querido fazê-lo, porque sei que o que disser, dará origem a incompreensões e ataques das mais contraditórias procedências, ou suporão, sem fundamento, as mais diversas intenções. Mas tudo isso carece de importância frente a dramática situação que estamos vivendo.

Tenho para com o povo chileno responsabilidades que vão mais longe de minhas limitações pessoais, pois este me dispensou reiteradas vezes sua confiança ao designar-me para representá-lo no Parlamento, e depois ao eleger-me presidente da República, com a mais alta votação até agora conhecida. (...)

Durante mais de 40 anos, seguimos uma só linha de conduta contra toda tentativa totalitarista, qualquer que sejam sua origem ou suas formas; em nosso governo se respeitaram todas as liberdades e cumprimos até o final a obrigação da Constituição de entregar o poder a quem havia sido legitimamente eleito. Temos, no entanto, sofrido os mais injustos ataques e acusações, que, foram se desvanecendo, porque felizmente à medida que passa o tempo a mentira se desintegra sozinha. (...)

Não é meu costume responder a esses ataques. Como o país sabe, raramente me rebaixei a preocupar-me com eles – e nessas circunstâncias poderia resultar até sem importância – porque creio que não é hora de preocupações partidárias nem de referências pessoais que interessam pouco, diante dos problemas que afligem o país, e porque finalmente o juízo da História não poderá ser desviado por uma campanha que por falsa é irremediavelmente efêmera.

No entanto, nesta oportunidade estimei ser necessário, antes de dar início à exposição de meu pensamento, esclarecer algumas dessas falsidades, pois, parafraseando o poeta, "*las dicen algunos malvados para engañar a los tontos*".

Também me obriga a falar da perseguição e incompreensão de que são vítimas tantos chilenos, e por razões bem fáceis de entender não posso calar as que sofrem os democratas-cristãos por toda a extensão do país por serem leais a suas idéias e princípios.

A verdade é que isto não deveria nos surpreender, porque não é mais que a repetição de uma atitude mantida por grupos de extrema direita. Desde que se fundou a democracia cristã, combateram-na com todas as armas de que dispõem por representar idéias e posições que conduzem a uma profunda transformação da sociedade chilena em função da grande maioria de seu povo.

## *Esforços para afogar todas as mudanças*

Esses grupos olharam sempre com resistência aos movimentos que encarnam uma ameaça para seu *status quo* e a História nos mostra, em cada etapa de seu desenvolvimento, seus esforços para afogar toda tentativa que signifique uma mudança ou que atenta contra seus privilégios. Hoje esse processo se acentuou, porque a preeminência política não a têm nem sequer os grupos clássicos da direita chilena, que inegavelmente mantiveram uma tradição democrática, senão que a exercem os grupos mais extremados cujo caráter fascista ou intreguista se coloca claramente ante o país. Sentem estes uma extremada aversão por toda forma autêntica de democracia, porque a consideram um dos maiores obstáculos para sua ação. O ataque à Unidade Popular e ao Partido Comunista lhes é fácil, pois contam com dois fatores que os favorecem: a resistência de uma grande maioria dos chilenos à ideologia que os informa, e à experiência vivida durante o regime da Unidade Popular, cuja lembrança não desapareceu. Mas muito diferente é o nosso caso, da mesma forma que outros setores democráticos, posto que combateram abertamente seus erros. (...)

Para os setores da extrema direita, seria ideal poder dividir a opinião pública entre comunistas e anticomunistas, entre marxistas e fascistas, sem nenhuma outra alternativa. O maior perigo, a mais grave ameaça para eles, é que o país saiba que não está preso a esse dilema, e que existem diversos grupos, com distinta inspiração ideológica, que pensam, da mesma forma que a grande maioria dos chilenos, que só a democracia garante a paz e a justiça, o exercício da autoridade e uma razoável convivência. Necessitam convencer ao país que não existe outra solução: ou eles, ou o comunismo.

## *Para a direita, esta é a última chance*

A aceitação dessa posição lhes dá, naturalmente, a possibilidade de consolidar-se pelo menos durante algum tempo, apesar de como demonstra a experiência histórica, saiba-se de antemão qual é sempre o final destes processos. Porque à extrema direita o importante é o *hoje* e não o *amanhã*. Para eles o *amanhã* não tem destino. (...)

Estes grupos de extrema direita sabem que esta é sua última oportunidade. Sua única oportunidade. Pressentem que com eleições livres seriam minoria absoluta nos sindicatos, nas cooperativas, nos grêmios profissionais, nas universidades, tanto a nível acadêmico quanto estudantil, isso para não falar numa eleição em que o povo elegesse seus mandatários.

Todo seu interesse reside então na manutenção da atual situação. O dia que ela termine não serão nada nem ninguém. As idéias que os mantêm e as fórmulas que pretendem aplicar não são aceitas em nenhuma parte. Sabem que são uma minoria ínfima e que nos setores da direita há graves reservas com respeito a sua ação. Por isso sua estratégia fundamental para consolidar-se é, uma vez mais, destruir toda alternativa possível. (...)

Claramente pretendem envenenar a alma do país; e dizemos pretendem, porque este país tem sido democrático não casualmente durante 160 anos; e o chileno tem um espírito alerta e crítico e um fundo de bom juízo que nenhuma propaganda pode enodoar. Para isso recorreram até, entre outras armas, à publicação e distribuição de livro escrito por um fascista brasileiro, que hoje se utiliza para relacioná-lo com o fatb de havermos transferido o governò ao senhor Salvador Allende. Esquecem os que assim procedem que este livro foi publicado no ano de 1965, ou seja, há 10 anos, quando se iniciava nosso governo. É muito importante recordar... a razão desta campanha e a intenção de seus autores.

Ultimamente têm aparecido dois folhetos que contêm ataques parecidos. Seria interessante averigüar quem paga no estrangeiro a edição suculenta do livro do brasileiro, que se distribuiu por toda a América Latina, quem tem tanto dinheiro para importá-lo e presenteá-lo de forma gratuita por todo o país, e impunidade até para colocá-lo sem franquia nas caixas postais ou distribui-lo nas casas depois da hora do toque de recolher. Seria também digno de se perguntar por que esse livro e esses folhetos, apesar do recesso político e da censura, conseguem circular e, mais ainda, são enviados às forças armadas como se o nível intelectual de quem as compõe pudesse alimentar-se com panfletos tão ruins, o que, além de desonesto, resulta indecoroso e um abuso de confiança para com estas instituições que merecem o maior respeito intelectual de quem pretende concientizá-las com tais embustes.

As forças armadas, que por décadas se mantiveram afastadas do debate político e têm sido instituições nacionais à margem da luta partidária, não podem agora ser objeto de pessoas que distribuem entre elas folhetos mentirosos e impregnados de ódio, aos quais são garantidos uma vida livre para injuriar e mentir enquanto os ultrajados estão reduzidos ao silêncio. (...)

Quais são finalmente, os argumentos que se esgrimem? Se os analisamos com cuidado podemos chegar à conclusão clara e definitiva de que o recurso de fundo consiste em manter que a democracia cristã preparou o caminho para o comunismo pelo fato de ter iniciado e realizado no Chile profundas transformações de ordem social, econômico, político e educacional. No fundo está latente nestas pessoas a velha tese de alguns senhores do século passado e parte do presente que mantinham

## *"Fui, dentro da lei, adversário de Allende"*

que ensinar a ler e escrever ao *miserável* era um grave erro porque encerra o risco de sua insubordinação. Isto, que parece exagerado, no fundo é exato. Com a mesma visão se burlaram da classe média, que durante tanto tempo consideraram composta exclusivamente por *cafajestes* a que, no entanto, chegou a ser a força mais vital na vida da nação, apesar do não dissimulado desprezo daqueles *visionários*. (...)

Com a peregrina teoria de que as reformas e as mudanças pavimentam o caminho ao comunismo, queria dizer que os únicos grandes anticomunistas da história foram os czares da Rússia que impediram todas as reformas, que confiaram na repressão e que conduziram inevitavelmente à catástrofe seu próprio império; ou o general Batista, cuja atuação provocou a revolução e a ascensão ao poder de Fidel Castro. Poderíamos acrescentar Portugal e seu corporativismo, e seguir com uma lista sem fim. (...)

Se fui um tenaz opositor ao governo de Salvador Allende sempre o fiz dentro da democracia, do respeito e da defesa da lei. Não há um só ato que possa desmentir esta categórica e definitiva afirmação.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A crise econômica e política por que passa o Chile, como ocorre em diversos países do mundo, não pode justificar afirmações genéricas que são anti-históricas e contrárias à realidade chilena e ao mais rico e criador de sua própria fisionomia como nação. Em vez de buscar caminhos novos para reconstruir essa democracia que levou a tão alta posição o nome do Chile, modificá-la em suas instituições em função das profundas mudanças que experimenta o mundo pelas novas condições que afetam mais que um regime, uma civilização, e em vez de entroncar seu objetivo com o que foi a verdadeira história deste país, que consiste em ir evoluindo de acordo com o tempo, se trata de separá-lo dela, procurando justificativas em ideologias que já praticamente não estão nem sequer no tapete das discussões em nenhum país do mundo.

Pensar que ao fim deste século, que se está produzindo a mais vasta e profunda mudança que o homem conheceu em sua história, é possível

## *A segurança presente é demasiado frágil*

construir uma sociedade baseada na força ou em um sistema em que tudo emana verticalmente desde cima, em que o social é paternalizado e o econômico se concentra em grupos minoritários do poder, é querer colocar o país fora de sua própria linha de desenvolvimento, de costas para o mundo.

A segurança presente é demasiado frágil se se fundamenta num estado de emergência permanente, e nenhum espírito sensato poderia pensar que constitui um caminho estável e definitivo. (...)

O país pensa que o respeito aos direitos humanos, que ultrapassa toda diferença de posições ou idéias é essencial; que seu desconhecimento, em vez de reforçar a autoridade, a longo prazo a debilita; que a tortura jamais pode ser permitida; que o país não pode viver permanentemente sob um regime de exceção; que o império do direito não impede que haja ordem e disciplina em uma sociedade, e que controlar a violência não deve significar métodos que a sua vez violentem milhões de pessoas. A segurança assim conseguida paga um preço excessivo e não resolve definitivamente os problemas, senão que os acumula, aumentando as tensões e os ódios.

Os inspiradores e executores dessa política sabem que assim pensa a grande maioria dos chilenos, e como não podem argumentar contrariamente a posições tão lógicas que abririam um caminho a este país, tratam de calar os que pensam de maneira diferente. Nenhum país pode ser apresentado ante a comunidade internacional e ante sua própria consciência como nação se os direitos humanos não são plenamente respeitados; se as universidades não recuperam sua autonomia; se o chileno não tem sequer, hoje, o direito à cidadania, porque já não existem registros eleitorais. Nenhum país no mundo pode viver em paz se seus sindicatos não podem exercer seus direitos, se suas organizações comunitárias não têm vida autêntica ou são conduzidas de forma paternalista. (...)

Para justificar estas atitudes e as políticas impostas. se afirma que o Chile é vítima de uma gigantesca ação do comunismo internacional, que ao sofrer uma derrota nesse país mobilizou uma maquinaria de propaganda, com todos os recursos e eficiência que sabem dar a sua ação e com o decidido apoio de algumas potências. Foi notado por mais de um observador que depois da campanha sobre a guerra do Vietnã contra a intervenção americana não se conheceu outra de magnitude semelhante. Isso é indubitavelmente certo; mas é um engano querer significar que os únicos críticos do Chile são os comunistas, como se pretende fazer crer. Nada pior do que esconder a cabeça para não ver a realidade.

As universidades americanas e européias, velhos centros de estudo como Oxford e Cambridge, jornais e revistas de toda Europa e América, extensos setores da igreja católica e distintas confissões protestantes, parlamentares e governos, como os da França, Bélgica, Holanda, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, Itália, Suíça ou Canadá, organizações sindicais de diversas procedências – e não é necessário continuar a lista – que se caracterizaram por sua oposição ao comunismo e uma defesa não menos clara em favor da democracia, são críticos da situação chilena.

Supor que todos eles são marionetes da propaganda comunista é pensar que são irremediavelmente estúpidos ou ignorantes. Se o primeiro fosse certo, os únicos inteligentes que ficariam no mundo seriam os do grupo que inspira esta posição no Chile; se fosse o segundo, significaria que o comunismo tem dominado desde os conservadores ingleses até os mais proeminentes católicos e protestantes do mundo, desde Roma até o Canadá. Assim sendo, a tese se voltaria contra seus acusadores, porque eles mesmos estariam proclamando desta forma o triunfo do comunismo.

Algo semelhante ocorre quando se apresentam votos condenatórios à situação chilena. É notório que alguns dos Estados que assinam votos carecem de autoridade para fazê-lo, porque mantêm milhares de prisioneiros políticos, suprimiram toda a liberdade e cometem toda a classe de ofensa aos direitos humanos. E não deixa de ser irritante e incompreensível que muitos que se dizem amantes da liberdade discriminem em seus juízos, manifestando com isso falta de lógica e covardia moral. Qualquer um que, de forma desapaixonada, estude as cifras de crescimento da Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, para que dizer Venezuela, Brasil e México terá que comprovar que, em comparação com eles o Chile é um país em retrocesso. Duro é dizê-lo, mas ninguém pode enganar-se. Cada dia há menos empregos, menos porvir para a juventude, menos oportunidades para que o empregado e o operário ganhem a vida, e é muito mais grave que atualmente, com mais habitantes, construamos menos casas, fabriquemos menos produtos industriais e, o que é pior, disponhamos de menos alimentos. Hoje em dia existem menos lugares nas universidades e menos oportunidades de trabalho profissional do que há cinco ou seis anos. Isto é matematicamente demonstrável e inútil discuti-lo. Mais ainda, neste ano não há nenhuma dúvida de que, ao contrário do que ocorre em outros países da América Latina onde o produto cresce, no Chile diminuirá, e que uma população desejosa de trabalhar não encontre como nem onde fazê-lo. (...)

O chileno, mais do que olhar para o passado, pergunta-se se poderá o país recuperar um nível de desenvolvimento econômico que permita realmente dar trabalho e melhores níveis de vida aos camponeses, e aos operários, à deprimida classe média, aos professores, e estimular de novo aos empresários que vêm suas empresas paralisadas e descapitalizadas. Se pergunta-se se está criando oportunidade para unir os chilenos ou são agora mais fundas as fossas que os separam. Se pergunta o chileno se há um caminho para que retorne a democracia em nosso país, para que haja paz entre todos, para que ninguém possa ser preso sem ordem judicial correspondente, para que uma autori-

## *Os povos se encontram frente a novas eras*

dade forte mas com respeito aos direitos garanta dentro da lei sua segurança e um verdadeiro exercício de liberdade.

Se pergunta o chileno se suas organizações poderão recuperar sua vigência sem tutelas paternalistas, e se pergunta também se a universidade voltará a ser um centro autônomo, onde exista liberdade e espontaneidade acadêmica indispensável para pesquisar, para criar e para ensinar. Nenhum chileno quer voltar atrás. Não quer a inflação galopante, nem voltar à desordem de rua, a uma politização doentia em todos os aspectos da atividade, à grosseria e ao insulto como sistema, e a jornais que aviltem com sua linguagem a vida nacional. (...)

Ninguém pode discutir a responsabilidade que tiveram os partidos da Unidade Popular, que destruíram a economia e dilapidaram o progresso e as reservas que o país havia acumulado; que começaram e ampararam a violência; enquanto alguns de seus principais personagens tornavam público seu desprezo pela democracia, enquanto abertamente preparavam ou ameaçavam estabelecer sua ditadura. (...)

Ninguém pode tampouco desconhecer que a organização sindical se politizou ao extremo, e que muitas vezes, por cima dos interesses reais dos trabalhadores, predominavam os interesses partidários. A CUT se transformou em instrumento essencialmente político, motivo pelo qual muitos trabalhadores se marginalizaram dela. Tampouco se pode ignorar o caráter quase exclusivamente reivindicatório que se deu ao movimento sindical, sem verdadeiras perspectivas com respeito aos interesses da classe trabalhadora e do país inteiro. (...)

Os povos se encontram frente a novas realidades e frente a um mundo diferente, com problemas de ordem planetário, em que todo o contexto da situação política, social e econômica mudou, inclusive se transformaram as relações familiares e a forma de vida religiosa. Assistimos a mudanças fundamentais, e se geram conflitos e problemas imagináveis há menos de 40 anos, que afetam substancialmente a vida e a subsistência da espécie humana, e se modificam normas tradicionais de conduta moral não discutidas por milênios. (...)

Nos anos posteriores a 1965 apareceram as guerrilhas em toda a América Latina; ocorreram os distúrbios de maio de 1968 que abalou o governo de De Gaulle na França, que não era precisa-

## *A base da autoridade requer consenso amplo*

mente débil; se produziram movimentos extremistas na Alemanha e Itália e os grandes conflitos raciais e universitários nos Estados Unidos que incendiaram cidades e provocaram mudança na estrutura e nas autoridades em quase todas elas, apesar da estabilidade de suas tradições e o prestígio que gozavam; e no mundo comunista o choque da Rússia com a China se aguçava, e surgia, para depois ser esmagada, a "Primavera de Praga" e a rebelião polonesa de 1970.

Não podia o Chile ser uma exceção. O governo exerceu então a autoridade com firmeza, combateu o extremismo violento sem nenhuma concessão e defrontou dentro da lei os mesmos embates que sofriam todas as nações. Esta atitude foi semelhante à que mostrou a democracia cristã nos anos da unidade popular, quando combateu a violência e propiciou a lei de controle de armas, que não foi aplicada com oportunidade e energia, apesar de seus protestos, o que poderia ter evitado graves situações posteriores. (...)

Passaram os anos em Portugal, mas ao cabo desse lapso apareceram as mesmas idéias e os mesmos partidos. Na Espanha, depois de um período bastante prolongado, estão latentes as mesmas forças ideológicas de antes, e todos os esforços de dezenas e dezenas de anos de silêncio, de repressão, não puderam apagar dos homens sua ânsia de liberdade e a adesão de suas idéias. Algo muito semelhante ocorreu depois de 25 anos de fascismo na Itália. O mesmo na queda do hitlerismo. E estes exemplos dão boas razões para pensar que o mesmo ocorreria se os povos da Europa oriental pudessem amanhã manifestar-se livremente. (...)

O fundamento da autoridade requer um consenso muito mais amplo e uma participação de todos os setores da vida nacional. Já não é possível uma democracia restrita. (...)

O Chile também se caracterizou por algumas tendências históricas que lhe deram sua própria fisionomia. Este país foi citado como exemplo de organização política, de respeito a normas jurídicas e a uma autoridade impessoal, de estabilidade institucional ... e seu povo demonstrou maturidade em seu julgamento e no grande sentido da convivência e do respeito mútuo. Essas constantes não se devem à ação de uma só pessoa, de um estadista ou da causalidade: refletem o caráter profundo de um povo, que se manifesta em todas as formas de sua existência. A corrente que emana dessa fonte tão profunda não pode extinguir-se e nenhuma circunstância pode esgotá-la. Temos a certeza de que brotará mais forte e mais limpa.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

**A cada minuto 40 operários sofrem acidentes no Brasil. É grande o número de mortes e maior o de inválidos. Muitas empresas não cumprem as determinações legais e nos casos em que é contastada a responsabilidade do patrão, ele é punido com multas que começam por um décimo do salário-mínimo.**

# *Um recorde brasileiro: a cada minuto, quarenta operários sofrem acidentes*

Um milhão oitocentos mil operários sofreram acidentes de trabalho no Brasil em 1974. Destes, 3 mil 764 morreram e 65 mil ficaram inválidos. No ano anterior o total foi de 1 mil 632 com 3 mil mortes e 50 mil incapacitações, resultando na média diária de 5 mil 691 acidentes. Em 1972, 5 mil 370 trabalhadores se acidentaram por dia.

Para 1975, as estimativas não são menos assustadoras e é certo que o Brasil continuará ocupando sua triste posição entre os líderes mundiais de acidentes de trabalho. Nos últimos dois anos, o País gastou 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros devido aos acidentes, dinheiro este saído do bolso do próprio trabalhador, através dos descontos mensais em seu salário.

Uma das razões que poderia explicar tamanha incidência de acidentes é que o governo dirige suas campanhas somente ao trabalhador, jamais às empresas. Para o INPS e o Ministério do Trabalho o culpado é sempre o operário. Pelo menos é o que se depreende da explicação do assessor jurídico do Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho – DNHST –, Flávio Sussekind. O primeiro a reconhecer que nunca se procura os verdadeiros culpados em casos de acidentes de trabalho. E é por essa estranha prática que o operário paga muitas vezes com a vida ou fica inutilizado para sempre. Mas, cabe a pergunta, e se a culpa for do patrão, quem vai pagar?

A verdade é que não se encontra em toda a legislação em vigor, que corresponde ao capítulo V da CLT, um só artigo que estabeleça punições reais para os patrões que não cumprem as normas de segurança do trabalho. O artigo 222 da CLT prevê apenas multas que vão de um décimo do salário-mínimo vigente, ou seja, pouco mais de Cr$ 50,00, a 10 vezes esse mesmo salário. Multas que, como diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Arnaldo Rodrigues Coelho, "saem mais baratas do que comprar madeira para instalar tapumes".

Ele afirma que somente com o aumento substancial no valor das multas será possível obrigar o empresário a cumprir a legislação. "A João Fortes Engenharia, por exemplo, é uma das firmas que menos cumprem a determinação legal. Soubemos que havia irregularidades numa de suas obras, na Rua Araújo Leitão, 607, e quando lá chegamos, a diretoria resolveu colocar os tapumes como estabelece a lei, mas apenas no primeiro bloco da construção, e ao todo são quatro. Assim, quem passa acha que está tudo bem."

– "De que adiantam – continua Arnaldo Coelho – as campanhas para conscientizar o trabalhador da necessidade de usar o material de segurança individual – botas, capacetes, luvas etc. – se as empresas não fornecem nada disso? A Construtora Pederneiras é outra sempre denunciada, mas ninguém toma qualquer providência."

O descaso das autoridades em relação à culpabilidade dos patrões é uma realidade incontestável. Para citar um exemplo, nos Estados Unidos todo acidente de trabalho é investigado pelo governo e uma vez constatada a responsabilidade da empresa, o patrão pode ser condenado à prisão – um ano, no máximo – e a pagar multas de até 20 mil dólares. O resultado é que no ano passado apenas 0,25% dos trabalhadores registrados nos EUA se acidentaram.

No Brasil, a maior incidência ocorre na indústria extrativa de petróleo que teve 46% de seus trabalhadores acidentados em 1974. Em seguida, vem a indústria de extração de vegetais, com 40%. Depois, a construção civil – 32% e a indústria de extração de madeira, siderurgia e metalurgia, com 30 por cento.

O pior é que os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Previdência Social e pelo Ministério do Trabalho estão longe de corresponder à realidade. O fato é que são divulgados somente os dados computados pelas fichas preenchidas quando os empregados acidentados requerem assistência médica ou o seguro a que têm direito. Mas os trabalhadores não registrados – e isso é comum no setor agrícola e na indústria de extração de vegetais – nunca são contados.

Para se desvencilharem das obrigações legais, os empresários muitas vezes apelam para subterfúgios, como o de bater o cartão do trabalhador acidentado enquanto ele é assistido pelo médico da empresa. Essa é uma maneira de evitar que as autoridades tomem conhecimento do número exato dos acidentes ocorridos. E isso acontece também nas grandes empresas.

Além dos acidentes decorrentes de quedas, choques elétricos, cortes etc., o INPS atendeu no ano passado 1 mil 800 pessoas atingidas por doenças provenientes de suas atividades profissionais. Mas é certo que também esse total não representa a verdade.

O INPS considera como doença de trabalho aquelas previstas na tabela estruturada pela Organização Mundial de Saúde das Nações Unidas. Essa tabela diz que certo tipo de trabalho provoca determinada doença, e assim sucessivamente. Mas, como explicou uma funcionária do Instituto, a tabela é secreta e não foi adaptada à realidade brasileira. Alguns peritos, inclusive, usam-na em francês.

O capítulo V da CLT, por exemplo, trata dos ruídos e vibrações no local de trabalho, mas de maneira muito vaga: "Deverão ser adotadas providências no sentido de atenuar os ruídos, vibrações e trepidações, incômodos e prejudiciais à saúde, produzidos no local de trabalho".

Mas como ficam os motoristas de ônibus, que passam diariamente 10 horas enfrentando um trânsito desumano e ensurdecedor? Ou um operário da indústria têxtil, que após três anos de trabalho perde grande parte de sua audição? Ou o manobrador da britadeira?

Os exemplos são muitos, mas as providências poucas. Um funcionário do Ministério do Trabalho, no Rio, diz que "se a empresa quiser, o governo financia equipamentos acolchoados para evitar o barulho, mas isso só se a empresa quiser". Então está claro: enquanto as empresas quiserem, os operários terão que continuar ficando surdos, ou esquizofrênicos – uma das doenças líderes de atendimento no INPS.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAs – constituídas pelos empregados e empresários têm, também, se revelado inoperantes, como admite o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, Arnaldo Rodrigues Coelho:

– Não acredito que as CIPAs funcionem, devido à dependência que os técnicos e operários têm dos patrões. Como prova, dou apenas o exemplo dos mestres-de-obras que, ao pedirem mais condições de segurança aos engenheiros responsáveis, são sumariamente demitidos.

## CARTAS

### BRAZILIANISTS

☆Senhor redator.

Volta e meia estamos lendo na imprensa brasileira artigos e reportagens còntra os chamados *brasilianistas*, ou seja, os autores norte-americanos que passaram a escrever a história do Brasil. A acusação é menos contra esses autores e mais contra o fato de assistirmos nossa História ter passado a ser escrita do estrangeiro. Estrangeiros ilustres – pensemos num Handelmann, alemão, e num Southey, inglês –, escreveram nossa história produzindo obras de real valia. Mas ao mesmo tempo, brasileiros, também, escreviam as páginas dos nossos anais de povo consciente de si mesmo. Hoje, tudo vem de fora – mini-minimíssima é a produção historiográfica brasileira. Fato gravíssimo para um país que não perdeu sua consciência nacional. Em vez de procurarmos remover as causas que o provocam – o que é mais grave ainda –, empenhamo-nos em ampliá-las. É no que importa o esvaziamento do ensino de História do Brasil do ciclo fundamental. Atinge as raias do inconcebível essa estranhíssima decisão. Como desejamos que se formem historiadores brasileiros, se deixamos de ensinar no fundamental (ciclo) a História do Brasil, isto é, se deixamos de inculcar no brasileiro, desde sua infância e adolescência, o amor à história de sua pátria? E, por outro lado – esquecendo a questão dos *brasilianistas* – como desejar que as futuras gerações tenham *consciência nacional*, se desde o início de sua educação as privamos do conhecimento dos nossos fatos históricos?

O processo de desnacionalização, registrável em larga escala em nossa economia, agora começa a invadir a área da educação dos nossos filhos. Contra essa distorção, devem unir-se todos os que não perderam o amor do Brasil. E contra ela, deixo, nesta carta, o meu mais veemente o indignado protesto.

*Heitor de Souza Melo*
Rio de Janeiro, RJ

### TURISMO E POLÍTICA

☆Senhor redator:

Estava eu em Lisboa. As agências de turismo – o fluxo turístico havia baixado em toda a Europa – ofereciam a preço viável um fim de semana em Budapeste. Alguns escudos extras resolveriam minha velha aspiração de conhecer a Hungria. Desde menino estimava-a, por causa de Listz e da música cigana. Quis ir. Fui. E se como cidade Budapeste não me decepcionou, decepcionou-me ver como vivem hoje os húngaros. Em geral o socialismo é apresentado como uma possibilidade de realização humana mais autêntica do que a que nos oferece o capitalismo. Mas este, com todas as suas injustiças econômicas, ainda me parece melhor, pois que nele a pessoa humana ainda consegue sobreviver. Pode o homem sobreviver sem liberdade? Além do que vi, em Budapeste, algo que me aterrorizou: um hotel construído só para turistas norte-americanos. Sua arquitetura destoa de toda a arquitetura magiar. Mas não é isso que agride tanto. Agride saber que nesse hotel o húngaro não tem vez. Tudo ali se faz em termos de dólar. As vitrines exibem produtos que só os turistas podem consumir e, a eles, são vendidos a preço inferior do que pelo mesmo pagariam os húngaros. "É para fazer divisas", explicou-me alguém. Mas, em quase surdina: "O país não precisa disto para viver. Tem seus recursos". E baixou a cabeça, visivelmente humilhado. Como foi possível surgir essa aberração?, quis eu saber. E veio a explicação: uma feroz burocracia domina a Hungria como, de resto, todos os países socialistas. E o que os burocratas decidem é tabu. Ninguém pode discutir. Minha visita a Budapeste me fez pensar na esquerda brasileira. Ela sempre me pareceu despreparada, mais amiga da retórica do que do conhecimento exato das coisas. E vivendo no mundo da lua. Se não fosse assim, cada vez seria menos esquerda.

Naturalmente sem inflexionar para a direita. Mas veria que a justa medida ainda está nos regimes políticos em que se pode questionar as decisões dos burocratas. De onde concluir que tendo ido a Budapeste, não fiz propriamente uma viagem turística, mas uma viagem de instrução política.

*Antônio de Almeida*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

José Arthur Gianotti sustenta que se os filósofos quiserem deixar de ser "olheiros de liberdade e servos do poder", têm de assumir a tarefa de estimular o nascimento de cidadãos livres, recuperando assim o clima intelectual da academia platônica e do liceu aristotélico, os quais, nos primórdios da civilização, foram escolas de homens emancipados

# Qual é o papel da filosofia hoje?

Por que esta obsessão que nos obriga a debruçar sobre escritos alheios e, durante semanas, meses, anos, articular palavra com palavra a fim de construir um edifício de pensamento, onde possamos caminhar como se cortássemos uma cidade estranha e familiar? O que nos leva a gastar grande parte de nossas vidas junto a uma escrivaninha, elaborando nosso discurso por meio do discurso do outro? O romancista emprega seu tempo para criar um mundo imaginário; seus personagens adquirem independência a ponto de cobrar do autor o direito de ousarem viver seu drama até o fim. Mas tudo isso são fitas de escritor, que marca os personagens independentes com sua própria assinatura. O filósofo, entretanto, parece consumir filosofias alheias que contudo não são destruídas por esse consumo, já que por ele sobrevivem. Suporte do discurso alheio, o filósofo empresta sua voz fiel e deformante aos textos chamativos do passado, com o intuito de elaborar um novo discurso que foge de sua subjetividade para apresentar-se como um pensamento objetivo.

Nesse exercício se dá um jogo de distanciamento e de intimidade com o mundo. Os acontecimentos chegam até nós filtrados pelas diversas óticas armadas por discursos de terceiros. Tudo se passa como no amor de Swann que, incapaz de apreender diretamente a mulher querida, chega até ela por intermediários amáveis, reconhecendo em seus cabelos a teia traçada por um pintor familiar, em seu perfil, o cunho de um medalhão renascentista, em seu corpo, os volumes sugeridos por uma escultura. Com a diferença de que não existe *a* mulher desejada, que para o filósofo a substância do mundo se consome na sucessão conflituosa de seus simulacros e interpretações. Se com isso perde a fé perceptiva, o solo rígido, o trampolim para a ação, ganha a familiaridade com o mundo do espírito, desse universo que se resolve em leituras. Trabalha um texto clássico, fala dele numa sala de aula, termina produzindo um novo texto, um comentário ou nova doutrina. Outros virão para retomar esse texto e com ele repetirem o mesmo percurso. Segundo as situações históricas, esse circuito da reflexão filosófica é mais ou menos amplo. Entre nós, principalmente por causa da burocratização da cultura universitária, o filósofo escreve alguns exemplares de sua tese, que são lidos por seus colegas, os quais se encontram assim em condições de reiterarem o mesmo percurso do acanhamento. Isto porque a ilusão da comunidade de sábios se torna viável graças ao trabalho de outros mais aferrados aos enganos da percepção, responsáveis pelas condições materiais da reflexão filosófica. É sabido que a filosofia sempre se alimentou do ócio. Daí nossa pergunta: o que permite o lazer para nosso atual filosofar?

Ao contrário de outra época, o filosofar de hoje é em geral trabalho remunerado. O filósofo é um funcionário, poucas vezes um escritor vivento de sua própria produção. Goza assim de um lazer ritmado pelo livro de ponto, pelos horários das aulas, onde se obriga a comunicar, com rígida periodicidade, o resultado de suas investigações livres. Qual é o mistério que leva uma sociedade moderna, quase sempre tecnocrata e autoritária, a financiar a vagabundagem bem comportada do filósofo? Esse financiamento, ademais, vem pelo Estado, pois são raras as fontes privadas onde possa obter recursos. O filósofo de hoje é quase sempre um professor, às vezes aposentado. Considerando essa situação, convém desconfiar de que, a despeito dos amuos entre os filósofos e o Estado, este deve tirar algum polpudo benefício ao assumir o risco de sustentar possíveis rebeldes. Por que assegura o lazer necessário à filosofia, chegando a ponto de transformar os produtos desse lazer num instrumento de educação? Não vamos dar uma resposta a essa pergunta provocativa, mas considerar apenas um de seus termos.

Foram-se os tempos em que a teologia guardava ciosamente os mistérios especulativos e os filósofos se apartavam da sociedade para se consagrarem ao sacerdócio da reflexão. Hoje filosofia é matéria de ensino público, a qual, se na verdade não guarda mais lugar privilegiado de anos atrás, ainda ocupa muita gente. Que pretende essa massa de estudantes do filosofar? Deixemos de lado os que chegam aos cursos de filosofia porque não encontraram vagas em outros setores da universidade; para eles a filosofia é passo intermediário em vista de outros exercícios da cultura. O que anima o aprendiz do filosofar? Dentre os mais diversos motivos é possível apontar um que faz dele desde cedo um filósofo; ambos possuem aquele distanciamento do mundo e aquela intimidade que só pode ser obtida pela via da reflexão. Neste sentido, não se ensina filosofia, mas se alimenta o desabrochar de uma recusa secreta, uma necessidade de recuo, de encontrar um caminho produtivo para um estranhamento atávico. O ensino da filosofia vem conformar e socializar essa marginalidade, transpondo-a do real para o imaginário. Não trata apenas de familiarizar com uma linguagem cifrada que não resulta, ao contrário da simbologia científica, na transformação das coisas, numa tecnologia. Antes de tudo, cabe-lhe integrar o rebelde virtual numa comunidade de rebeldes imaginários que, de fato, trocam informações, competem entre si acirradamente, esgotando seu empuxo no enorme esforço de manter de pé essa sociabilidade fantástica. Os filósofos competem por um emprego. Ademais, é conhecida a temperatura de um departamento de filosofia, aquecida pelos atritos internos e pela ruptura com a sociedade ambiente. Todos se lembram do papel desempenhado por esses alunos nos movimentos estudantis. No entanto, a sabedoria estatal consiste em permitir aos estudantes se esquentarem precisamente pela filosofia, em deixar escapar as forças reprimidas pelo destampatório do discurso. Não há dúvida de que, como tudo, esse processo é faca de dois gumes, pois o discurso rebelde se espraia e mobiliza. Mas enquanto não se propuser como organização mobilizadora, as palavras radicais serão levadas pelo vento sem atingir a raiz de sua própria rebeldia. Porquanto o discurso filosófico mantém compromissos com suas origens, com o Estado que o financia e com a marginalidade que o alimenta. E graças a isso o Estado se apropria dessa marginalidade para socializá-la ao nível do imaginário, obtendo assim a integração efetiva dos possíveis marginais. É bem verdade que o Estado encontra filósofos provenientes das mais diversas origens. Uns fizeram de sua marginalidade pessoal a linguagem da classe dominante, continuando a cultuar os antigos deuses da teologia. Outros se puseram a serviço da contestação do *status quo*. Mas não importa tanto que cada corrente da filosofia represente organicamente certos grupos sociais. Todas essas representações, enquanto produto, são igualizadas e cooptadas pelo mercado e pelo ensino oficial.

Como fugir a esse engodo? Em primeiro lugar, mantendo-nos fiéis a nosso distanciamento, prolongando nossa investigação até apreender cada elo social que a sustenta, conhecendo, enfim, o que está permitindo a ilha de nossa sociabilidade e as conseqüências neutralizantes de nossas palavras. A despeito da peculiaridade de nossa situação, não estamos sozinhos. Também os cientistas se encontram num impasse. Durante séculos foi possível acreditar que o mero exercício do pensamento teórico se justificava por si só, ficando a cargo dos cientistas aplicados o trabalho sujo de imprimir a uma teoria esta ou aquela direção prática. Hoje sabemos que a disputa entre as várias teorias não se resolve ao nível da simples discussão científica, que as experiências que eliminam algumas dependem de financiamentos consideráveis e, portanto, de uma política científica capaz de estabelecer prioridades. E não é só isso. Sabemos que possuímos mais teorias do que necessitamos. A partir do momento em que a teoria tomou como critério o efetivo, que foi proposto como um intermediário da ação, também ela caiu sob a crítica das ações. Hoje temos demasiada ciência e poucos cientistas verdadeiros. Demasiada ciência no sentido de que são gastos milhões em experiências que vêm apenas refinar teorias já estabelecidas, quando falta que dinheiro para a saúde pública, a proteção ao meio ambiente, a habitação popular e assim por diante.

Poucos cientistas no sentido de que grande parte deles é incapaz de tentar compreender cientificamente o âmbito de sua própria prática teórica. Daí a necessidade de que a ciência e a filosofia, na medida em que já são uma política na significação mais ampla da palavra, descubram as alianças firmadas por sua própria prática, tornando-se assim capazes de contrair vínculos mais conscientes.

Houve um tempo em que o filósofo imaginou que o Estado seria muito mais perfeito se lhe coubesse a direção dos negócios públicos. As classes dominantes, porém, não foram iludidas e preferiram confiar a representação do Estado – a mera representação na verdade – a indivíduos mais práticos e menos escrupulosos. Hoje a filosofia não procura mais princípios; cada vez mais se tem presente que não existe a filosofia, mas uma dispersão de filosofar numa multiplicidade discreta. Não nos convence o esforço de regredir a um sistema imperialista nos moldes do século passado. No entanto, cabe lembrar que o jogo das filosofias não se esgota ao nível da disseminação do discurso, que as palavras de cada filósofo sintetizam-se pelos canais que as divulgam, em particular, pelo Estado que as transforma em meio de dominação. Se as palavras se tornaram dispersivas, suas conseqüências continuam sintetizantes. Os filósofos precisam enfrentar, não o caminho da ascese, mas o das conseqüências de suas próprias reflexões. Em primeiro lugar que o ensino da filosofia é uma forma de controle social, polícia que confina a estreitos limites um distanciamento que poderia transformar-se no germe de uma rebelião efetiva. Mas para chegarmos a essa tomada de consciência, necessitamos deixar de ser meros filósofos, profissionais de reflexão, para participar conscientemente da reflexão objetiva que constitui o cerne dos fenômenos sociais. Muitos de nós fomos responsáveis pelas conseqüências mortais de um radicalismo verbal que se transformou na marginalização efetiva duma juventude, crente que poderia subverter o poder na base de uma identificação imaginária com a vanguarda da História. Herdeira que ela era de quem via o espírito absoluto andando a cavalo.

Tenhamos o cuidado para que a negação verbal do ensino-controle não tenha conseqüências funestas. Agora parece mais conveniente começar a arrumar nossa própria casa e tratar de alterar as condições de nosso trabalho intelectual. A desmesurada inflação de publicações está indicando que ninguém é mais capaz de acompanhar todos os principais trabalhos produzidos em sua área. Precisamos outro para selecionar os textos; antes da leitura é mister o diálogo. A partir desse primeiro elo, caminhar junto com nossas palavras, rejeitar a aula como tarefa isolada da publicação ou o curso apenas como prenúncio do livro, para tentar uma relação mais íntima com seu público conformando-o e sendo formado por ele. Trata-se, em suma, de recuperar o clima da academia ou do liceu, empregando todas as técnicas da comunicação moderna, abandonando obviamente o intuito de preparar reis-filósofos para enfrentar de vez a tarefa de estimular o nascimento de cidadãos livres. Estaremos então pouco a pouco nos apropriando de nossos próprios instrumentos, de nossas palavras e seu âmbito, de nosso convívio, de nossas instituições, até desaparecer a rígida separação entre filósofos e não-filósofos, quando a teoria estiver ligada ao exercício da crítica racional. Só assim deixaremos de ser *voyeurs* da liberdade e servos do poder.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

Alzira Vargas do Amaral Peixoto conta nesta entrevista que o hoje extinto PTB nasceu de um discurso de seu pai, pronunciado de improviso em Santa Cruz, por ocasião da inauguração de um trecho eletrificado da Central do Brasil. Enquanto a missão do PSD seria consolidar o que já fora feito no terreno social e econômico, "o PTB deveria servir de anteparo à corrida comunista que se poderia verificar na época, com o reconhecimento do Partido Comunista Brasileiro, que se processou pouco antes".

# *Porque Getúlio Vargas criou o Partido Trabalhista Brasileiro*

*Como, quando e por que foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro?*

O PTB nasceu de um discurso de Vargas, pronunciado de improviso em Santa Cruz, por ocasião da inauguração de um trecho eletrificado da Central do Brasil, a 10 de outubro de 1945. Não recordo a data exata da criação oficial do Partido Trabalhista Brasileiro. Recordo porém, exatamente, a primeira vez que Vargas de público concitou os trabalhadores a ingressarem no PTB, por dois motivos bastante importantes: primeiro, essas palavras foram pronunciadas quando o prazo para a compatibilização para concorrer à presidência da República já tinha passado: portanto as acusações surgidas na época de que o PTB seria mais uma manobra getulista para perpetuar-se no poder, não procedem. Segundo, porque, sendo inquirido na época por um de seus lugares-tenentes, que havia por sugestão dele ingressado no PSD, Getúlio respondera: "Não, o PTB jamais será um concorrente eleitoral para o PSD. O PTB destina-se a ser um anteparo entre os verdadeiros trabalhadores e o Partido Comunista – que tinha então entrado na legalidade. Os trabalhadores não se filiarão ao PSD nem à UDN. Irão com mais facilidade engrossar os quadros do comunismo. O PTB sendo dos operários: um veículo para que eles possam expressar seus anseios e suas necessidades, servirá ao mesmo tempo de freio contra o comunismo e de acicate para o PSD".

Não cito nomes, nem mesmo aquéles dos quais me lembro, porque alguns estão mortos, e não poderão nem confirmar nem contestar o que digo. Outros estão vivos, muito vivos e não quero provocar polêmicas.

*Em sua opinião, o PTB é fruto dos movimentos queremistas espontâneos ou do Ministério do Trabalho?*

Nem um nem outro em princípio, ou melhor, dos dois, e mais algumas correntes de desesperados estaduais, que não podendo ir para o PSD por inimizades locais (estaduais), e não querendo ir para a UDN, ingressaram no PTB. Os "querenistas" que surgiram espontaneamente um pouco antes, eram também chamados de marmiteiros, de início pejorativamente. Pouco depois, quando realmente o PTB se organizou surgiram marmitas de ouro, de prata e até de brilhante, ornamentando lapelas e pulseiras de pessoas da sociedade.

O *queremismo* era o "Queremos Getúlio", e também "Ele voltará", que surgiu de um filme passado na época a respeito de um grande combate realizado no oceano Pacífico cujo título "Nós voltaremos", proveniente de uma frase do general McArthur, determinou o "Nós voltaremos", e depois "Ele voltará".

Esses movimentos inicialmente espontâneos e mais de getulistas enraivecidos do que propriamente de partidários, foi dando valor ao movimento trabalhista que, como é óbvio, nasceu dentro do Ministério do Trabalho. O núcleo inicial era do Ministério do Trabalho, porque os operários lá estavam. Depois, o queremismo e o trabalhismo se fundiram, e marcharam juntos, tanto na eleição de dezembro de 1945 como depois, mais tarde, na de 1950.

*Certa vez Vargas teria declarado que o PTB não tinha um conteúdo socialista, mas que deveria ser socializante. Qual era o verdadeiro sentido programático do PTB?*

A frase "conteúdo socialista" não foi realmente usada na época. Recordo-me de que houve um jornalista – se não me engano, era do *Correio do Povo* de Porto Alegre – que perguntou a ele: "Afinal de contas, dr. Getúlio, o PTB é um partido socialista ou não?" Ele responde: "Não é. É um partido socializante, não é um partido estático. É um partido que vai em direção da melhor distribuição social". E é nesse sentido que ele considerava que o PTB poderia servir de acicate, de impulsionador do PSD, o conservador do que já havia sido feito em matéria social até então. Portanto, Vargas não fazia aí um estudo programático do PTB, foi simplesmente uma interpelação a qual ele respondeu desta maneira: "Não é um partido socialista, é socializante. Destina-se a marchar sempre em direção à melhoria social do trabalhador".

*Por que Getúlio Vargas criou dois partidos, o PSD e depois o PTB com programas e objetivos aparentemente distintos?*

A pergunta é muito boa e difícil de ser respondida. Em todo caso, procurarei ser o mais clara possível.

Quando foi criado o PSD, com todos os elementos de dentro do governo que colaboravam com Vargas, a idéia foi de que esse partido se tornasse o baluarte, o defensor de tudo aquilo que já havia sido feito em matéria social dentro dos vários institutos que englobavam as criações sociais organizadas na época, em seus diversos aspectos isto é: saúde, educação, moradia e alimentação para o operário.

Mais tarde, quando ele criou o PTB foi mais com o objetivo de que esse servisse de anteparo à corrida comunista que poderia se verificar na época, com o reconhecimento do Partido Comunista que se processou pouco antes.

Quanto aos programas, dificilmente se poderá dizer que eram diferentes. Mais tarde, por volta de 1949, quando o PSD buscou o apoio de Getúlio para o seu candidato, através das mais variadas fórmulas. Getúlio ordenou inicialmente que fosse feito um estudo dos programas dos dois partidos, um ponto de encontro entre os dois. E com grande surpresa, viu-se que parte do programa do PSD, sobretudo no que se referia a avanço social era um pouco mais adiantado que o do PTB. Embora os operários desejassem aquelas reformas, eram mais tímidos em seus desejos, ao passo que o PSD, nas condições em que estava, mais intelectualizado, mais por dentro dos problemas sociais, podia ser mais exigente. O PSD era composto por homens de governo, que sentiam melhor os problemas sociais em seu conjunto do que os operários, que os viviam, mas não se detinham neles. Não dispunham de tempo, nem de uma visão global das circunstâncias que os envolviam.

O eleitorado do PSD era mais um eleitorado rural e um sistema estadual, enquanto o PTB tinha um eleitorado de trabalhadores mesmo, alguns trabalhadores intelectuais também – porque não se pode dizer que o intelectual não trabalha –, mas o grosso do eleitorado era de trabalhadores braçais e foi essa em parte a grande tragédia do PTB. Quando verificou-se que o Partido Trabalhista era uma grande massa de manobra eleitoral – e isso ele provou em 1945, por ocasião das eleições de 2 de dezembro –, o PTB passou a ser respeitado apenas como força eleitoral, não como força política, porque seus quadros não tinham ainda a influência que tinham os homens já experimentados pela administração, que eram os chefes do PSD. O PTB passou a sofrer não só as injunções políticas locais e estaduais, mas também uma série de conchavos e intrigas, que o prejudicaram muito. Por falta de experiência, os quadros administrativos do partido não sabiam se defender e inauguraram uma série de eventos muito desagradáveis para sua estrutura. Foi considerado muitas vezes venal, sem consistência, nem continuidade, o que irritava grandemente os companheiros de jornada, e também os adversários, que nunca sabiam até que ponto poderiam contar com o PTB. Estes, embora soubessem o que queiram, não o sabiam demonstrar. Tinham uma maneira muito pessoal de agir que não se enquadrava realmente nos cânones políticos da época.

No entanto, sem fugir à sua pergunta inicial de por que dois partidos com programas tão semelhantes, eram tão diferentes, nem os motivos pelos quais foram criados. Suas funções sim, eram diametralmente diferentes. A função do PSD era a conservação do que já tinham, e a do PTB era empurrar para a frente para cada vez maiores realidades sociais.

*Embora Vargas tenha sido eleito formalmente com o apoio do PTB e do PSP, ele parece ter governado fundamentalmente com o PTB e o PSD. Qual o sentido da aliança PSD-PTB durante o governo Vargas?*

Não houve propriamente uma aliança nacional entre o PSD e o PTB. Houve o fato de que o PSD e o PTB foram partidos criados e organizados sob a égide de Getúlio, e

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

durante o governo dele encontraram seu leito natural , seu nível de acomodação legal. E os homens que militavam no PSD, em última análise, eram os homens que haviam atuado durante a administração de Getúlio anterior a 45. Portanto, era mais do que normal que eles se regozijassem da mesma maneira que o PTB, embora a contribuição do PSD para a eleição de Getúlio não fosse oficial, mas sim oficiosa.

Em alguns estados o PTB entrou em acordo com o PSD, em outros com a UDN, em outros com o PSP e houve ainda lugares aonde o PTB abriu a questão político-eleitoral, e o Partido Trabalhista funcionou ao mesmo tempo com o PSD e com a UDN. Portanto, não houve aliança, houve acordos locais. Durante o governo de Getúlio propriamente dito, de 50 a 54, a aliança funcionou em função de homens dos partidos e da força do PTB, de acordo com as injunções políticas do momento. O fato de Vargas se ter utilizado no ministério e em seu governo, em geral de homens e não de partidos foi sua força e sua fraqueza.

*Se o objetivo do PTB era em parte organizar as massas e, sendo Vargas a grande liderança popular dos anos 50, por que os trabalhadores não se manifestaram por ocasião da crise de 1954?*

Faltou liderança. Faltando liderança faltava tudo. Quando digo que faltou liderança, você me perguntará evidentemente por que Getúlio não liderou. Não liderou porque ele era um homem que jamais lutava em benefício próprio. Se ele sentisse que para resolver um problema de cunho pessoal era preciso que ele próprio liderasse o movimento dos operários, jamais o faria. Em benefício de um terceiro talvez, mas não dele. Alguns políticos mais jovens já na época consideravam Getúlio como ultrapassado, pois, devido à idade, não poderia mais concorrer à presidência da República – e é bom esclarecer que ninguém joga no cavalo perdedor. Sabendo-se que Getúlio não correria mais, automaticamente não teria mais o que dar a ninguém, nem em matéria de prestígio nem de poder; portanto, Getúlio estava esvaziado e não devia liderar ninguém. Faltou um líder dentro do PTB que empunhasse a bandeira e determinasse a salvação de Getúlio. Ele não buscou salvar-se. Não jogou como se esperava dele, porque Getúlio jamais trabalhou em benefício próprio. Ele sempre, tal qual em 45 e em outras crises que houve no governo, quando se tratava da pessoa dele, automaticamente deixava passar em julgado. Trabalhava sim, e muito, quando se tratava do interesse do povo brasileiro. Aí ele se dedicava de corpo e alma. Mas quando o acusavam de querer sempre se perpetuar no poder, de desejar as coisas para ele, cometem uma injustiça. Ele jamais desejou o poder para benefício próprio.

Há um exemplo clássico dessa atitude, não digo negativista de Getúlio, mas de anulação pessoal diante das necessidades do povo. Eu me recordo de um fato muito curioso que aconteceu em 45. Uma semana antes do dia 3 de outubro de 45, que era a data assinalada para a desincompatibilização do presidente da República, data essa que ia ser comemorada grandemente por uma turma de queremistas. Uma semana antes desse dia, tinha havido uma espécie de invasão popular do palácio, na qual Getúlio, tomado de improviso, praticamente dialogou com o povo, não discursou. Uma semana depois, quando ia se proceder a esse grande comício, recordo que chegando de Niterói, aonde morava, encontrei meu pai em seu gabinete, muito sorridente. Perguntei-lhe: "O que é que o senhor vai fazer hoje? No último comício já saiu meio arranhado em sua autoridade, porque o senhor não se dirigiu ao povo como chefe, o senhor conversou com ele". Então meu pai, passeando, com ar bricalhão, me disse: "Minha filha, sabe de uma coisa? O que eu tenho vontade de fazer é isto:" – e me recitou estas palavras que estão gravadas dentro de mim – "Forças ocultas umas, muito claras outras, impedem-me pela primeira vez de satisfazer a manifesta vontade do povo. Neste momento, desço as escadarias do Palácio Guanabara para juntar-me ao povo, e junto com o povo reclamar o que ele está pedindo".

Naturalmente fiquei muito entusiasmada e disse: "Que beleza, papai. Por que é que o senhor não faz isso? Nós estamos prontos". Ele me respondeu: "Não posso. Não posso, porque outros membros do meu governo já me pediram que não fizesse isso pois ninguém estaria em condições de agüentar o governo desta maneira. Assim, vou renunciar a esta atitude". Perguntei-lhe então o que iria fazer. Triste agora retrucou: "Já pedi ao chefe de polícia que impedisse a manifestação, que tentasse detê-la pelo menos na altura do Catete".

– "Mas, e se ele não conseguir!" – perguntei. "Mas se o chefe de polícia não puder impedir o povo, como é que vai ser?" Ele respondeu: "Bom, se ele não puder impedir eu vou ter que receber o povo, porque não admito que haja mortes nem que o povo seja maltratado. Agora, sabe, eu já tenho saudades dessa atitude que eu não vou poder ter".

Realmente, quando pouco depois o povo invadiu o palácio levando um pergaminho no qual haviam desenhado o que se convencionou chamar o "Dia do Fico" – pois nesse dia Getúlio ficaria ou não candidato à presidência da República ele disse *não.*

Assim, tanto a atitude de 45 como a de 54 são absolutamente coerentes. Em nenhuma das duas ocasiões Vargas permitiu derramamento de sangue em benefício próprio. Em 45, aceitando o golpe branco que foi desfechado contra ele, sem apelar para nenhuma das forças que ainda existiam em sua defesa, porque não queria que houvesse derramamento de sangue, guerra civil no Brasil por causa dele ou em nome dele. E em 54, quando a alternativa era uma renúncia ou guerra civil, preferiu a renúncia à própria vida, para não sacrificar mais ninguém. Ele não tinha o direito de renunciar a um mandato que lhe havia sido entregue pelo povo. Preferiu desertar da vida a desertar do povo.

*Vargas governou com o PSD ou com o PTB?*

Em minha opinião ele não governou com partido algum. Getúlio tinha um cunho muito pessoal de governo e usava homens de um partido ou de outro, mas não um partido. Ele considerava o Brasil como um todo e não em termos de partidos. E, nessas condições, todos os partidos eram bem-vindos para ele.

Para ilustrar isso, vou contar uma estória que é praticamente uma anedota, mas que aconteceu. Numa ocasião em que almoçávamos com meu pai, quase todos da família, reclamávamos da composição ministerial, alegando ora que fulano era bom, ora que sicrano era melhor. Então, meu pai pegou lápis e papel e distribuiu entre nós todos – seis ou sete pessoas – e disse: "Cada um de vocês organize um ministério para mim, independente de partido, região econômica, estado ou força política". Ficamos em silêncio uns cinco minutos e devolvemos os papéis. Para grande espanto nosso, nenhum nome de nossas listas coincidia entre si. Portanto, se as nossas opiniões, nós que estávamos diretamente interessados no seu maior sucesso, não coincidiam, imaginem o drama que ele deve ter vivido para conseguir uma composição dentro do Brasil.

*Nas eleições de 1955 e 1960, os partidos políticos em condições de disputarem a presidência da República procuraram, de formas distintas e independentemente de seu programa político, uma composição como PTB. De acordo com as regras do sistema político da época caberia a este disputar a vice-presidência, mas jamais concorrer à presidência da República. Exercia assim o PTB uma função específica. a de arregimentador e distribuidor de votos?*

Para responder corretamente a esta pergunta preciso fazer um pouco a história pregressa do PTB, que é uma história de certa maneira trágica, pois quando depois das eleições de dezembro de 45 o PTB mostrou ser uma grande força eleitoral, aconteceu um verdadeiro drama. O PTB deu origem a vários outros partidos trabalhistas. Assim que um líder começava a surgir dentro do PTB, imediatamente pensava em formar o seu partido próprio. De modo que o PTB propriamente dito nunca conseguiu formar quadros, homens em condições de disputar as eleições individualmente. Muitos partidos, como já disse, surgiram de dentro do PTB, disputando eleições, o que o enfraqueceu grandemente não só do ponto de vista eleitoral mas sobretudo do ponto de vista de quadros dirigentes. De modo que o PTB, embora fosse um grande manancial de votos, não se pode dizer que fosse um grande manancial de homens com aptidão para governar.

Dai ter-se verificado em todos os estados, mesmo naqueles em que o PTB era visceralmente forte, sempre o PTB chamado e convidado para disputar o segundo lugar, nunca o primeiro. E houve até, num determinado estado, uma ocasião em que disputaram quatro prefeitos, cada um de um partido, e os vices de todos os quatro eram o PTB.

*O PTB foi sempre fiel ao programa idealizado por Vargas?*

É muito difícil selecionar defecções eventuais num programa discutível. Os acomodatícios do PTB, os vuneráveis, a falta de recursos, tudo isso contribuiu para que houvesse defecções aqui e acolá, mas não se pode dizer que tenha sido uma traição, porque a bandeira do PTB, em última análise, era a bandeira do getulismo, e essa bandeira foi empunhada em diversas ocasiões por outros partidos também. Assim, o que ficou foi o getulismo, não o trabalhismo. O trabalhismo foi uma idéia dos teóricos do PTB, que tentaram transformar o partido numa espécie de Partido Trabalhista inglês; não o conseguiram, pois a massa ainda não estava preparada para este tipo de organização trabalhista.

Não houve defecções nem traições propriamente ditas, pois não havia propriamente o que trair. Houve muita gente, muitos elementos que tentaram de uma certa maneira galvanizar a opinião pública para um determinado aspecto do trabalhismo, mas nunca chegaram a corporificar propriamente uma idéia.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

**Em resposta a carta dos centros acadêmicos da PUC do Rio, o jornalista Mattos Pimenta afirma: "O monopólio da Petrobrás deve ser total". Oswaldo Aranha, em carta a Mattos Pimenta, de 7/10/1947 ressalta: "Não sou contra o capital estrangeiro, mas parece-me melhor evitá-lo"**

# PETRÓLEO O GRANDE DEBATE

## Mattos Pimenta: "O risco é do Brasil".

O jornalista Mattos Pimenta recebeu a seguinte carta dos Centros Acadêmicos da PUC:

"Sendo V.Sa. o último sobrevivente dos presidentes de honra do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo , dos quais já faleceram Arthur Bernardes, gal. Horat Barbosa, gal. Leitão de Carvalho e gal. Raimundo Sampaio, nós da Associação de Pós-Graduação e do Diretório Central dos Estudantes da PUC/RJ, solicitamos o pronunciamento de V. Sa. sobre as projetadas assinaturas de contratos de risco autorizadas pelo presidente da República no seu último pronunciamento à nação".

Eis a resposta de Mattos Pimenta:

Se os contratos de risco não ferem o monopólio estatal, se contratos de risco podem suprimir o déficit da balança de pagamentos, se contratos de risco podem assegurar a auto-suficiência de petróleo no Brasil, se tudo isso é verdade, por que então a Petrobrás não os assinou há mais tempo, não os assinou nos 22 anos de sua existência, não os assinou no decorrer da Revolução de 64, não os assinou quando o general Geisel a presidia? Por que a Petrobrás – de exemplar capacidade administrativa – falhou em medida de tal magnitude? Por que só agora, quando nossos técnicos provaram a existência de grandes ocorrências de petróleo na plataforma continental e em várias regiões do território nacional, é que se vão passar aos trustes estrangeiros os "riscos" de encontrar petróleo no Brasil? Por que só agora, quando os preços do petróleo atingem níveis elevadíssimos, altamente lucrativos, é que se vai entregar aos trustes alienígenas a pesquisa e lavra do petróleo em regiões do território brasileiro?

A História prova que os trustes só jogam na certa. Pensar realizar bons negócios com os trustes petrolíferos é ingenuidade. Quem corre o "risco" é o Brasil. Quem fica com as vantagens são os trustes.

Por que o Japão pode viver e prosperar sem possuir uma gota de petróleo em seu território? Por que não poderá o Brasil prosperar sem auto-suficiência de petróleo, tal como todas as nações européias, excetuada a Rússia, prosperaram sem auto-suficiência de petróleo? E nações pequenas, como o Uruguai e a Suíça, também prosperaram sem possuir uma gota de petróleo. O próprio Brasil, sem auto-suficiência de petróleo, operou o chamado milagre brasileiro.

Por que só agora se descobriu que sem assinatura de contratos de risco com trustes estrangeiros o Brasil não poderá prosperar e emancipar-se economicamente? É incompreensível, é inexplicável esse afã em assinaturas de contratos de risco pelo Brasil. Que forças estranhas, misteriosas, estão induzindo nosso país a esse passo perigoso, abrindo-se o território nacional à exploração de petróleo por trustes alienígenas? Contratos de risco e concessão são dois rótulos de um mesmo conteúdo. Na concessão, o concessionário "arrisca-se" a perder dinheiro, se não encontrar petróleo. No contrato de risco, o contratante "arrisca-se" a perder dinheiro, se não encontrar petróleo. Em ambos os casos entregam-se trechos do território pátrio a trustes estrangeiros para a pesquisa e lavra do petróleo.

Reza, entretanto, a Constituição vigente, a Constituição de 1969, a Constituição da Revolução de março: "A pesquisa e lavra do petróleo em território nacional constitui monopólio da União, nos termos da lei". Contratos de risco permitem ou não a trustes estrangeiros "a pesquisa e lavra de petróleo em território nacional"? Se permitem, como de fato permitem, os contratos de risco ferem frontalmente a Constituição vigente.

Alega-se que a Petrobrás não é um fim, é um meio: o fim é a auto-suficiência de petróleo, o meio é a Petrobrás. Portanto, se a Petrobrás não atinge a auto-suficiência de petróleo, deve procurar-se alcançá-la por outros meios, deve entregar-se "a pesquisa e lavra do petróleo" a quem possa atingir a auto-suficiência, deve assinar-se contratos de risco com os trustes estrangeiros.

Não é isso, porém, o que diz a Lei 2004, que criou a Petrobrás, nem é isso o que diz a Constituição vigente. É sofisma portanto afirmar-se que a Petrobrás é um "meio" e não um "fim".

Escreveu Oswaldo Aranha sobre a exploração do Petróleo brasileiro: "Resta para mim unicamente – boa, má ou péssima – a sua exploração pelo Estado" E é isso que a Lei 2004 e a Constituição em vigor determinam, isto é, "boa, má ou péssima sua exploração pelo Estado". De outro modo descumpre-se a lei, fere-se a Constituição, após a grande e longa campanha nacional denominada "O petróleo é nosso". Essa expressão "O petróleo é nosso" provoca frêmitos de desespero nos trustes estrangeiros.

Informam telegramas de Nova York, publicados no *Jornal do Brasil* do dia 12 último: "*The New York Times* publicou notícia de que o Brasil decidira abrir exploração petrolífera em seu território às companhias estrangeiras". Acrescenta o mesmo telegrama: "Peritos das companhias calcularam que, potencialmente, a riqueza petrolífera brasileira pode ser enorme. Destacaram que os meios petrolíferos dos Estados Unidos sempre se interessaram pelos recursos naturais do Brasil e lamentavam não poder participar dos trabalhos da Petrobrás".

Realmente, o Brasil, com o monopólio estatal do petróleo, fechou as portas aos trustes estrangeiros. Tais portas foram agora abertas com os chamados contratos de risco, ferindo-se a Constituição vigente. É, por isso, natural o que afirma o mesmo referido telegrama: "É difícil que os Estados Unidos não reajam favoravelmente às novas facilidades oferecidas pelo governo brasileiro do presidente Geisel".

Reconheço no general Geisel o mais sincero sentimento de patriotismo. Tudo indica que ele foi mal assessorado. Referindo-se à Petrobrás, o general Geisel classificou-a de "minha casa". E disse isso visivelmente emocionado. Seu ato, consentindo na assinatura de contratos de risco, agradou sobretudo às "grandes companhias norte-americanas", como diz o citado telegrama de Nova York. Mas o general Geisel agradará muito mais aos brasileiros se não permitir a assinatura de tais contratos inconstitucionais. Pelo menos deve permitir e estimular entre os brasileiros a livre manifestação do pensamento sobre este magno assunto, pois a Petrobrás não é empresa privada, não é propriedade de partido político algum: é patrimônio de todos os brasileiros. Cumpre-nos, portanto, preservá-la e defendê-la.

Eis porque, confiando no espírito liberal do general Geisel, proponho aos centros acadêmicos, onde nasceu a grande campanha em prol do monopólio estatal do petróleo, a livre manifestação de suas opiniões, tal como ocorreu de 1946 a 1953, isto é, até o glorioso advento da Petrobrás. Minha opinião pessoal é que em vez de se abrir brechas no monopólio da Petrobrás, com assinaturas de contratos de risco, deve estudar-se o monopólio à totalidade do refino, encampando-se as três refinarias particulares ainda existentes, e estender o monopólio à totalidade da distribuição, que é negócio de lucro certo, sem risco algum. Assim a Petrobrás, com esse monopólio total, cumprirá mais rapidamente e melhor sua importantíssima tarefa na emancipação econômica do Brasil.

## *Aranha: "Exploração pelo Estado, a qualquer preço"*

Doutor Mattos Pimenta

I. Não me poderia deixar de surpreender sua *demarche*, aliás generosa e agradável, no sentido de conhecer minha opinião no chamado "caso do petróleo".

II. Deve lembrar-se que como presidente da Liga de Defesa Nacional, quando de sua brilhante conferência ao encerrá-la declarei, em termos claros e incisivos: *"A minha experiência da vida administrativa de nosso país não me permite concordar com qualquer nova concessão a brasileiros e, menos, a estrangeiros, para exploração de riquezas nacionais"*.

III. A nossa Constituição, no art. 153, regula o aproveitamento dos recursos minerais, estabelecendo que a sua exploração por particulares dependerá sempre de autorização ou *concessão federal*; e no artigo 148 estabelece:

"A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros".

IV. A *concessão*, condição *sine qua non* para a exploração por particulares, nacionais ou estrangeiros, foi o objeto de minha condenação e o monopólio, sob as formas comuns, foi mandado reprimir pela nossa lei fundamental. Lógico se torna, pois, que condenando eu a *concessão* e condenando a lei do *monopólio particular*, não são ambas as hipóteses, na minha opinião, admissíveis. Sou contrário a ambas.

V. A conclusão é uma só: ao Estado, unicamente ao Estado, cabe explorar esta riqueza. Não se trata de questão política e menos, ainda, partidária. Não se debate a influência ou preferência desta ou daquela forma de exploração. Não admito a *concessão* e a lei não admite o monopólio.

VI. Resta, pois, o Estado, como o único capaz de pesquisar, extrair, transportar e refinar o nosso petróleo. A distribuição, esta, pode ser restituída ao comércio. As demais etapas da exploração são conjugadas e inseparáveis, uma vez que interdependem e completam-se. É esta, por sua natureza, como a produção em massa, por exemplo, uma atividade de caráter monopolístico da economia contemporânea. Não é possível, como seria desejável, a livre concorrência. A concessão é sempre uma forma de privilégio, maior ou menor. No caso do petróleo, redundaria em monopólio inevitável.

VII. Toda minha formação econômica é liberal, mas reconheço que ela tem de ceder aos imperativos de uma ordem econômica e social não só criada em nossa Constituição, como necessária à nossa segurança e ao nosso bem-estar.

O *monopólio estatal* é a meu ver um mal, salvo quando, como no caso do petróleo, visa evitar um mal maior, qual, através de concessões, da criação de monopólios particulares, condenados pelas leis.

Nestes casos não é a administração pública que se substitui à indústria e ao comércio particulares.

Não é o Estado que se torna comerciante ou industrial. Ele exerce, apenas, uma das suas funções primordiais e imperativas: a da proteção da ordem econômica e social instituída no país. É

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

**O ex-presidente Arthur Bernardes, em artigo publicado em *O Jornal* explica: "O petróleo brasileiro é patrimônio nacional, e dele são também condôminos os nossos descendentes. Não temos o direito de comprometê-lo em falsa partilha com os trustes, de vez que essa partilha importará, antes, entregar-lhes o controle".**

uma função não só constitucional, mas obrigatória e contingente, como todas as demais que dizem, por exemplo, com a manutenção da ordem material e moral, como a policial, a militar, a justicial, a fiscal e a civil.

VIII. Não vou contra o capital estrangeiro, salvo quando ele quer concessões e privilégios sobre o nacional para entrar, permanecer e, depois, sair do país. Se ele quiser cooperar, em igualdade de condições com o nosso, deve submeter-se às condições impostas do nacional. Se, porém, quer privilégios e concessões para, entrando, permanecendo e saindo, sem nunca se nacionalizar, parece-me melhor evitá-lo a atrai-lo.

IX. A minha opinião hoje é, pois, a mesma que anunciei ao encerrar sua conferência na liga: dentro do nosso regime legal não encontro outra solução fora da ação exclusiva do poder público. É dever do governo prever e prevenir a ter amanhã que reprimir e remediar.

Não entro no exame dos múltiplos e complexos problemas da exploração petrolífera em nosso país porque, não admitindo a concessão, resta para mim, unicamente, boa, má ou péssima, a sua exploração pelo Estado.

Do seu, cordialmente,

*Oswaldo Aranha*

# *Mensagem a Mattos Pimenta*

*Congratulamo-nos com o* Jornal de Debates *como pioneiro do grande movimento nacional em defesa do nosso petróleo.*

*Tem sido realmente muito valiosa a contribuição deste jornal e de seu diretor Mattos Pimenta no esclarecimento da opinião pública contra a entrega da indústria do petróleo e das jazidas petrolíferas brasileiras, sob a forma de concessão, aos trustes estrangeiros.*

Jornal de Debates *reconheceu desde o início que petróleo é patrimônio nacional, que não pode ser cedido nem confiado, sob condição alguma, a mão de estranhos, sem prejuízo da defesa militar e da soberania do país, bem como da prosperidade econômica de nosso povo.*

*Trazemos, por isso, ao* Jornal de Debates, *nessa data tão cara a todos os patriotas, nossos aplausos cordiais.*

*Rio, 7/9/1948.*

*Arthur Bernardes*
*Gen. J. C. Horta Barbosa*
*Gen. Raymundo Sampaio*
*Gen. E. Leitão de Carvalho.*

Arthur da Silva Bernardes, político brasileiro, ex-presidente da República, deputado federal nas legislaturas 1946/50 e 1950/54, presidiu a comissão especial sobre o petróleo, e notabilizou-se por sua luta em defesa do monopólio estatal. Os generais Horta Barbosa, Raymundo Sampaio e Leitão de Carvalho participaram ativamente da implantação da Petrobrás.

# Bernardes: "Petróleo é patrimônio nacional"

O petróleo tem, hoje, significação no mundo moderno que só nações atrasadas e povos inferiores consentiram em abrir mão de suas fontes de produção em favor de terceiros.

Petróleo é força como matéria-prima de energia mecânica, e indispensável à defesa da soberania. A luta por sua procura, a generalização do seu uso e o alto valor comercial que adquiriu fizeram dele, nestes últimos tempos, instrumento de política internacional. Só o Brasil não lhe dá ainda a atenção que ele merece.

Lamentamos profundamente o equívoco de alguns dos nossos compatriotas quando fazem restrições à nacionalização de sua indústria, fundados em bases inconsistentes.

Seus argumentos são os de que não temos capital, não temos maquinaria e não temos técnicos. E quando se responde vitoriosamente a esses argumentos, costumam alguns acrescentar que, em última análise, os trustes impediram esses fornecimentos.

Semelhante pessimismo é natural em interessados na concessão, mas impróprio de brasileiros que votem amor filial e desinteressado à sua pátria.

Se todas as nações que industrializaram o petróleo conseguiram o capital, as máquinas e os técnicos, não sabemos por que só o Brasil não conseguiria.

O capital nunca faltou ao nosso país para as suas necessidades, como não lhe faltou mesmo para aplicações de resultados talvez duvidosos. Nossas possibilidades e nossa expanção econômica foram sempre, no curso da história, a melhor garantia dos nossos compromissos financeiros. E se garantia supletória de impostos houve consignada, algumas vezes, em contratos de empréstimo, ela visou mais consolidar a confiança do público no país prestamista, do que assegurar propriamente, o reembolso nas condições e prazos ajustados. De fato o trabalho diuturno de mais de 40 milhões de brasileiro constitui garantia mais que suficiente para o nosso país honrar, a todo tempo, os seus compromissos.

Quanto às dívidas de que venhamos a necessitar para essas despesas no exterior, dispomos de base para um aumento nos vale-ouro e nos impostos sobre mercadoria de exportação, que não são poucas, além do acréscimo em outros tributos, como o de renda e os que incidem sobre objetos de luxo.

Para a finalidade, porém, dessa monta é que não deveremos hesitar, se tanto for preciso, em irmos até em alguma emissão.

Seja, porém, como for, uma nação que, ainda há pouco, acaba de abandonar a uma empresa de capital estrangeiro, empréstimo externo na importância de US$ 90 milhões (cerca de Cr$ 1800 bilhão) não deve ser considerada nação sem crédito. Nem devemos pôr em dúvida que ela obterá os recursos essenciais à fundação de sua indústria.

E tanto o governo assim o considera, que, no projeto que acompanha a mensagem, reserva aos nacionais a sua melhor parte, ou seja: 60% desse capital. Esse fato contradiz de frente a errônea alegação ou deixa de manifesto que não há preocupação de poder o capital vir a falhar.

Poder-se-á, quando muito, objetar que os 60% não serão chamados de uma só vez, mas paulatinamente, ao que se pode também replicar que, inicialmente, a indústria prescindirá de grande e cara maquinaria, própria para a larga produção, visto ser ela sujeita a crescimento gradativo e exigir, nos primeiros tempos, máquinas de menor custo.

As indústrias, como os corpos organizados, não sujeitas, por um fenômeno natural, a ritmo de crescimento, segundo o qual se desenvolve do ponto inicial, pequeno para a estrutura mais complexa e adiantada, e, aplicando os primeiros lucros no seu desdobramento, atingem, sem dificuldades, o seu objetivo principal, que é a sua prosperidade. Sobreleva acrescentar que são os lucros resultantes da exploração da indústria, como teremos ensejo de provar, que muito correrão eles para fazer face às despesas com sua montagem. Ninguém, aliás, ignora que essa indústria é sumamente lucrativa, e a luta pela caça do combustível o confirma.

Essas considerações mostram que seria ato de derrotismo insistir na falsa alegação de falta de capital, o qual nunca escasseou para o nosso país, e não é de se esperar que escasseie agora, em se tratando da fundação de indústria de lucros assim certos e garantidos.

É possível que, em represália revidem com ameaça de recusa de empréstimo, em razão de não querermos entregar o nosso combustível. Nessa ameaça, que será possível, mas não provável, não acreditamos, fazendo melhor juízo dos homens de negócio e dos prestamistas, os quais, com ela, assumiriam atitude agressiva, espoliadora e imoral. Se, entretanto, ela se concretizasse, cumpriríamos nosso dever resistindo aos interessados e guardaríamos nossas reservas para aproveitá-las em momento mais oportuno.

Nada perderíamos com esse adiamento, de vez que não se alteraria a nossa situação em face do consumo da gasolina. O Brasil compra e paga atualmente esse combustível ao preço corrente no mercado mundial, e essa situação continuará, ainda que estivessem aprovados os projetos de lei relativos ao petróleo.

Foi assim na Argentina, onde, apesar do petróleo e do consumo serem nacionais, os preços permaneceram altos, e só baixaram quando a nação vizinha passou a explorar por conta própria a sua indústria.

No caso brasileiro uma única diferença se operaria, e era a de que o petróleo passaria gratuitamente, do nosso patrimônio para as mãos dos trustes como régio presente, pois que eles os controlariam pelos meios hábeis, de seu conhecimento e que oportunamente abordaremos.

Fala-se em escassez de gasolina. Se essa apregoada escassez não for um truque para impressionar-nos, melhor será que os interessados facilitem a organização da indústria no Brasil, para que possamos fornecer-lhes o produto, nas mesmas condições em que eles nos fornecem os seus.

Tanto quanto a amizade deva influir nas relações internacionais dos Estados, sem compromisso de seus interesses, como aconselhava em seu discurso de despedida o fundador dos Estados Unidos, temos a declarar que é profunda a nossa simpatia pela grande democracia americana, da qual devemos esperar que a sua política de boa vizinhança não se transmude em anestésico para expansões imperialistas.

O petróleo brasileiro é patrimônio nacional, e dele são também condôminos os nossos descendentes. Não temos o direito de comprometê-lo em falsa partilha com os trustes, de vez que essa partilha importará, antes, entregar-lhes o controle do ouro negro, dados os processos usuais na vida das sociedades e firmas comerciais. É também assunto que pretendemos esclarecer de modo concluente e definitivo.

Examinemos, por último, outra ameaça, segundo a qual receiam que nos tomem pela força o petróleo. Consideramos irrisório esse receio. Nenhuma nação pensará nesse ato agressivo, e confessamos, de público, que não admitimos sequer a hipótese, que assumiria a feição de rapinagem e seria imprópria dos dias difíceis que todos vivemos. De resto, ele só serviria pra transformar bons amigos em inimigos declarados.

Quanto a técnicos se não os possuímos, supriremos sua falta contratando-os, provisoriamente, no exterior, como se faz comumente. Eles existem e se formaram nos países em que se pratica a indústria. É questão de querer procurá-los, para encontrá-los.

Não consta que nações petrolíferas tenham deixado de explorar a indústria por falta de especialistas. O que é preciso é que não se crie a lenda, por tratar-se do Brasil.

O mesmo poderá dizer-se no que concerne à aquisição de maquinismos. As fábricas também existem e vivem de produzir para vender. Prejudicariam seu futuro se fizessem exclusivamente a favor de uns, contra outros. Seu principal objetivo é de terem compradores, sobre os quais fundam elas sua prosperidade.

Interessados podem criar-nos momentâneas dificuldades em benefício de seu jogo; mas não serão elas permanentes se houver resistência da outra parte. O ato assumiria caráter de imposição, e, como tal, seria contraproducente, por ser humilhante e irritante.

Confiemos um pouco mais em nós mesmos. "Querer é poder". Seremos, por acaso, o último dos povos da terra? Sejamos otimistas, porque os pessimistas condenam-se ao insucesso.

(transcrito de *O Jornal* de 28/03/48)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

**Círculos conservadores de Buenos Aires insistem em acreditar nos "mecanismos de defesa do organismo nacional" e excluem qualquer possibilidade de uma guerra civil. Mas observadores bem informados respondem que há soluções violentas que não levam à guerra civil.**

# Argentina: a saída, onde está a saída?

Irineu Guimarães

As últimas medidas adotadas pela sra. Maria Estela Martínez de Perón, e o reaparecimento do grupo terrorista de direita AAA (Aliança Anticomunista Argentina), marcaram um perigoso recrudescimento da crise que vem se arrastando há mais de um ano na República Argentina. Há cerca de duas semanas, alguns deputados da oposição me diziam em Buenos Aires que só havia uma saída para a solução pacífica: tirar Isabelita da presidência. Mas é preciso saber que, quando os políticos argentinos falam em *sacar la señora Perón de la Casa de Gobierno*, eles não pensam, de maneira alguma, no recurso à força ou a algum expediente extralegal. Existe em tramitação no Congresso um pedido de "julgamento político" da presidente. Trata-se de um recurso previsto pela Constituição. Se, ao final deste julgamento, houver sentença de "incompetência ou incapacidade" do chefe do governo, será decretada uma espécie de *impeachment* que determinará o afastamento legal da senhora Perón. Assumirá então a presidência, para concluir um mandato que em princípio deverá expirar em maio de 1977, o vice-presidente constitucional, que é no caso Ítalo Lúder, presidente do Senado. Ítalo Lúder é um peronista da velha guarda, que aparentemente tem mais afinidades com os dissidentes do que com os "burocratas" da obediência do antigo ministro do Bem-Estar Social, López Rega, e da própria Isabelita.

Um dos líderes da União Cívica Radical me revelou na ocasião, nos corredores do Congresso, que a solicitação de "julgamento político" contava com o apoio maciço da oposição e até mesmo de uma boa parte dos peronistas dissidentes. Havia uma grande esperança de afastar Isabelita sem ferir as instituições.

Tudo leva a crer que as esperanças da oposição eram um tanto ingênuas. Na realidade, Isabelita procedeu a uma reforma ministerial apressada, que descontentou a nação inteira, e não ocorreu nada daquilo que se previa. Para melhor compreender a confusa situação argentina, é preciso, antes de tudo, conhecer alguns elementos-chave que, para os estrangeiros, parecem bastante estranhos.

Em primeiro lugar, por mais que os argentinos se declarem peronistas, há que se entender que o peronismo não é um partido político organizado e bem estruturado. O "justicialismo" é um movimento bastante vago em sua definição, que arregimenta, dentro de suas diferentes áreas, as mais diferentes faixas de população, desde o proletário urbano até os representantes da *ganadería* e do latifúndio. Neste contexto de indefinição, os mais influentes são sempre aqueles que estão mais perto da fonte de poder, isto é, os "burocratas", os "sindicalistas profissionais", aqueles que nós chamaríamos anacronicamente de "pelegos" e que os argentinos qualificam agora de *gente de la coima*, ou "o pessoal da marreta". Estes pelegos preconizam um justicialismo verticalista, rigidamente hierarquizado, no qual as ordens de cima não podem ser criticadas pela base. O representante mais típico desta tendência verticalista é López Rega, que exerceu sobre o próprio Perón, e sobre sua viúva, uma influência poderosa. López Rega foi afastado do poder, mais deixou seus herdeiros muito bem posicionados. Um deles é seu próprio genro, Lastiri, que até pouco foi o presidente da Câmara dos Deputados.

Felizmente para os artentinos, os verticalistas e os lópezreguistas não são nem os mais numerosos nem os mais inteligentes do movimento justicialista. Mas são certamente os mais inescrupulosos. Dizem os observadores que foram eles que organizaram a força pára-policial que se transformou na Aliança Anticomunista Argentina, responsável por assassinatos e seqüestros de muitos representantes considerados esquerdistas, e por muitos atos de vandalismo político contra jornais, igrejas, sindicatos etc. Depois do afastamento de López Rega e de seus principais colaboradores, no começo do ano passado, os argentinos descobriram com escândalo que havia muita corrupção na *entourage* de Isabelita. Aqui também é necessária

uma observação: o povo argentino, que é certamente o mais conscientizado e o mais instruído da América Latina não tolera a prática da corrupção administrativa. Por mais que se tenham multiplicado as acusações contra Perón neste sentido, as massas populares nunca acreditaram nisto, porque nunca lhes foram dadas provas concretas. Agora não. López Rega foi apanhado com a mão na massa. Isto provocou, entre os próprios peronistas ortodoxos, uma indignação sincera e profunda. Um dos líderes desses ortodoxos na Câmara dos Deputados, Domingos Lópes, que aceitou a função de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias contra Rega, me declarou textualmente: "Sou um líder sindical, e como líder sindical considero que um peronista que prevarica merece um castigo muito mais grave que qualquer corrupto não peronista. Porque um justicialista que engana o povo está cometendo um duplo crime: primeiro o de roubar; segundo , o de roubar sob a coberta do próprio justicialismo". Como resultado da ação pessoal de Domingos Lópes, a cúpula gremial justicialista decidiu punir com a expulsão pura e simples do movimento, independentemente das sanções penais posteriores, os peronistas suspeitos de corrupção.

Entre os homens do gabinete de Isabelita, figuravam alguns elementos considerados *límpios y puros* que gozam da admiração geral. Um deles era o ex-ministro do Interior, Angel Robledo, que fora nomeado no ano passado embaixador da Argentina no Brasil, e que ocupara pouco depois o cargo de ministro das Relações Exteriores. Na pasta do Interior, Robledo infligiu duas derrotas graves aos verticalistas, impedindo a intervenção federal nas províncias de Buenos Aires e de Santa Fé. O governador da província de Buenos Aires havia sido expulso do movimento justicialista sob a acusação entre outras, de ser "um peronista hostil a Isabelita". Robledo alegou que a intervenção federal era da alçada do Congresso e que as dissenções internas de um partido não justificavam uma ação deste tipo. O caso da província de Santa Fé é mais ou menos semelhante. A posição firme de Robledo fez renascer uma expectativa de normalização. Mas quando o ministro do Interior começava a ganhar audiência no seio da população, Isabelita o afastou do governo, juntamente com outros colaboradores, sem nenhuma explicação plausível. Foi uma contra-ofensiva do verticalismo, que festejou sua vitória ameaçando violentamente todos os peronistas heterodoxos das outras tendências. Todos os observadores pensavam que se aproximava o desfecho. Mas esta situação continua durando, sem que haja nenhuma reação.

Para aumentar ainda mais a tensão, Isabel de Perón, sob a influência dos lópezreguistas, acaba de tomar uma decisão propriamente inacreditável: sob pretexto de que a data marcada para as eleições gerais, a saber, 17 de outubro desse ano, é uma data imprópria, pois que nela se comemora o "dia da lealdade", isto é, o dia em que Eva Perón levantou as massas para tirar o "caudilho" da cadeia em 1945 o governo adiou pura e simplesmente o pleito. Para a maioria dos observadores, trata-se de uma provocação suicida. Os ortodoxos estariam pagando para ver. E o que se quer ver no caso, é a reação das forças armadas.

Na realidade tudo gira em torno da atitude das forças armadas, que constitui um dos dados mais difíceis de se explicar da situação argentina. De início, os próprios militares carregam ainda um terrível complexo de culpa provocado por nove anos de fracassos sucessivos, enquanto estiverem no poder. Por outro lado, os políticos de mãos limpas, da escola dos radicais e dos federalistas, têm os pés e as mãos atados pelos "escrúpulos legalistas": qualquer tentativa de golpe de estado seria, a longo prazo, um regresso na ordem institucional. Por isso eles não admitem, nem de longe, a idéia de uma intervenção militar para afastar Isabelita do poder. Mas, por outro lado, o chefe do exército, general Jorge Rafael Videla, homem seco e duro, procura a todo custo manter os militares na área estrita de suas atribuições, que são as "de manter a ordem e a legalidade". Videla teme, entretanto, que mais cedo ou mais tarde a corda arrebente, porque a jovem oficialidade se mostra cada dia mais revoltada diante do caos que ameaça o país. A Argentina, que durante tantos anos foi o país mais próspero do continente, se encontra hoje praticamente falida. Não há investimentos, não se registra o menor aumento de produção, a inflação no ano passado ultrapassou o índice recorde de 300%, e há mais de dois meses que as máquinas da Casa da Moeda imprimem novas cédulas ao ritmo de 24 horas por dia. Em dezembro passado houve uma intentona fracassada na aeronáutica, e Videla recusou uma primeira vez o convite dos rebeldes para que assumisse a presidência. Ele procurou desviar as atenções por uma manobra lateral de eliminação intensiva dos focos de guerrilheiros em Córdoba e em Tucumán. Mas atualmente as manobras dos verticalistas vão acabar acuando as forças armadas num impasse: o caos se agrava, a nação se encontra em estado de paralisia total, a imagem do país no estrangeiro é a mais degradada possível e seu crédito no exterior se encontra no ponto mais baixo de sua história. Segundo os próprios peronistas dissidentes, Isabelita não significa absolutamente nada para os argentinos. Pelo contrário: ela só fez malbaratar a herança política do "líder".

Alguns conservadores mais lúcidos teimam ainda em acreditar nos "mecanismos de defesa do organismo nacional" que excluem qualquer possibilidade de guerra civil. Mas há soluções violentas que não desembocam forçosamente numa guerra civil. E, à medida que se vão passando os dias, diminuem as possibilidades de solução pacífica.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

# NOSSOS QUERIDOS CONFRADES

## Paulo Guerra quer um ministério que faça a política dele
## Quantos políticos italianos a CIA comprou?
## O povo corria atrás de Chagas, mas ele corria mais
## E segundo as colunas, o *jet set* continua badalando

• **O senador Paulo Guerra (Arena, PE), que há alguns anos nos convidou a esfriar a cabeça, metendo-a numa geladeira, agora surpreende os seus raros leitores com mais uma declaração sensacional: "É indispensável uma reforma ministerial, com um objetivo deliberado, o de fazer política".**
**Guerra prova, mais uma vez, ser um homem de estupenda inteligência: ministro de Estado não deve administrar sua pasta, mas entrar firme na política, cabalando votos para figuras como o sr. Paulo Guerra.**

• Marcos de Castro, brilhante colunista esportivo do *Jornal do Brasil*, pede, com indisfarçável aflição, que se faça reviver "o Flamengo dos tricampeonatos, o Flamengo, por exemplo, da musicalidade de Joel, Rubens, Índio, Benitez e Esquerdinha". Ou, lembramos nós, o Flamengo de Valido, Zizinho, Pirilo, Perácio e Vevé, ou, ainda, de Valido, Valdemar, Leônidas, Gonzales e Jarbas, linhas que tinham a mesma musicalidade de que fala o colunista e por trás delas craques do talento de Domingos da Guia, Fausto dos Santos, Válter Goulart, Arcádio Lopez, Modesto Bria, Hermínio de Brito, Jaime de Almeida, Jurandir Correia dos Santos, Jadir-Dequinha-Jordan, ou, ainda, o inesquecível Sinforiano Garcia.

• O Estado de S. Paulo **informa que a Itália quer saber do honrado presidente Gerald Ford a verdade sobre os investimentos da CIA na Itália. Já se sabe que o fabuloso serviço de informações dos EUA gastou, na Itália, US$ 75 milhões com políticos dispostos a combater o** perigo comunista. **Citam-se casos concretos: a CIA** molhou a mão **de dois líderes influentes do Partido Democrata-Cristão da Itália: o ministro Andreotti e o** Signor **Carlo Donato Cattin, que a partir daí passaram a combater o comunismo com muito mais denodo e convicção. Como se vê, a CIA corrompe o mundo inteiro – a se julgar pelos telegramas. Por que não há dados sobre as atividades da generosa agência no Brasil? Seria uma delícia de** show **sabermos alguns nomes de aquinhoados com dólares para combater a** hidra vermelha.

• O medíocre sr. Chagas Freitas – o pior governador da história do Rio de Janeiro – continua pedindo que rolem as cabeças dos seus adversários. Chagas é infatigável *dedo-duro* e deveria integrar as fileiras da Arena e não do MDB. A sua morfologia não enganou jamais. Por isso, uma manhã, em 1963, um grupo de jornalistas, em frente à Delegacia Regional do Trabalho, no Rio de Janeiro, contemplou-o com uma corrida pelas ruas da Esplanada do Castelo (com o povo atrás), gritando para o inominável personagem: *Pega, ladrão, pega, ladrão*! E o inominável corria em desespero, de terno branco, sapato de duas cores e a calva luzindo ao sol.

• As *Folhas de S. Paulo* (que estão lutando para melhorar cada vez mais, contratando, além de Alberto Dines e Newton Carlos, Paulo Francis e Osvaldo Peralva) informam que passageiros revoltados com o atraso de trens depredaram a estação ferroviária de Mauá, na região industrial do ABC paulista. A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí promete punições – não contra quem mantém os trens nesse estado deplorável, mas contra os usuários que depredaram a estação, irritados porque perderiam um dia de trabalho que lhes vale, no máximo, em geral, vinte cruzeiros.

• **O ministro Mário Henrique Simonsen, bom cantor de ópera, homem de fino trato e de outros hábitos encantadores, contesta** *Le Monde*: **a economia brasileira está em franca expansão, ao contrário do que diz o jornal francês. Estamos com Simonsen, mas tememos que o general Ernesto Geisel – tão pessimista em seus últimos discursos – não esteja com ele. Quanto à expansão econômica, realmente, pensando melhor, ficamos com** *Le Monde*. **Os negócios estão caindo por toda a parte e os preços disparam em sua escalada vertiginosa. Só não aumenta o preço dos suspensórios, comprados por apenas três brasileiros (o que não impede que integre os índices de aferição do custo de vida): Juscelino Kubitschek, Gilberto Marinho e Prudente de Morais, neto.**

• *O Globo*, jornal de extrema bravura no apoio aos governantes do dia, dá razão a Simonsen. Não há razão para desespero. Para Roberto Marinho, as coisas vão muito bem. Ele é o rei da imprensa, do rádio e da televisão. Só não lhe foi possível dominar os cemitérios, no que foi impedido por uma maldade do então governador Carlos Lacerda.

• Apesar do otimismo de *alguns* setores oficiais, o sr. Cid Sampaio, ex-governador de Pernambuco, se derrama numa matéria-paga distribuída aos grandes jornais afirmando que a economia açucareira está em crise. Como a cafeeira e como a petrolífera. Como a ferroviária e como o mercado de capitais. O sr. Sampaio não é homem de inteligência invulgar, mas entende de negócios. O açúcar está em crise, tornando a vida do brasileiro ainda mais amarga. O que não impede que a Copersucar pague um salário de US$ 100 mil mensais ao simpaticíssimo Emerson Fittipaldi para chegar em penúltimo lugar na disputa automobilística do Grande Prêmio Brasil, versão 1976.

• O ministro Dirceu Nogueira, dos Transportes, disse a *O Estado de S. Paulo* que as restrições às importações poderão prejudicar o Programa Ferroviário 1976/79. O ministro disse que não poderá mais anunciar os prazos para a conclusão de obras consideradas difíceis.

Resta saber como o Ministério dos Transportes obterá os recursos – agora da ordem de Cr$ 68 bilhões – para executar os seus projetos mais importantes, tendo em vista principalmente a escassez de recursos externos. Mas o ministro Mário Henrique Simonsen diz que vai tudo bem – este ano. E não no ano que vem.

• O Globo **publica a carta do senador Benjamim Farah ao senador Ernani do Amaral Peixoto em que ele trai mais uma vez seus companheiros de jornada. Farah, velho carreirista político e demagogo inveterado, diz que não acompanhará o sr. Amaral Peixoto para não cindir o partido. (Onde se lê** cindir, **deve-se ler outra coisa. Farah, no duro, quer trair. E traiu.)**

• O ministro Quandt de Oliveira, das Comunicações, faz uma declaração curiosa ao *O Estado de S. Paulo*, dizendo que não disse o que foi dito que ele disse. O comandante Quandt de Oliveira afirmou, a propósito de retransmissões de discursos de líderes do MDB no norte-nordeste: "Eu não disse que as punições, quando necessárias, seriam leves. Afirmei que elas seguirão o seu curso normal, ou seja, a advertência, a suspensão e, em último caso, a cassação da concessão".

O ministro foi bem incisivo, portanto: nada de leveza. Ele vai baixar a marreta em quem se atrever, na campanha eleitoral, a fazer oposição.

• Já a conhecida sra. Lígia Maria Lessa Bastos acha que a situação da Arena é dolorosa no Rio de Janeiro e anunciou que vai contar tudo ao general Ernesto Geisel. "O quadro a ser pintado é desolador", diz Madame Lessa Bastos. É isso mesmo. A jogada é *entregar* logo o almirante Faria Lima. Como dizem os arenistas: do jeito que as coisas vão, a Arena não elege quatro vereadores na cidade do Rio de Janeiro.

• O *Jornal do Brasil* afirma com pesar que o Rio de Janeiro não está preparado para enfrentar o calor: há um déficit de 70 mil árvores, não há bebedouros públicos e não se encontram banheiros na orla marítima.

Solidarizamo-nos com o pesar do grande jornal. Só que também não há guardas nas ruas, à noite, a iluminação pública nos subúrbios é extremamente deficiente, as ruas estão esburacadas e os jardins estão mal cuidados. Além disso, o tráfego é um dos mais tumultuados do mundo.

• *O Dia*, entre um noticiário de crime e outro de suicídio, informa que o preço do sanduíche de queijo prato vai subir para cinco cruzeiros.

Não há problema. É o vigésimo oitavo aumento autorizado pelo governo este ano. Se tivermos paciência, seremos contemplados com muitos outros, pois "a economia do país está em franca expansão".

• **Carlos Castello Branco, em sua excelente coluna do JB, comenta as disposições belicistas do líder José Bonifácio, da Arena, que está disposto a punir todas as heresias partidárias. Castello escreve: "O líder Bonifácio vem aí, de chicote na mão, pronto a repor a tropa no leito da estrada e ameaçando os renitentes de vencê-los pelo rolo compressor do voto majoritário". Bonifácio prometeu isso na porta da farmácia de Barbacena, onde ele faz ponto durante as férias. E único lugar onde (talvez) o levem a sério.**

• A direção do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico prevê para este ano uma queda no produto nacional bruto do país. Aconselhamos os brilhantes tecnocratas do BNDE a lerem as entrevistas do sr. Mário Henrique Simonsen. Para um não dizer uma coisa – o BNDE – e outro dizer coisa completamente diferente – Simonsen. Os jornais estão aí mesmo, registrando as incessantes falas ministeriais.

• Um célebre colunista social desta praça alude em sua coluna ao *Barbeiro de Sevilha* – como até o Joelmir Betting sabe – foi de Rossini, e não de Verdi. Um conselho ao confrade: antes de dar certas informações, dê uma olhada no *Larousse* ou na *Barsa*. É tão simples! E evita dizer, também, por exemplo, que a Independência do Brasil foi proclamada pelo saudoso Dom Pedro II e não por Dom Pedro I.

• **Gerald Ford anunciou um aumento de 6,5% no produto nacional bruto dos Estados Unidos. Outras coisas aumentaram no mesmo ritmo nos EUA. Um exemplo: a criminalidade, que aumentou em 8,3 por cento.**
**Informação exata é informação exata!**

• O deputado Rui Santos (Arena, Bahia) insiste em que a imprensa deve ter menos liberdade. O sr. Santos é um homem admirável. Gordo e atarracado como um sapo (sem estrelas para namorar), com um olhar sem brilho e uma retórica de menor brilho ainda, o sr. Santos nada fez em seus 25 anos de vida parlamentar, a não ser colocar sob suspeitas as contagens de algumas votações parlamentares. A imprensa realmente goza de uma liberdade imerecida: inclusive por poder transcrever declarações de Rui Santos – que talvez por engano tenha nascido na Bahia de Rui, de Castro Alves e Dorival Caimi.

• Ibrahim Sued informa em sua instrutiva coluna de *O Globo*, em corpo oito, mas com título em corpo 14, caixa alta, que Catherine Deneuve lhe prometeu uma entrevista para o programa de televisão, *Fantástico*. Sued não esconde sua emoção. Nem nós, a nossa. Realmente será uma coisa fantástica. A inteligência de ambos justifica uma previsão otimista.

Não falhe, Catherine, não falhe!

• **Deus está ao nosso lado, sem dúvida. Teresa de Souza Campos alugou uma casa em Itaipava; o Julinho Rego, que é um amor de rapaz, comprou uma caixa de** champagne **francesa; a sra. Josefina Jordan vai inaugurar uma nova casa e já anunciou que importará faisões da França; Válter Moreira Sales teve um pouco de dor de cabeça devido ao calor, mas, graças a Deus, está completamente curado e já pode voltar a jogar golfe; Didu de Souza Campos muda diariamente a rosa que traz à lapela do paletó. Lemos todas essas notícias nas colunas sociais. E ficamos retemperados. Afinal, por que se falar tanto em miséria, em déficit, em inflação, em assaltos, em mortalidade infantil etc? A vida está aí mesmo para quem sabe vivê-la. Quem não sabe não deve queixar-se. Que vá direto para o fundo dos infernos.**

• O Botafogo elegeu um presidente maravilhoso: Charles Borer, irmão do velho inspetor da DOPS, Cecil Borer. Outro elemento da diretoria é o sr. Brandão Filho, também ex-membro (e ex-diretor) da DOPS. Por que não elegeram, também, o inspetor Vasconcelos, outro de brilhante tradição na DOPS? O *Jornal dos Esportes*, em sua edição de 27/1/1976, disse que Borer vai mudar muita coisa no Departamento de Futebol do Botafogo. Os jogadores que se acautelem. Borer tem uma empresa de vigilância policial e por certo vai querer imprimir sua marca no clube. Certo, João Saldanha?

• *O Dia* informa, numa mesma edição (26/1/1976), a ocorrência de três crimes de morte, oito assaltos e três suicídios. É a crise social em plena efervescência, embora numa foto retocada Miro Teixeira mostre o seu mimoso focinho com um olhar de felicidade.

NOGUEIRA DA CRUZ

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

# *A magna carta brasileira*

## Otto Lara Resende escreve em *O Globo*: "num país que abomina a correspondência, terra de ambigüidades, o dr. Sobral se ergue como monumento de coerência"

O dr. Sobral vem de um tempo antigo e provavelmente mais nítido. Vem da República Velha. Um presidente da República tinha um perfil histórico. Epitácio Pessoa podia escrever *Pela Verdade*, com inabalável convicção os tenentes de 1922 tinham certezas absolutas, definitivas. Já se tinha feito a Revolução de Outubro, em 1917, na Rússia dos czares, mas no Brasil o dilema era entre saber se as cartas de Arthur Bernardes eram falsas ou verdadeiras. Eram falsas – diziam os bernardistas, como disse o futuro. Mas Juarez Távora tem dúvida. E dizem que até hoje Eduardo Gomes também hesita sobre a falsidade das cartas , apesar de tudo que ocorreu depois, apesar de ter-se encontrado no mesmo palanque e nas mesmas urnas, em 1945, com Arthur Bernardes. Este eu conheci ao vivo, de perto. Trazia aquele mesmo perfil histórico, de *pince-nez*. desde a Velha República. Como se fosse talhado numa moeda. Era um homem firme, rígido, de convicções. Um varão da República. A imensa vaia da patuleia, os apelidos, a arruaça carioca – nada abalava a autoridade do severo mineiro de Viçosa e do Caraça.

O dr. Sobral lutava pela ordem, pelas instituições, na defesa das autoridades constituídas. Não tinha dúvidas. Não devia ter. A distância, aquele tempo se esbate como numa fotografia velha. Mas, simultaneamente, há traços que parecem mais vincados. Os valores gritavam em alto-relevo. A década de 20 era assim. A opinião pública circulava nos jornais, nas esquinas, na Rua do Ouvidor. Faziam-se *várias* no *Jornal do Comércio* e davam-se bengaladas na avenida. Ou tiros na porta do Jockey Club. Os homens de bem usavam bengalas. Os canalhas ofereciam o lombo às bengaladas. Eram castigos exemplares, sem meios-tons.

O dr. Sobral respira até hoje esse clima de certezas. Num terreno movediço e duvidoso como a política, ele sempre soube escolher segundo suas convicções. Nunca foi um político. Foi sempre um advogado. E um cidadão. Todos os direitos que ele reclama fluem diretamente da cidadania. Deitam raízes no sentimento republicano. Num credo que, mesmo invisível, é de uma cintilante nitidez.

A revista de Jackson Figueredo, fundada em 1922, chamou-se *A Ordem*. Jackson, forte personalidade de um grupo de homens em que se inclui o dr. Sobral, usava a palavra *reação* num contexto distinto do de hoje, com sentido semanticamente diverso. Era um pascaliano, um reacionário. E um nacionalista. Também o nacionalismo estava emoldurado de forma diferente. Tanto quanto as pasquinadas molecamente irritadas de Antônio Torres, o nacionalismo da época queria a lei dos dois terços, queria brasileiros na pesca e exec rava, com um gosto remoto e emboaba, os portugueses instalados entre nós, no comércio, nos bancos, na imprensa.

Como militante religioso, o dr. Sobral, sem ter sido um convertido como Jackson ou o dr. Alceu, foi sempre um fiel. Um cristão. Um católico praticante, destemido. É da sua fé inteiriça, granítica, que vem a inspiração cívica com que ele, advogado, simples cidadão, reivindicou sempre o direito de intervir na vida pública de seu país. O dever de estar presente, de testemunhar.

Houve a primeira fase, na República Velha. O dr. Sobral era um esteio da ordem bernardista, sob uma República que ainda cheirava a conselheiros do Segundo Reinado. Atuou na linha de frente. O país dividia-se, rachado, maniqueísta. As cartas ou eram falsas ou não eram. No charco, as rãs coaxavam. Eis a questão. O resto ia pelo mesmo diapasão. E assim continuou sob a presidência Washington Luís, outro varão ínclito, impertérrito. E carcomido, segundo o ângulo do observador e juiz. Teimoso, no círculo de fogo de suas verdades. As atas falsas, o bico de pena, o reconhecimento de poderes, nada disto empanava as figuras históricas que encarnavam a autoridade, impregnavam as instituições e mantinham a ordem pública. Sem embargo, houve os dois 5 de julho, juvenis, buliçosos. E houve 1930, uma espécie de ebulição de um país oculto, submerso, sonolento. O velho figurino republicano arrebentou as costuras. Já não comportava a nova realidade. A multidão dos plebeus.

Nesses anos 30 o dr. Sobral vive uma segunda fase, fortalece o vinco de sua personalidade pública, granjeia respeito. Anticomunista, combate 1935, atua na Liga Eleitoral Católica, esgrima com a Aliança Nacional Libertadora. Procura influir e certamente influi. O regime da Constituição de 1934 dura pouco. O dr. Sobral, que vinha de antes de 1930, que tinha ficado contra a Revolução de Outubro, a nossa, tupiniquim e caudilhesca, opõe-se ao golpe de estado de 37. A cena internacional e a paisagem brasileira oferecem-lhe o contexto indispensável à sua afirmação de espadachim. Fustiga o Estado Novo. Passa pitos no ministro da Guerra. Dá coques epistolares desassombrados em quem bem entende. É uma espécie de Ombudsman por nomeação própria, nesta turbulenta latitude tropical. É possível que tenha ficado para trás o tempo das bengaladas. Mas numa época em que, entre nós, só se torturava o estilo, o dr. Sobral firma a sua legenda e carteia incansavelmente. A Clevelândia fica longe, na Amazônia. É discutível.

Num país que abomina a correspondência, execra o compromisso escrito, numa terra de ambigüidades, de meias-verdades, no país do jeitinho e do pistolão, o dr. Sobral, mesmo sem querer, ergue-se sobre seus pés como um monumento de coerência, de retidão, de força moral. Antecipa o pedestal e a estátua. Protesta contra os abusos do arbítrio. Enfrenta a polícia. Tudo na sua policiada linguagem, que tem nervo, energia, pode ser antiquada e solene, mas nunca é descomposta. Sua linguagem não absorveu a modernidade de 1922. Nem as piadas do Oswald de Andrade. O Brasil de chacota do Murilo Mendes é outro. O dr. Sobral fala numa língua cerimoniosa e ritual mesmo da descompostura. É sério. Cumpre um dever de cidadão. E como advogado é de um desprendimento ilibado. É por essa época que, homem da ordem, católico de uma igreja ainda quase trancada para a questão social, apesar de Leão XIII e de tudo mais, o dr. Sobral aceita defender o capitão Luís Carlos Prestes. O antigo tenente, agora convertido ao marxismo e chefe do Partido Comunista Brasileiro, este também fundado em 1922. Ano marcante, 1922. Ano do centenário da Independência. Só por isto Ruy Barbosa manteve acesa a sua chama até 1923. Entre tantas coisas importantes, um evento pessoal: de puro susto, eu nasci em 1922. E imediatamente vagi que as cartas eram falsas. Não se podia alimentar dúvida nem no berço.

Invocando a lei de proteção aos animais para remover Henry Berger e assegurar a Prestes tratamento humano, o dr. Sobral se agiganta. Num país de molezas, de doçuras, de deixar-estar-para-ver-como-é-que-fica., de baba-de-moça e de papo-de-anjo, o dr. Sobral é um compêndio cívico de carne e osso. Sua vida é didática, pedagógica, magistral. Opõe-se ao Getúlio, afronta o Tribunal de Segurança Nacional, clama contra a justiça de exceção, investe viril contra a censura à imprensa. É uma presença, com toques quixotescos. Todo sol. Sem sombras. Sem penumbra. Suas cartas correm o país. Até 1945, quando cai a ditadura, devolve-se a liberdade à imprensa, restaura-se o estado de direito com a Constituição de 1946.

É uma nova fase do Brasil e para o seu inseparável companheiro de vigilias cívicas, o dr. Sobral. Suas cartas vêm a público. Carta é pessoal e intransferível. É confidência. Não para o dr. Sobral, o inconfidente. Suas cartas são abertas, violáveis. Num tempo em que se espiona correspondência por motivo fiscal ou político, as cartas do dr. Sobral são sigilosas, proibidas – suprema violação. Seus discursos são ditos em voz alta. Ele participa do Centro Dom Vital, como sempre. A Ação Católica vai entrando num crepúsculo. Mas surge um pequeno clube como a Resistência Democrática. O dr. Sobral não quer mandatos, nem cabe em qualquer partido. É um patrimônio público. Está acima e fora dos partidos. O advogado de causas perdidas, de réus indefesos. Bate com a sua bengala de castão de ouro de lei à porta do Supremo Tribunal Federal. O Supremo gostaria de tê-lo, quem sabe? Seria uma forma de disciplinar o vulcão, enquadrar o jurista que vive e sonha mais com a justiça do que com o direito. Mas ele não quer o Supremo. Está motivado para tudo que lhe pareça justo, correto. Tudo que é claro, num mundo de lusco-fusco, onde até a luz excessiva do trópico ofusca, quando não cega. Pouco importa que, uma vez ou outra, sua atitude coincida com causas ou personalidades discutíveis. O dr. Sobral não persegue meios nem fins. Tem princípios e deles não abre mão. Se a carta é falsa, ele o diz com todas as letras. E o diz em carta autêntica e aberta, estendendo a mão leal ao adversário, com intimorato respeito às autoridades constituídas. Sob a sua capa de matador, é possível que se tenham abrigado um ou outro fariseu, com uma pequena bandeira de interesse ou de contingência. Mas o dr. Sobral só hasteia a grande bandeira. Escreve em voz alta. Num país fundado por uma carta, que ficou perdida tantos anos, e que tão premonitória e brasileiramente puxava o saco do rei e pedia emprego para o genro do seu autor, Pero Vaz de Caminha, o dr. Sobral teima em fundar uma nação, usando o mesmo meio pobre, que é o instrumento epistolar. Seu meio de comunicação é postal, na era das comunicações de massa. Um ou outro jornal, quando coincide, ou quando há crise, divulga a sentença límpida do dr. Sobral. Ele não hesita em alinhar-se com o governo, com os generais, ou com o ministro da Guerra, quando sua posição o empura para esse alinhamento. Em 1955, desembainha a espada da legalidade. Com a mesma convicção cavalheiresca com que, sob o Bernardes, repudiou as cartas falsas e se pôs, cidadão, soldado, a serviço da ordem.

É mais ou menos a partir daí que surge mais uma, a mais recente fase na vida pública do dr. Sobral. Ele vai opor-se a qualquer ruptura da legalidade. Em 64, está com as instituições. Em seguida, sob a presidência Castelo Branco, sua voz alteia, suas

# *A democracia foi adiada?*

## Em editorial na *Folha de S. Paulo*, Alberto Dines escreve que um país não se desenvolve só na base de índices e taxas. "Um povo sem conteúdo, sem idéias, sem crenças, fica vagando faminto para sempre"

Há lapsos positivos. Como aquele por nós cometido, recentemente, em outra página, ao chamar o parlamentar e escritor baiano Rui Santos (Arena) de deputado. É senador, mas o equívoco de mandato denota uma avaliação inconsciente da sua atuação, pois o veterano político está num desempenho à altura de um neófito edil de Xique-Xique.

Agora sai-se o ilustre senador com uma declaração de que "democracia plena em país pobre é loucura". E, como se não bastasse este atentado à inteligência, prossegue ele, segundo despacho de Brasília de um matutino carioca, dizendo que a democracia plena ocorrerá quando o produto interno bruto, os salários e o aumento da produção atingirem níveis nos quais haja uma situação de bem-estar coletivo completo. E por aí vai nosso estadista e intelectual cometendo outros barbarismos em doutrina econômica e política.

Trata-se da mais nova aquisição do clube dos tecnocratas e do fã-clube das ciências exatas, entidades falidas com o esboroamento do "milagre brasileiro". Infelizmente Rui Santos não é o único a assim pensar. Ele reflete o pensamento dominante em nossa cúpula política. E como em matéria de idéias o Brasil é um circuito fechado – as poucas que aparecem vão sendo usadas e abusadas até ficarem desgastadas num processo de canibalismo intelectual ou "boomerang" cultural.

O que o insigne político baiano esquece é que democracia não se decreta, não se impõe, liberdade institucionalizada em sistema não pode ocorrer da noite para o dia. Ela é um treino, um exercício, uma preparação. É uma vocação inalienável do ser humano aperfeiçoada num convívio diário e total. Democracia não é apenas um calendário eleitoral e instituições, mas um comportamento que se adquire em paciente aprendizado. Adiar a democracia é torná-la um pastiche no futuro.

Como é que se pode adiar o restabelecimento da democracia até que o PIB o permita, se o próprio crescimento do PIB está intimamente conectado com a valorização intrínseca do homem que só ocorre em regimes evoluídos, isto é, democracias plenas?

Um país não se desenvolve só na base de índices e taxas. Cresce na base de valores. Um povo sem conteúdo, sem idéias, sem crenças, sem um sonho nacional, fica vagando faminto para sempre. Pois sair da pobreza pressupõe sair da indigência espiritual e esta encontra nos regimes não-democráticos o campo de cultura ideal para proliferar. Os livros do ilustre legislador, por melhores que tenham sido suas vendas, não devem ter ultrapassado a modesta casa dos 5 mil exemplares, não porque sejam ruins ou caros, mas porque o nosso mercado de livros ficou reduzido a este modestíssimo contigente graças à censura e ao arbítrio castradores de todos os estímulos à vida cultural e artística.

O senador Rui Santos, eleito num processo democrático por gente pobre mas consciente do valor dos seus representantes, tem um compromisso permanente com o sistema que o elevou à câmara alta. Se não acredita em democracia, que devolva seu mandato. Será um gesto elevado de um homem coerente, ainda que totalitário.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

cartas circulam, gritam, protestam, clamam, inflamam. O regime iria prolongar-se, desembocar em novas crises e em novos atos institucionais, em mais cassações. O dr. Sobral, em Brasília, acaba preso. É arrastado para a prisão. Literalmente arrastado. E na prisão sua voz tem o mesmo timbre didático e moral. Ele prega aos carcereiros. Prega aos companheiros de prisão. Sabe o que quer. Conhece a sua ordem. É um homem de convicções inabaláveis. Fulgente.

A partir daí, por motivos óbvios, a presença do dr. Sobral se esbate. Ele chega aos 80 anos, mas não é o peso dos anos, ou dos sofrimentos, que o acabrunha. Seu perfil foi ficando antigo, à passagem das Repúblicas. Sua cabeleira branca contrasta com sua roupa preta. É um dos poucos homens que, sobre ter cabeça, também tem chapéu, no Brasil de hoje. Anda nas ruas com desenvoltura. Recusa novos hábitos, ditos de segurança. Quando lhe pedem que se identifique, vibra de cólera: quem é o biltre que ousa pedir-lhe credenciais? Ele é um cidadão com direitos escritos numa lei invisível, sob a proteção cívica de uma República que transcende as efêmeras constituições e os aparentemente inarredáveis atos institucionais. O dr. Sobral sabe o que diz, conhece o seu lugar. E escreve tudo sem rebuços. Como o apóstolo Paulo. Suas cartas inesgotáveis não cessam. Escreve mais do que todos os brasileiros juntos. Epistolarmente, ele funda uma nação. Pela força moral, pela encarniçada obstinação dos princípios, ele ergue, como Platão, a sua República. Será, por ora, uma República de cartas. De cartas verdadeiras, singelamente verdadeiras, respeitosas, francas, em voz alta. Mas é uma República epistolar. Ele não conspira, não cochicha, não conhece ações de *underground*. Sobe à tribuna. Assoma. Ergue a pena. Fala. Prega. Vocifera. Esse homem de preto, que só conhece a segurança dos seus direitos e dos seus deveres, é um profeta, numa época em que "segurança" significa um carro cheio de sujeitos malencarados e armados até os dentes. Esse homem só, destemido, temerário, convicto, que cada derrota dos fatos torna mais exaltado e mais cheio de fé, esse homem continua as suas epístolas, como um apóstolo que se perdeu, ou melhor, do que se perderam os que deviam ouvi-lo. A sua orgulhosa solidão parece depor sobre o acerto de suas atitudes.

Há pouco tempo, dei com ele na rua São José. Ele tinha na pasta um monte de papéis. Eram cartas, agora multiplicadas pelo xérox. Acabava de chamar à ordem um chefe militar, que, a seu ver, teria cometido uma infidelidade, a propósito da FEB na Itália. Eu tinha pressa. Ele também devia ter. Mas o encontro absorveu-nos. Ele queria exibir-me a carta, as cartas. Como há 50, como há 60 anos, a República consumia o seu sono, o seu sonho e o seu delírio. De repente, diante de uma banca de jornais, começou a soprar um vento mau e sujo. O dr. Sobral pousou a pasta num tamborete do jornaleiro, que o olhava com espanto. Aproximou-se um velhinho mirrado, antigo oficial. E eis que a ventania arrancou as cartas do dr. Sobral e dispersou-as pela calçada, pela rua. Saímos a juntá-las, eu de catacavaco, lutando contra a lufada. Quando me despedi, levei comigo algumas cópias de um debate que não termina nunca, da eterna controvérsia dos homens sobre o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau. Saí meio perplexo, apressado. Mas não pude deixar de refletir, com uma ponta de *humor*, que na era dos prodigiosos meios de comunicação de massa o dr. Sobral tem no vento o seu cooperador, o seu único órgão de divulgação. Suas cartas invioláveis. Moinhos de vento. Cartas ao vento. Já não há "várias", nem bengalas. O mundo mudou muito, o Brasil mudou. E ao mesmo tempo nada muda. Esta não é a República dos nossos sonhos, como disseram todos os republicanos, desde o primeiro momento. Nenhuma República é ideal. Nenhuma será inteiramente verdadeira. Mas a República epistolar do dr. Sobral tem essa vantagem: é indomável, intocável, inconsútil. Paulinamente epistolar. Exemplar, num país que precisa de exemplos. O dr. Sobral é um cidadão. Talvez, por enquanto, só da Cidade de Deus. Para sempre, só da Utopia. Suas certezas, porém, dobram os céticos e abalam os divergentes. Sua solidão é hoje quase um puxão de orelhas no Brasil, contudo fagueiro, sem sentimento de culpa. Sua fé é límpida. Seus princípios são os mesmos. Bem observado, esse homem, responsável pela segurança nacional, investido ninguém sabe como da honra nacional, esse advogado pertinaz e aguerrido talvez tenha passado toda a vida escrevendo cartas de amor. À sua pátria. À República dos seus sonhos. E nem pelo fato de o amor do correspondente não ter sido correspondido, seu ânimo se abate. O amor contrariado virou paixão. O dr. Sobral é uma testemunha e num tribunal, um dia, não sei aonde, sua voz vai altear-se histórica para ser ouvida. Heráclito Fontoura de Sobral Pinto. Seu nome retórico tremula como flâmula. Ele pede a palavra. Pega na pena, senta e escreve. É mais uma carta. Sua correspondência não acaba nunca. O monte de suas cartas, como o Pico da Bandeira, é um dos pontos mais altos do Brasil.

# *Mitificação da ciência é arma contra o homem*

## O físico Roberto Salmeron diz ao *JB* que é necessário reforçar a formação científica no ensino médio

"A mitificação da ciência, que a isola num círculo de poder amedrontador, é uma arma que está sendo usada contra o homem", afirmou ontem o físico brasileiro Roberto Salmeron durante o III Simpósio Nacional de Ensino de Física, quando defendeu o reforço da formação científica no ensino médio "com a mesma ênfase que se dá à formação humanística".

O professor Roberto Salmeron, que trabalha atualmente no Centro Nacional de Pesquisa Científica e na Escola Politécnica de Paris e há quatro anos não vinha ao Brasil, iniciou ontem um curso sobre *Aspectos Atuais da Física de Partículas Elementares*, dentro do programa do simpósio, que conta com cerca de 500 participantes e se estenderá até sexta-feira. Os debates estão sendo realizados no Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

"O ensino de nível médio é a etapa decisiva na formação científica, pois é nessa fase que o aluno aprende a pensar, adquire o hábito de estudo e assimila os conceitos básicos. O ensino universitário depende muito da formação no nível secundário, onde a aprendizagem deve-se basear em atividade de pesquisa, porque a física é essencialmente uma ciência experimental".

O professor Salmeron advertiu: "Ainda que as universidades estejam equipadas de laboratórios, com todos os recursos, se a pesquisa não for básica, não teremos nem formação nem resultados científicos".

O professor francês Pierre Lucie, que há 30 anos trabalha no Brasil, iniciou curso sobre *A Evolução do Pensamento Científico*, defendendo o ensino da ciência como "uma necessidade, pois ela nos ensina a não ter otimismos delirantes, ela nos mantém sempre com os pés no chão".

Destacando o papel da ciência, que "aguça nosso espírito crítico e autocrítico", o professor Pierre Lucie afirmou: "O cientista procura trabalhar dentro de parâmetros relevantes e está treinado para refutar toda uma linha de trabalho, se a realidade negar seu modelo. A ampliação desse comportamento de trabalho, sua aplicação a outros setores de atividade, é cada vez mais uma necessidade"

Lamentando a falta de filmes e outros recursos visuais no ensino da física, o prof. Rodolfo Caniato, da Universidade Estadual de Campinas, citou os casos dos filmes realizados com verbas do Instituto Nacional do Cinema, que fica com o original e os negativos, "sendo uma verdadeira batalha vencer a burocracia do empréstimo".

A necessidade de equipamentos didáticos nacionais também foi debatida ontem durante o simpósio.

# *Teotônio lamenta a defesa do AI-5*

## Em entrevista ao *JB*, o senador alagoano assegura que o sistema continua determinado a encontrar uma solução para o estado de direito.

"A Arena aprovou a estruração do estado de direito com ânimo de tornar essa meta o estandarte do partido. Em vez disso, corre-se atrás do AI-5 para aplaudi-lo indiscriminadamente e inclusive com a disposição mítica de se lhe dar em sacrifício o próprio sangue, esquecendo-se que o ato, embora instrumento legal da revolução, não é um postulado do partido".

Esta declaração foi formulada, ontem, em seu gabinete, do senador Teotônio Villela (Arena-AL), no curso de uma entrevista a respeito da situação nacional. Acrescentou que lhe pareceu um sinal alentador a aprovação do novo programa do partido, que "não parece muito inclinado a segui-lo, antes prefere bordejá-lo".

Observou o sr. Teotônio Villela que, no âmbito político, "onde o medo serve de travesseiro, coberta e colchão, verifico que a acusação mais constante ao político é a de que não sabe o que quer".

– Essa ocorrência mais se acentua com a transferência do poder de decisão para uma esfera que escapa à intimidade da ação política tradicional, ou seja, da ação política no regime de normalidade democrática. Entre esta e a dominante ação do sistema, existe a mesma diferença que separa o AI-5 do texto constitucional – acrescentou.

A vida partidária, segundo o senador, reflete, assim como o AI-5, o pensamento da vida revolucionária concentrada no sistema: – Não tem luz própria, não tem luz solar, como diria mestre Prudente de Morais, neto mas luz lunar. A condição de satélite importa na deformação da figura do político. Estou consciente disso, mas não me impede de apelar para a autonomia real.

Acentuou que "a provação de prerrogativas conduz naturalmente à inutilidade da função, mas desde que a função existe no pressuposto de revitalizar-se, torna-se lícito, mesmo sendo um sonho, cultivar a idéia e lutar por ela".

Observa o sr. Teotônio Vilela que "permanece a indistinção entre o instrumento eminentemente revolucionário e o instrumental eminentemente partidário":

– Se se criou este, já existindo aquele, não foi para que tocasse a mesma música, mas para que entoasse outra de acordo com a sua finalidade e o ambiente. O partido é um aliado do governo porque o governo se propõe a integrar a revolução, mediante seus propósitos jurídicos, sociológicos e filosóficos, ao sistema democrático de viver do mundo ocidental.

– Só há razão de ser da Arena – continuou – depois da convenção de setembro passado, dentro dessa concepção. Toda a essencialidade do seu conteúdo de vida encontra-se na letra do programa em vigor. Daí porque a nota de aplauso à aplicação recente do AI-5, que não precisa de incentivo mas de discrição, pela própria natureza de sua excepcionalidade, soa como estarrecedora ressurreição da *emmunis opinio doctorum* que, ao tempo de Teodósio II e, no nosso direito, em casos tratados pelas condenações filipinas, tinham força de lei.

– O que se admite – observou – é que o sistema revolucionário continua determinado, através da existência dos partidos políticos, a encontrar uma solução respeitável, dentro dos padrões democráticos, de compatibilizar a revolução como o estado de direito.

Daí porque considera que o destino do partido "teria que ser a defesa de tudo quanto pode favorecer a consistência doutrinária, cabendo aos órgãos de proteção da ordem social a iniciativa de providências contra aqueles que atentam contra os objetivos democráticos da revolução.

Há, portanto, duas frentes distintas, mas com a mesma finalidade: a operação política em busca do estado de direito que compete especialmente à vida partidária, e a operação revolucionária de combate à subversão e outros sintomas de comprometimento da honorabilidade do poder, que compete privativamente ao sistema – assinalou.

As duas operações, aparentemente com táticas diferentes – disse o senador alagoano – orientam-se intimamente, como julgo que deve ser, no rumo da ordenação da liberdade, a primeira como o estandarte da institucionalização do regime democrático e a segunda garantindo a marcha do estandarte com firmeza e de ação. Se cada uma delas cumprir satisfatoriamente a sua tarefa, com o compromisso de uma assimilar os propósitos da outra, não pode haver dúvida no esforço comum de vencer a fase de transição que ambas almejam.

Cabe ao presidente da República – afirmou – como chefe da nação e do sistema, controlar a marcha desse movimento, que deve ser sincrônico, exigindo de cada operação que cumpra o seu dever no espaço que lhe é distintamente reservado e no tempo que, em comum, necessitarem para a confluência dos seus altos propósitos.

– Julgo que esse deve ser o estado de convencionamento de quem sente a necessidade de colaborar na solução do impasse político que vivemos. Aqui e ali verificam-se entraves numa e noutra operação. Coibir os excessos é função especial do presidente da República e, para tanto, as decisões nutrem-se de razões que só a razão do arbítrio explica. Não adianta contestar o arbítrio, por ser arbítrio, nem a labareda por ser ardente. Nem um nem outra são responsáveis pela queimadura que venham a provocar – disse, ainda, o parlamentar alagoano.

– Vamos procurar as origens do fogo que gerou tanto um quanto a outra – aconselha o sr. Teotônio Villela. Isso é o que fundamentalmente importa para evitar um incêndio maior. E neste mister, do meu modo de ver, quem mais se empenha ainda é o presidente Geisel, no delicado comando das duas operações, principalmente depois de uma escaramuça imperiosa, o que se pede é o equilíbrio do movimento.

– Não há como pensar na aventura perigosa de se manter um estado de guerra, quando é possível tentar a paz com robustos elementos de sucesso. Por isso mesmo, considero válida a campanha pela democracia e subsistente a intenção presidencial no sentido da normalidade política – concluiu.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

**Neste artigo, cuja primeira parte publicamos aqui, o economista Antônio Barros de Castro indaga sobre as perspectivas da economia dos Estados Unidos. Para ele, a aceleração inflacionária, bem como o aguçamento das tensões indicavam que a euforia era insustentável.**

# A crise econômica norte-americana -1

Num livro lançado em 1962, e hoje praticamente esquecido, Myrdal fazia um balanço sombrio da evolução norte-americana no pós-guerra. "Em resumidas contas a taxa média de crescimento anual durante o decênio que terminou em 1962 fica bastante por baixo de 3% ao ano." E o que é mais, "não observo sinal algum que pareça indicar que a economia norte-americana seja capaz por si mesma – isto é, como resultado das forças presentemente ativas em tal economia, incluída a política governamental – de escapar a essa *rotina*". A "relativa estagnação norte-americana" contrasta "não só com a URSS e os demais países comunistas da Europa, mas também (com) a maioria dos países ocidentais e o Japão, (que) experimentaram uma expansão econômica rápida e relativamente estável". As razões do lento instável crescimento norte-americano residem, para o autor, na política econômica aplicada no país, ou melhor e literalmente, "a queixa que se pode formular em relação aos EUA é, por conseguinte, a de que ficaram para trás na aplicação dos novos conhecimentos que temos de como induzir o progresso econômico e na decisão por nós adotada de aplicar estes conhecimentos em nosso proveito" ([1]).

Justamente à época em que Myrdal publicava seu livro, verificavam-se, no entanto, importantes mudanças na condução da política econômica norte-americana – o que não parece ser percebido pelo autor. Mudariam os métodos e sobretudo a intensidade com que o Estado atuava sobre a economia. Simultaneamente, tinha início um período de expansão sem precedentes na história norte-americana. Contrastemos, ainda que sumariamente, os dois períodos, pois isto nos fornecerá subsídios para a análise posterior.

No imediato pós-guerra, foi lançado nos EUA uma vigorosa campanha contra a presença do Estado na economia norte-americana. Associações patronais, imprensa e teóricos conservadores faziam coro, e um dos alvos prediletos era o "dragão" da política fiscal keynesiana ([2]). A luta foi indiscutivelmente ganha pelos conservadores e, conseqüência disto, tolhida a ação do Estado, que voltava a guiar-se por preceitos típicos dos anos anteriores à Grande Depressão. Não haveria qualquer forma de planificação nos EUA, e o orçamento seria usado como instrumento de controle *quantitativo* da ação do setor público, importando, fundamentalmente, que a soma dos gastos fosse igualada ao total da arrecadação. As variações da receita tributária basicamente caberia, de forma *automática*, conter os auges e arrefecer as quedas da economia. Estes e outros "estabilizadores endógenos" era tudo quanto restava da revolução keynesiana. Ao que parece, os mecanismos anticíclicos embutidos na economia americana eram de fato capazes de evitar grandes depressões. Certamente, porém, não contribuíam para a expansão econômica a longo prazo ([3]).

## *Reativação política data de Kennedy*

A reativação da política econômica norte-americana a que nos referíamos data da chegada de Kennedy ao poder. A mudança de atitude observada daí por diante levaria o Conselho de Assessores Econômicos a proclamar, em 1965, o advento de uma "nova era". Oficialmente a transformação era associada à adoção de princípios keynesianos. "No que concerne a Eisenhower e seu gabinete, a teoria geral poderia não ter sido nunca escrita" – diria triunfante um keynesiano, comentando a guinada da política econômica norte-americana ([4]). Em sua versão norte-americana, porém, o keynesianismo não se limitaria à busca do pleno emprego: ao invés de um papel "corretivo", a política econômica teria uma função "propulsora" do crescimento ([5]).

De 1962 a 69 a economia norte-americana atravessaria o mais intenso e prolongado período expansivo de sua história.

## *Economia novamente estimulada em 1970*

Segundo os paladinos da "nova economia keynesiana", o rápido crescimento, bem como o pleno emprego e a redução das flutuações então alcançados, se explicam pelo emprego da "política fiscal com mais vigor e maior flexibilidade do que antes de 1961" ([6]). Um exame retrospectivo do período mostra, no entanto, que as mais importantes medidas expansionistas consistiram em sucessivas reduções de impostos que, combinadas com crescentes gastos militares, resultaram em repetidos (e também crescentes) déficits fiscais ([7]).

As reduções de impostos têm, em princípio (através da conjugação multiplicador-acelerador), efeitos expansionistas. Assim também, as despesas bélicas feitas a descoberto (financiadas com déficit) dilatam a demanda com que se defronta a economia. Longe, porém, de constituir uma nova política econômica, estas medidas consistem fundamentalmente na reprodução (fora do contexto da depressão e da guerra) de práticas tendentes a "inflar" a economia. Além do mais, as reduções de impostos mais importantes, solicitadas na fase de retomada, só vieram em 1964-65, quando não eram mais necessárias. Os gastos militares, de sua parte, não foram em nenhum sentido controlados ou programados. As despesas com o Vietnã, em particular, cresceram como uma bola de neve de 64 a 68 – e, ainda que quisesse, Johnson não lograria elevar os impostos para financiar uma guerra cada vez mais impopular. Conseqüência disto, no ano fiscal de 1968 (1º de julho de 1967 a 30 de junho de 68), o governo federal incorreria em gigantesco déficit, injetando assim volumosa soma de recursos numa economia, movendo-se a pleno vapor! Uma "política" que toma corpo através de tais medidas – não obstante estimule a economia e pressione no sentido do "pleno emprego" ([8]) – constitui, de fato, uma desordenada seqüência de estímulos ao mundo dos negócios. Keynes continuava sendo evocado, é válido supor, para legitimar (desinibir) a atuação dos poderes públicos ou, mais precisamente, para facilitar "a aceitação do déficit público como um respeitável instrumento de política econômica" ([9]).

A verdadeira motivação da guinada expansionista encontra-se, a nosso ver, em outra parte: ela deve ser entendida, preliminarmente, como reação de uma potência hegemônica que começa a sentir-se ameaçada. Resumindo: o revigoramento da política econômica parte do trauma que atinge as classes dominantes norte-americanas, ao se tornar patente a rápida perda de terreno dos EUA para seus aliados e sobretudo para a URSS. A tomada de consciência do declínio talvez possa mesmo ser datada: ela surge com o choque produzido pela primeira façanha soviética no espaço em 1957 ([10]). A atitude dos soviéticos, que passam a definir metas de equiparação e superação dos norte americanos – política oficializada por Kruschev em seu discurso de encerramento do XXII Congresso do PC soviético – forneceria, aliás, fortes argumentos às correntes "renovadoras" dentro dos EUA. Finalmente, e para economizar palavras, a revolução cubana, ao trazer o socialismo às portas do país, viria dramatizar o cenário político norte-americano. Neste contexto, ganharia inusitadas proporções a figura jovial e combativa de Kennedy, que encarna, aos olhos de inúmeros norte-americanos, a aceitação do "desafio soviético". Estavam reunidas as condições para que fossem rompidas as "regras do jogo" reestabelecidas no imediato pós-guerra.

Sem mais meias palavras, o novo secretário do Tesouro declarava, em fins de 1961: "O principal fato da política econômica dos EUA nos anos 60 é o desafio soviético" ([11]). A partir deste momento, o crescimento e a recuperação do terreno perdido tomam o lugar da prudência e do conservadorismo das administrações Eisenhower ([12]).

A importância da política governamental como elemento *deflagrador* e *realimentador* da expansão no período que se abre leva a pensar na ocorrência de um longo "auge sintético", ou seja, de um prolongado "ciclo político", para usar expressões de Kalecki, num penetrante artigo publicado em 1943. O auge propriamente dito duraria cerca de oito anos. A seguir, o retorno à "austeridade" sob Nixon – que se substancia antes de mais nada na drástica redução dos gastos no Vietnã ([13]) – é seguido de uma retração que dura aproximadamente 15 meses. Novamente, contudo, a economia seria vigorosamente estimulada a partir de 1970, dando lugar ao "sobreaquecimento" que acompanha a triunfal reeleição de Nixon em 72. Desta feita o governo acionaria simultaneamente todos os instrumentos expansionistas a seu dispor levando a economia ao paroxismo.

## *A euforia promovida por Richard Nixon*

Recapitulando: o período que se abre com a resposta kennedista ao desafio soviético é reforçado pela política de manteiga e canhões de Johnson e (após um lapso de pouco mais de um ano) culmina com a euforia promovida pelo segundo ano de Nixon. Nada espelha melhor a tônica expansionista adquirida pela ação estatal do que o orçamento federal: de 1945 a 54 foram registrados cinco anos de déficit e cinco anos de superavit, de 1965 a 73 seriam registrados oito déficits e um (modesto) superavit ([14]).

Num artigo recentemente publicado, procurei mostrar a importância dos miniciclos políticos na evolução – e crise – da economia inglesa no pós-guerra ([15]). Cabe, pois, aqui um par de considerações visando a esclarecer em que medida o longo ciclo político norte-americano a que acabamos de nos referir distingue-se do tipo de flutuação observado na Grã-Bretanha. O contraste entre ambos pode ser estabelecido mediante uma sumária recapitulação das peculiaridades da economia inglesa no período.

## *Crescimento visto em dois níveis*

A economia britânica teve, no correr do pós-guerra, um desempenho medíocre, caracterizado por um modesto crescimento, crises recorrentes e – grande vitória em relação à experiência dos anos 20 e 30 – relativo pleno emprego. Não cabe duvidar da natureza marcadamente "política" das flutuações inglesas do pós-guerra: tanto a retomada como a retração vêm sendo comandadas por mudanças de política econômica – daí provindo a expressão pejorativa política de "*stop and go*".

Duas razões igualmente fundamentais faziam com que a retomada da economia inglesa fosse pouco duradoura: a economia encontrava-se permanentemente (mesmo quando em recessão) à beira do pleno emprego ([16]); e a expansão tendia logo a esbarrar com problemas de balança de pagamentos, dada a crônica tendência deficitária da economia inglesa. Nestas circunstâncias, conquanto não se chegasse a enfrentar crises profundas, tampouco havia "fôlego" para a sustentação de amplos movimentos expansivos. Reativada a economia, tornava-se (particularmente) difícil obter mão-de-obra e cresciam desmesuradamente as importações, o que não tardaria a impor revisão da política econômica ([17]). Por último, mas também importante, os movimentos nos dois sentidos foram várias vezes interrompidos por conveniências do partido no poder.

Dadas as características que acabamos de assinalar, as flutuações inglesas do pós-guerra pouco teriam a ver com os ciclos econômicos engendrados pela dinâmica capitalista. O teto da balança de pagamentos era muito baixo, a taxa máxima de desemprego aceitável muito reduzida, sendo ainda freqüentes as reviravoltas ditadas pelo calendário eleitoral. *Contrariamente*, em seu longo movimento expansivo do pós-guerra, a economia norte-americana pôde ignorar (praticamente) os problemas de *balança de pagamentos*, não enfrentou limitações sequer comparáveis no que toca à obtenção de *mão-de-obra* e foi ininterruptamente pressionada "*politicamente*" para cima.

O extraordinário crescimento norte-americano no período aqui focalizado deve, a nosso ver, ser examinado em dois níveis. Primeiramente, é preciso ter em conta os fatores mais imediatamente vinculados à expansão, ou seja, há que atentar para a política sistematicamente expansionista adotada a partir de 1961. A um outro nível de análise, porém, devemos indagar-nos sobre os próprios mecanismos que permitiram que as medidas expansionistas obtivessem tamanho êxito durante tão longo tempo – em flagrante contraste, digamos, com a experiência inglesa. Neste caso, há que abandonar a esfera da política econômica e passar a focalizar mecanismos básicos da acumulação capitalista. Ao encaminhar a análise nesta direção, estaremos reunindo condições para entender o

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

esgotamento do ciclo expansivo iniciado em 1961 e, a seguir, o mergulho da economia americana na presente crise.

Após duas recessões, separadas por um período de lento crescimento, a economia ingressava, em fins de 1961, numa longa fase de firme expansão. De 1961 a 73, produto industrial cresceria a 5% ao ano, taxa substancialmente elevada e não muito inferior aos 6,6% alcançados em média pelos demais países capitalistas industrializados. O desemprego, que, de início, se encontrava acima de 6%, seria reduzido a 3,8% em 1966 e, deste ano até meados de 1969, permaneceria abaixo de 4 por cento. Somente o setor manufatureiro, entre 1961 e 69, elevou de 16 para para 20 milhões o número de seus empregados ([18]).

No mesmo ano em que o desemprego atingia o reduzido índice de 3,8%, a utilização da capacidade instalada do setor manufatureiro chegaria a 91,9 por cento ([19]). Intimamente relacionado com o anterior, de meados dos anos 60 em diante, seria drasticamente reduzido o tradicional superavit em conta corrente da economia norte-americana. Avolumava-se, em conseqüência, o déficit global (tendo em conta os movimentos de capital e os gastos governamentais no exterior) e os Estados Unidos passam a inundar o mercado internacional com dólares ([20]). Finalmente, o índice de preços, que permanecera praticamente inalterado de 1958 a 65, eleva-se firmemente a partir de 1966.

As informações que acabamos de reunir indicam claramente a conveniência da divisão do período 1961-73 em duas etapas, sendo a linha divisória, digamos, o ano de 1966. Estabelecida a separação, vejamos como "jogam" nos dois períodos alguns fatores fundamentais na engrenagem capitalista ([21]).

A tendência ao declínio do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho, observada no conjunto do pós-guerra ([22]), foi claramente interrompida durante a retomada da economia em fins de 1961. De fato, com os preços praticamente estáveis, o produto obtido pelo trabalhador (nas corporações não financeiras) cresceria à elevada média anual de 3,9 por cento ([23]). A explicação deste fenômeno deve ser buscada, basicamente, na mecânica do ciclo econômico.

Inicialmente, à medida em que se absorvia capacidade ociosa tendendo-se ao aproveitamento "ótimo" das instalações, crescia rapidamente o produto por trabalhador. Por volta de 1965, começa

## *Pagamento médio cresceu nos EUA*

a ser sentida uma pressão sobre a capacidade instalada, e daí por diante a expansão deve enfrentar diferentes tipos de problemas. Surgem pontos de estrangulamento, há que disputar e treinar mão-de-obra, e tende a elevar-se a proporção de investimentos na ampliação e construção de estruturas. O ritmo a que cresce a produtividade do trabalho é em conseqüência prejudicado, baixando para cerca de 2,4% ao ano, do início de 1966 a meados de 68, e para 1,3% ao ano daí até o final de 1970.

Não obstante a queda verificada no ritmo de elevação da produtividade, mantinha-se inalterada a acumulação por parte das empresas. Assim, nos anos 1965-69, enquanto aumentava lentamente a produtividade do trabalho, cresceria o capital investido por empregado (no setor manufatureiro) de 24 para 33 mil dólares ([24]). A rápida elevação do "capital" por trabalhador, combinada ao reduzido crescimento da produtividade, *tende* a acarretar a redução da taxa de lucro por unidade de capital. Em outras palavras, como resultado destes movimentos os lucros tendem a ser *diluídos* por uma quantidade proporcionalmente crescente de capital. Tudo depende, porém, da evolução que ao mesmo tempo se observe nos salários.

O pagamento médio por hora de trabalho, durante o período aqui observado, cresceu lentamente nos EUA, quando em contraste com o observado na Europa. Conseqüência disto, a hora de trabalho paga na Alemanha, por exemplo, passa de 25% a mais de 80% do equivalente norte-americano entre 1960 e 73. Aqui também há que ter em conta, no entanto, a atuação de mecanismos cíclicos. Se de 1962 a 65 a remuneração por hora de trabalho crescia a 3,9% ao ano, a partir de 1966 passa a crescer a 6% e

## *Operários tornam-se mais combativos*

mais tarde a mais de 7 por cento ([25]). A elevação dos salários a um ritmo muito superior ao crescimento da produtividade deveria, em princípio, causar um acentuado "*esmagamento*" de lucros na segunda metade dos anos 60. Isto, porém, pode ser em boa medida contornado porque o "aquecimento" da economia facilitava a elevação dos preços dos produtos de maneira a reduzir a alta "real" dos salários. Durante a recessão ocorrida de fins de 1969 a fins de 70, no entanto parece ter sido de fato observado o referido esmagamento.

Se combinarmos agora as tendências à elevação da dose de capital por trabalhador, e ao crescimento dos salários por cima da produtividade, atingimos o cerne do impasse a que chegava a economia norte-americana em fins dos anos 60. A taxa de lucros sobre o capital (antes dos impostos e para as corporações não financeiras) reduz-se, entre 1965 e 1969, de 16% para 9% ao ano ([26]). A aceleração da alta de preços não mais fornecia uma defesa eficaz para os lucros – mas servia, isto sim, para estimular a combatividade dos sindicatos. À medida que avançáva a crise – ainda latente –, ia caindo a capacidade de autofinanciamento das empresas. A conseqüência mais grave para a economia norte-americana não tardaria a surgir a partir de 1970, os investimentos manufatureiros tenderiam a declinar em termos reais (descontada a inflação) ([27]).

O que precede refere-se genericamente ao conjunto das corporações não financeiras. Uma análise detida da questão deveria, contudo, introduzir certas distinções. Antes de mais nada, haveria que apartar aqueles setores que têm revelado elevado dinamismo tecnológico. Além disto, caberia tratar separadamente a produção orientada para os organismos de "defesa", que se guiam por regras distintas das de mercado. Finalmente, haveria que indagar em que medida as empresas multinacionais teriam conseguido proteger sua rentabilidade mediante manipulação de preços e manobras financeiras na esfera internacional. Feitos todos os descontos e admitidas as devidas ressalvas, permanece, no entanto, o fenômeno básico do comportamento cíclico da taxa de lucro nos anos 60: elevação de 11% para 16% entre 1961 e 65 e queda daí por diante até os 9% já mencionados, em 1969.

Por volta de 1968, os sintomas de "sobreaquecimento" da economia eram bastante evidentes. Os trabalhadores, reforçados pelo regime de pleno emprego e percebendo que seus ganhos salariais tendiam a ser devorados pela alta de preços, tornavam-se cada vez mais combativos, tratando de incluir "suas expectativas de altas de preços nas reivindicações salariais" ([28]). As importações subiam em flecha acarretando a perda de fatias do mercado interno de aço, automóveis e inúmeros outros bens para competidores japoneses e europeus. Não obstante, a demanda global continuava a ser inflada por vultuosos déficits fiscais.

Neste contexto, é bem recebida a política de contenção de Nixon, que pode ser sumariamente retratada através das seguintes informações: em 1969, era obtido o primeiro superavit fiscal em muitos anos, seguido de um modesto e indesejado déficit em 1970; neste último ano, os empréstimos comerciais crescem de apenas 4,5%, contra uma média de 9% no quadriênio precedente e 15% no triênio subseqüente ([29]).

A recessão iniciada em meados de 1969 parece ter surpreendido a equipe de Nixon, tanto pela sua intensidade quanto pelo escasso efeito no combate à inflação. De janeiro a dezembro de 1970, o desemprego cresce de 3 para 5 milhões de pessoas. Em meados de 1970, a produção encontrava-se 6,6% abaixo do nível atingido em julho de 1968. Os preços, no entanto, continuavam a subir e sucediam-se importantes greves como as da General Motors e a dos ferroviários – que levaria o presidente a solicitar legislação especial para a repressão de tais movimentos ([30]).

A derrota sofrida nas eleições parlamentares de 1970 parece ter chocado profundamente o presidente, decidido a obter um segundo mandato em 1972. A política de contenção começa a afrouxar e não tardará a ser substituída pôr um programa de expansão "controlada" – com a evolução dos salários e preços supostamente arbitrados pela administração. Ao invés de um efetivo controle de "rendas", o que a administração logra promover, no entanto, é uma decidida retomada dos negócios. Com a oferta monetária e o volume de crédito crescendo aceleradamente (permitindo uma extraordinária expansão do endividamento das empresas e dos consumidores) e o ressurgimento de déficits comparáveis aos de 1968 (no auge da campanha do Vietnã), a economia entra em clima de euforia em 1972.

Aos estímulos no plano interno somava Nixon uma violenta ofensiva internacional, combinando desvalorizações, elevação de tarifas, redução de "ajuda" externa e ruptura do vínculo dólar-ouro. As sucessivas valorizações impostas tanto ao marco como ao iene – combinadas com a explosão salarial que simultaneamente se verificava na Europa e no Japão – permitiriam a recuperação da competitividade de vários setores da economia norte-americana. A conseqüente retomada das exportações viria adicionar novos estímulos à sobreexcitada economia norte-americana. Em meio à febril expansão dos negócios, Nixon declararia: "Eu agora sou keynesiano" ([31]).

## *Começa reversão da política de expansão*

Não é preciso dizer que a improvisada "política de rendas" nixoniana dificilmente poderia ter êxito no combate à inflação. Em 1973, o programa de controle de salários e preços já não é mais que uma sombra do projeto inicial, e os preços sobem agora explosivamente. As empresas se mostrariam "mais rápidas no gatilho": em 1973, o pagamento por hora de trabalho cresceria 8%, enquanto os preços subiam 10% e a produtividade 5%, "o que ajudava o desempenho dos lucros" ([32]). O movimento reivindicacionista, por sua vez, cresceria assustadoramente, traduzindo-se em agudos choques que agora se estendem a novas e novas áreas sociais – ganhando notoriedade as demandas e imposições de diferentes categorias de funcionários municipais e estaduais. Multiplicam-se os casos de atrelamento dos salários à elevação dos preços, enquanto desdobram-se em novas direções as reivindicações dos empregados ([33]).

A aceleração inflacionária, bem como o aguçamento das tensões sociais, estavam a indicar claramente que a euforia Nixon era insustentável. A reversão da política expansionista não era, contudo, admitida pelo presidente. Haviam desaparecido nos EUA as condições que possibilitaram a eficácia da política expansionista dos anos 60, e uma nova política de contenção só faria evidenciar que os EUA haviam inaugurado um novo (e possivelmente mais nefasto) regime de "*stop and go*".

O auge detonado pela política Nixon-Connaly assumiu proporções mundiais. Nunca antes o capitalismo como um todo se expandira com tal solidariedade e tamanho ímpeto. A oferta de diversos produtos primários, no entanto, revelou-se incapaz de atender às necessi-

## *A alta do petróleo aumenta inflação*

dades rapidamente crescentes dos grandes centros industriais. Este fenômeno, combinado com certos acidentes climáticos (por exemplo, a seca na URSS) e reforçado por movimentos especulativos, resultaria na exacerbação da alta dos preços dos produtos primários iniciada em fins dos anos 60. Em vários setores industriais, a elevação dos preços das matérias-primas e a dificuldade de obtenção de mão-de-obra pressionavam claramente no sentido da introdução de novas técnicas. A compressão de lucros verificada nos últimos anos e a elevada taxa de endividamento já atingida impediam, no entanto, inúmeras empresas de lançar-se num efetivo programa de rejuvenescimento tecnológico ([34]).

Neste quadro, a violenta alta de preços do petróleo imposta pela OPEP viria criar novas pressões inflacionárias. Mais que isto, porém, a quadruplicação do preço desta matéria-prima colocaria em questão processos produtivos que se encontram na própria base da estrutura produtiva norte-americana. Novas formas de energia tornavam-se econômicas (ou pelo menos promissoras); empresas do setor químico voltavam a ter em conta o carvão como possível matéria-prima básica; nos meios ligados à siderurgia passava-se a discutir o emprego de gás sintético ou mesmo da energia nuclear.

---

*(1) Gunnar Myrdal.* El reto a la sociedad opulenta, *Fondo de Cultura Económica, pp. 15 e 16. Posições semelhantes à de Myrdal seriam a seguir defendidas por Angus Maddison em Economic Growth in the West e Andrew Shonfield em seu influente* Modern Capitalism.

*(2) Veja-se, por exemplo,* National Association of Manufacturers, *"The American Individual Enterprise System". MC Graw Hill. 1947, e Sidney Alexander, "Oposition to Deficit Spending for The Prevention of Unemployment" in* Income, Employment and Public Policy: Essays in Honor of A. Hansen, *Norton, 1948.*

*(3) Shigeto Tsuru procura mostrar como a recessão de 1953 foi combatida com êxito pela ação dos estabilizadores endógenos de que dispunha a economia norte-americana.* Adonde va el capitalismo?, *pp. 18 e 19. Shonfield, de sua parte, sugere que estes mecanismos eram um entrave à expansão.* Op. cit., *pp. 16 e 17.*

*(4) Michael Stewart,* Keynes and After, *Penguim Books, 1967, p. 283.*

*(5) Ver R. A. Gordon,* The Stability of the U.S. Economy, *pp. 26 e 27, na coletânea "Is the Business Cycle Obsolete?", dirigida por M. Bronfenbrenner: John Willey e Sons, 1969.*

*(6) R. A. Gordon, in Bronfenbrenner, op. cit., p. 27.*

*(7) A administração Kennedy imediatamente após a posse elevou substancialmente os gastos militares. Logo a seguir, criou incentivos fiscais para investimentos e facilitou as cláusulas de amortização de equipamentos. As grandes reduções de impostos, porém, só seriam conseguidas pelo seu hábil sucessor.*

*(8) A campanha do Vietnã foi acompanhada de uma elevação do número de pessoas empregadas pelas Forças Armadas de 2,6 para 3,5 milhões de homens entre 1965 e 68. Ver* The Federal Budget its Impact on the Economy, *edição 1975. p. 25.*

*(9) Shonfield,* op.cit., *p. 357. O que acabamos de dizer refere-se à prática da "nova economia", e não às intenções de alguns de seus idealizadores.*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

*(10) O relatório sobre planejamento nos EUA, publicado pela Comissão de Orçamento em 1963, aponta o "início da era do Sutnik" como o ponto de partida para as novas preocupações com os métodos da ação governamental. Shonfield,* op. cit., *p. 346.*

*(11) Citado por Theodor Prager em* The Political Element in Potswar Economic Growth, *incluído em "Essays to Kalecki", p. 331.*

*(12) À mesma época chegava MC Namara a Washington: seria interessante contrastar suas concepções e real influência com a retórica oficial de inspiração "neokeynesiana"*

*(13) Os gastos com o Vietnã caíram de quase 30 para menos de 20 bilhões de dólares entre os anos fiscais de 1969 e 71.* The Federal Budget, op. cit., *p. 25.*

*(14) "Keynesian chikens come home to roost", editorial de* Monthly Review, *abril de 1974, p. 7.*

*(15) "A crise atual à luz da evolução capitalista do pós-guerra",* in Estudos Cebrap 11.

*(16) Veja-se Charles Kindleberger,* Europe's Postwar Growth, p. 84. *A permanente dificuldade de obter mão-de-obra na Inglaterra decorria basicamente de que as empresas adotaram como norma no pós-guerra não despedir seus empregados nos (breves) períodos recessivos.*

*(17) Postwar Business Cycles in The United* Kingdom, *R.C.O. Mathews, in "Is the business cycle obsolete?", op. cit., pp. 107 e 126-132.*

*(18)* The Conference Board, *"Capital Invested in Manufacture", 1/11/73.*

*(19)* The Economic Report of The President, *fevereiro de 1974, p. 291.*

*(20) Gerald M. Meier,* Problems of World Monetary Order, *pp. 104-110.*

*(21) Alguns dos argumentos a seguir apresentados podem também ser encontrados em "Class Conflict. Keynesian Policies and The Business Cycle", de Raford Boddy e James Crotty,* Monthly Review, *outubro de 1974.*

*(22) Segundo Nordhaus, o crescimento do produto por trabalhador na economia norte-americana foi de 3,11 de 1948 a 55, passando a 2,51 de 1955 a 65, e 1,88 de 1965 a 71. William Nordhaus, "The Recent Productivity Slowdown",* in Brookings Papers on Economic Activity 3, *1972, tabela 4.*

*(23)* The Conference Board, *"Statistical Bulletim", fevereiro de 1974, p. 9.*

*(24)* The Conference Board, *"Capital Invested in Manufacturing", 1/11/73. Nos anos de 1970 e 71, dada a queda do emprego, cresceria ainda mais rapidamente o capital por trabalhador, ultrapassando 45 mil dólares em 1971.*

*(25) "Statistical Bulletim",* op. cit.

*(26) Dados calculados por W. Nordhaus e apresentados por* Business Week, *23/6/75, p. 87.*

*(27) "The rising toll of obsoles cence",* Business Week, *30/11/74. É curioso observar que inúmeras empresas não pareciam se dar conta de que a crescente inflação provocava lucros ilusórios e que seus fundos de depreciação estavam de fato sendo reduzidos.*

*(28)* Economic Report of the President, *1968, p. 19.*

*(29)* The Economic Report of the President, *1974. p. 31.*

*(30) "New Economic Policy in the United States" (1962-71), de Joseph Zrinyi,* in Economia Internazionale. *agosto de 1972.*

*(31) O impacto expansionista da reviravolta nixoniana faz pensar num "passe de mágica". O PNB, que caía ao ritmo de menos 4% no último trimestre de 1970, se expande ao ritmo de 9% no primeiro trimestre de 1971.* The Conference Board, *"Corporates Profits: 'Manufacturing", 1/5/74.*

*(32)* The Conference Board, *"Corporate Profits: Manufacturing", 1/5/74.*

*(33) V., p. ex., a longa reportagem: "Public Employees versus the Cities. What is the price of labor peace when militant unions confront the nation's cities?",* in Business Week, *21/7/75.*

*(34) V., p. ex., "Finding Capital", seqüência de artigos sobre o tema, na edição especial de* Business Week *de 14/9/74.*

# *Ator, profissão desesperança*

**Há algo de comum entre a regulamentação da profissão e a já mais que conhecida morte do teatro. Ambos são temas eternos, sempre atuais: a profissão nunca é regulamentada e o teatro, mal ou bem, sempre acaba sobrevivendo. Há demasiados interesses em jogo, todos sabem disso. Por isso é que os atores de cinema, teatro, televisão, rádio, circo, perderam completamente o sentimento da esperança. Ficou engavetado na mesa de algum grupo de trabalho oficial.**

**O JORNAL DE DEBATES** encomendou-me um artigo polêmico sobre o teatro brasileiro. Enumerei alguns temas:

1) A censura (cujo folclore foi recentemente enriquecido pelo episódio lamentável do assassinado Concurso de Dramaturgia do Rio Grande do Sul);

2) A dramaturgia nacional (onde o escritor – pior para ele se for inédito – encontra-se totalmente desorientado ante os critérios ou proposital *falta de*) determinados pela censura. Que encontra-se totalmente desorientado ante os critérios (ou desastrosa *falta de*) dos empresários. Que vive na dúvida entre ser sorveteiro, vender churros em São Conrado ou escrever peças – as quais morrerão nas mãos de um censor, na falta de ousadia de um empresário ou na sua própria gaveta (a essa hora já repleta de papéis inúteis datilografados em espaço dois);

3) A dificuldade que os grupos enfrentam para se manterem unidos (ver as recentes dissensões ocorridas no Asdrúbal Trouxe o Trombone, no Pão e Circo (*Casamento do Pequeno Burguês*) e no Teatlab (Ayrton Kerensky);

4) A faca de dois gumes (só dois?) que é o teatro na educação (a Lei 5692 vem sendo aplicada mas não há professores habilitados: a secretaria de educação faz cursos para preparar tais professores e, depois, manda-os para casa sem emprego pois não abre concursos para a área de Artes Cênicas):

5) O saco de gatos que é o teatro amador por esse Brasil afora (a filosofia, a política, a politicagem);

6) As picaretagens e as "barbaridades educativas" encontradas em espetáculos infantis (nos dois sentidos) de certos comerciantes que perceberam serem as crianças um mercado rendoso, enorme e eterno.

7) A criação da Funarte (esperanças, expectativas, temores).

Todavia, nenhum tema é mais *quente* que a já mística e legendária regulamentação da profissão. É tão quente que está pelando, queimando as mãos de muita gente com altos interesses comprometidos, e deixando mal vários presidentes da República que, durante suas gestões, prometeram regulamentar a profissão como um presente à classe teatral (presente de Natal, Páscoa, Ano Novo ou de aniversário da Revolução). E saíram do governo; e a classe teatral ficou sem presente; e eles nunca mais falaram no assunto. De vergonha.

Há algo de comum entre a *regulamentação da profissão* e a já mais que conhecida *morte do teatro*. Ambos são temas eternos, sempre atuais: a profissão nunca é regulamentada e o teatro (mal ou bem) sempre acaba sobrevivendo. E, para provar que o tema é mesmo sempre atual podemos citar alguns exemplos recentes. Em fins de 1973, ao inaugurar o Teatro Guaíra, o general Geisel prometeu resolver o problema; no ano passado, ao reinaugurar o Teatro Amazonas, o general Geisel repetiu a promessa; e, dia 24 de janeiro deste ano, no Festival de Cinema de Gramado, no Rio Grande do Sul, o ministro do Trabalho – Arnaldo Prieto – declarou que toda a documentação encontra-se "na mesa do presidente da República". Mais uma vez, os jornais brasileiros publicaram a frase célebre (porque repetida por pessoas tão diferentes em épocas tão diversas): "A profissão será regulamentada!"

Segundo o ministro Arnaldo Prieto, quando o Festival de Gramado estiver sendo realizado novamente – em 1977 – esse problema será coisa do passado. Todavia, talvez seja melhor para o leitor se informar mais sobre o assunto antes de ir acreditando automaticamente nas palavras oficiais. Para começar, a regulamentação não será uma coisa do passado em 1977: ela já é coisa do passado, e de um passado até bem remoto. Segundo pesquisa nos jornais, é de 1824 a primeira voz levantada na defesa desse tema (e notem que, naquela época, ator era considerado marginal mesmo). Mas ele continua marginal até hoje. Quem não conhece Glória Menezes? Pois sua história com o Ministério do Trabalho é recente, grotesca, inacreditável, absurda, curta e grossa. Ela foi tirar uma carteira como atriz e teve que acabar sem o documento. O ministério exigiu que ela, Glória Menezes, fizesse um exame médico na polícia. (Para os mal informados em matéria de prostituição tal exame é o que se exige das meretrizes.) Entretanto, esse é um hábito antigo. Parece-me que o Ministério do Trabalho vem tentando inutilmente – é pena – há vários anos, incrementar o balé no Brasil. Ator, atriz ou prostituta que quisesse obter um registro do ministério era brindado com uma carteira profissional onde a função era bem definida: bailarino(a). Mas nem assim o balé progrediu. E nem diminuiu a prostituição.

Não vamos retornar a 1824, mas citaremos algumas datas marcantes da longa história de um tão penoso processo. Em 1965 já tudo estava terminado: a lei do registro profissional havia sido assinada e, no decreto, davam-se 60 dias a um grupo de trabalho para regulamentá-la. (Esses 60 dias se multiplicaram mais que os peixes do Sermão da Montanha.) Em 1968, um novo projeto feito por uma junta interministerial encontrava-se "na mesa do presidente da República" (nota-se que a frase do ministro Arnaldo Prieto não é tão original assim). E, da mesa presidencial, o projeto incompreensivelmente (será mesmo?) foi simplesmente arquivado. Em novembro de 1972, em visita à Casa dos Artistas, o então presidente Médici prometeu que a regulamentação "sairia brevemente". Em outubro de 1973 o então ministro do Trabalho Júlio Barata reuniu-se em Brasília com representantes dos sindicatos de atores do Rio e de São Paulo: depois de debater o problema durante uma hora, prometeu que a regulamentação "sairia brevemente".

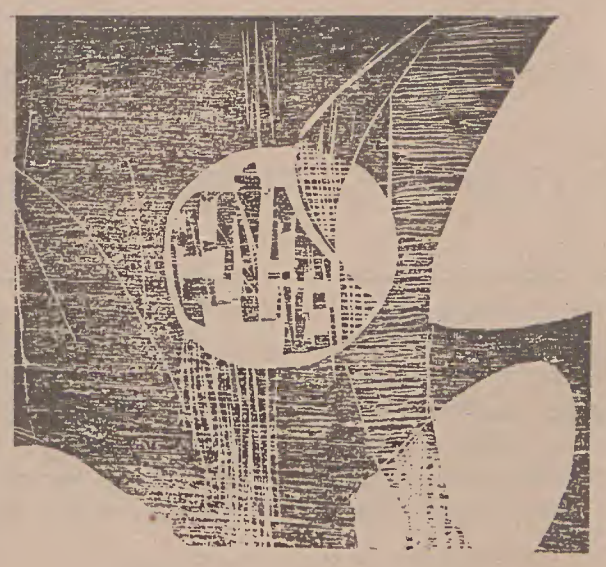
Em dezembro de 1973, o presidente Médici, ao receber Bibi Ferreira no seu gabinete em Brasília, prometeu que "a regulamentação da profissão será um presente de Natal da revolução à classe teatral". Em janeiro de 1974, os jornais noticiaram que a lei já havia sido despachada pelo presidente da República. O palácio do Planalto não desmentiu a informação. Mas, também, não deu mais informação alguma. Nunca mais.

Em 20 de agosto de 1975 os atores do Rio e de São Paulo negaram-se a comemorar o seu dia, alegando que – sem terem uma profissão – não tinham nada a festejar. Em todos os teatros, antes do início da sessão, foi lido um manifesto afirmando que "a ausência de uma regulamentação tem gerado abusos e violências que o descaso e a indiferença pretendem eleger como a praxe, como o normal e o aceitável". Como a classe não tem direito a um salário-mínimo profissional, "as empresas, aproveitando-se dessa falha, têm provocado especulações entre os artistas, forçando a competição pela oportunidade de trabalho e obrigando-os a aceitar salários aviltados e insatisfatórios. Este problema é comum a todos os setores artísticos, como cinema, teatro, gravações em rádio, televisão e comerciais, e não existem segurança e estabilidade mínimas para a remuneração dos serviços contratados, quase sempre da mesma natureza".

O problema não é de fácil solução. Juntar, num mesmo bolo, atividades teatrais, cinematográficas, radiofônicas e de televisão implica em mexer em formas de arte e de comunicação bem diversas. Há demasiados interesses em jogo. Todos sabem disso. O poder econômico vem sabotando a regulamentação com sucesso durante muitos anos. É por isso que, ao tratar o assunto, o tom que mais satisfaz nossos sentimentos é o da ironia. Porque o da esperança já se perdeu em algum grupo de trabalho ou em alguma mesa presidencial. Eu gostaria de ter a alegria de escrever, brevemente, um artigo sobre a lei já em vigor, analisando acertos, incoerências, vitórias e fracassos. Mas o que acho mesmo é que, em 1977, o eterno tema continuará sendo debatido no Festival de Cinema de Gramado...

CLOVIS LEVI

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM



**Sérgio Danilo, um dos fundadores da revista de contos de Minas que formou toda uma geração de ficcionistas, dá um balanço nos movimentos literários mineiros dos últimos anos. Sua conclusão é pessimista. "Os novos escritores de Minas, de uns dez anos para cá, receberam pouco apoio. Assim a turma vai se dispersando. Não resiste ao fascínio da metrópole e foge para o Rio ou S. Paulo."**

# Estória, *dez anos depois*

Acabou o movimento renovador literário em Minas iniciado por suas revistas e suplementos? Em 1975 comemorou-se reservadamente os 10 anos da fundação da revista *Estória* que nasceu na época para divulgar jovens talentos literários, proclamando a existência de uma vanguarda brasileira, para renovar a literatura de ficção.

Nos anos 60 o escritor e historiador Nelson Werneck Sodré na *Revista Civilização Brasileira* opinava: "Em Belo Horizonte existe, em nossos dias, um dos movimentos literários mais sérios do país, apesar de todas as dificuldades que são inumeráveis e grandes no momento, esse movimento começa a revelar valores, com personalidade própria, valores que tendem a afirmar-se. É fácil distinguir quando um movimento ultrapasse a simples coceira literária muito generalizada na adolescência e toma contorno sério abrindo perspectivas. *Estória* é um exemplo de uma revista nova que vai permanecer".

No final de 1975 aparecia também em Minas, depois que o diretor da imprensa oficial determinou uma "mudança de linha editorial" no suplemento Minas Gerais (até então a mais importante folha literária do país) *Protótipo* a revista de escritores marginalizados, uma espécie de continuidade do que *Estória* iniciara em outubro de 1965.

Deve-se a *Estória* o aparecimento nos anos seguintes da geração mineira de novos escritores: Sérgio Santana, Luiz Vilela, Wander Piroli, Roberto Drumond, Luiz Gonzaga Vieira, Wanda Figueiredo, Humberto Werneck, Jaime Prado Gouvêa, Luciene Samor, Duílio Gomes, Moacir Laterza, Gilberto Mansur, Sérgio Danilo, Maria Luiza Ramos, José Márcio Penido e Manoel Lobato.

Os escritores Ildeu Brandão, Afonso Ávila, Murilo Rubião e Fábio Lucas, mais velhos, foram para a geração mineira uma espécie de "apoio sentimental" para que aparecessem dezenas de publicações que tiveram vida curta nos anos 60.

Quando em 1965 um grupo de contistas mineiros resolveu fundar *Estória* não lhes movia a intenção de fundar "panelinhas literárias" o que se buscava era um veículo para a divulgação da produção marginalizada da vanguarda mineira de contistas, uma ficção nova distribuída em publicações esparsas em jornais e suplementos literários brasileiros.

O problema mais sério para editar *Estória* era dinheiro. Problema que se resolveu na época, precariamente, através de um sistema de autofinanciamento, cada autor desembolsando a quantia necessária à publicação de seu conto. As capas eram de papel manilha, com xilogravuras de artistas plásticos mineiros. Tiragens de 2 a 5 mil exemplares, que os autores distribuíam pelo correio para escritores e bibliotecas no Brasil gratuitamente. O grande impulso veio em abril de 1967 quando Luiz Vilela (um dos fundadores da revista) obteve em Brasília o Prêmio Nacional de Ficção do Distrito Federal que projetou a revista como uma publicação trimestral de contos. Daí para a frente, mantendo o mesmo esquema financeiro, a revista foi a cada número, introduzindo e substituindo colaboradores.

## *Problemas de uma geração*

O sistema de autofinanciamento, aberração típica de uma época em que o autor paga para ser editado, punha em risco a continuidade de *Estória*. Um dos colaboradores chegou a desembolsar todo o seu salário para a publicação da revista. Mas os problemas não paravam aí: a seleção do material, tomada de preços nas gráfica, diagramação, supervisão gráfica, correção de provas exigiam de cada membro da revista *Estória* uma assistência permanente, nem sempre possível. Isto sem dizer da distribuição, geralmente mal feita, comprometedora com os objetivos da revista.

A repercussão crítica – pequena como sempre, mas compensadora e vinda de setores honestamente interessados na ficção de vanguarda –, veio confirmar a importância da contribuição desta revista no mundo literário dos anos 60. As discussões em torno do papel que desempenhou *Estória* colocam os problemas de toda uma geração de ficcionistas.

Luiz Gonzaga Vieira (autor de *Aprendiz de Feiticeiro)* e fundador de *Estória:* "A publicação desta revista veio animar um pouco a turma nova de escritores. Mostrou que na província do Brasil e de Minas ainda não há vez para quem quer fazer coisa séria. Dizem que Minas é uma terra de vocações literárias e o mineiro já ficou intoxicado com este chavão, nada mais fazendo a não ser sonhar com essa glória passadiça e sem qualquer eficácia. Os novos escritores mineiros, de uns 10 anos para cá, tiveram pouquíssimo apoio por parte de quem quer que seja. Desse modo a turma vai-se dispersando, não resiste ao fascínio e foge para o Rio ou S. Paulo".

Sérgio Santana (autor de *Notas de Manfredo Rangel,* a respeito de Kremmer) acha que *"Estória* não é somente conseqüência da soma arbitrária de algumas vontades ou da aptidão de certos jovens para a literatura. Ao contrário, o surgimento da revista foi mais um transbordar inadiável (com seus aspectos conscientes e inconscientes) da necessidade de uma geração de afirmar-se através da criação literária. Os pesados ônus da carência financeira foram recompensados pela independência da revista *Estória*, uma das raríssimas publicações do país nos anos 60 onde a liberdade de expressão *teve seu assento".*

*Estória* viveu seis números embora nesta trajetória nomes como Clarice Lispector, Dalton Trevisan, Rubem Fonseca, Nelida Piñon, Ricardo Ramos, Lygia F. Telles tomassem conhecimento da revista e se colocassem à disposição com contos e ajuda financeira para a sobrevivência da revista hoje estudada como "um foco de vanguarda" no Brasil nas universidades européias e norte-americanas.

Os problemas com a censura em 1968, a dispersão dos autores, a falta de apoio financeiro encerraram a atividade criativa de *Estória,* uma publicação discutida nas mesas dos botequins mineiros, nas portas das universidades, nos suplementos literários internacionais e livrarias.

Das dezenas de contos publicados, muitos premiados em concursos como do Paraná, traduzidos em outras publicações mundiais, restaram os seis números presentes em bibliotecas avulsas do Brasil e agora nomes que se projetaram pela via do livro individual.

## ESTÓRIA, DE 1 A 6

ESTÓRIA 1 – Belo Horizonte, outubro de 65, 24 págs. – Capa: xilogravura de Odyla. – Contos de: Luiz Vilela (*Meus Oito Anos*), Fernando Rios (*Conto nº1*), Wanda Figueiredo (*Sonho de Demolir Solidão*), José Renato de Pimentel e Medeiros (*Amigos*), Sérgio Danilo (*A Carne na Cal), Luiz Gonzaga Vieira (Adágio Lamentoso*).

ESTÓRIA 2 – Belo Horizonte, maio de 66, 24 págs. – Capa: xilogravura de Yara Tupinambá. – Desenho de José Renato de Pimentel e Medeiros e xilogravura de Mari'Stella Tristão. – Contos de: Wanda Figueiredo (*Domingo à Tarde*), Luiz Gonzaga Vieira (*Segundo Movimento*), Fernando Rios (*Conto nº 2*), Sérgio Danilo (*Ponto de Interrogação*), Luiz Vilela (*No Bar*).

ESTÓRIA 3 – Belo Horizonte, dezembro de 66, 28 págs. – Capa: xilogravura de Odyla. – Contos de: Del Pietro Luigi Antonio (*Adeus, a Deus as Armas*), Luiz Vilela (*Inferno*), José Renato de Pimentel e Medeiros (*Mulher*), Humberto Werneck (*Vagalume*), José Márcio Penido (*Viegas Neon*).

ESTÓRIA 4 – Revista Literária – publicação Trimestral – *Belo Horizonte, maio de 67, 36 págs. – Capa: xilogravura* de Marisa Werneck. – Contos de: H. D. Carneiro (*A Posse*), Josadac Matos (*Insônia*), Sérgio Sant'Ana (*Reinvenção de Lázaro)*, Lucienne Samôr (*O Ôlho Insano)*, Sérgio Danilo (*O Trajeto)*, Luiz Vilela (*Amanhã eu Volto*), Del Pietro Luigi Antonio (*Triângulo Escaleno ou O Subúrbio da Sombra*), Luiz Gonzaga Vieira (*Noite*).

ESTÓRIA 5 – Revista Literária – Publicação Trimestral – Edição da Livraria do Estudante, Belo Horizonte, s/d (março de 68), 64 págs. – Capa: Getúlio Starling. – Fotos: Maurício Andrés. – Contos de: Lucienne Samôr (*O Rodízio*), Luiz Gonzaga Vieira (*Natal em Família*), Luiz Vilela (*Em Dezembro*), Mauromárcio (*Diálogo*), Sérgio Sant'Anna (*A Luta*), Milton Gontijo (*O Senhor Esteja Convosco)*, Moacir Laterza (*Os Mistérios Gozozos)*, Gilberto Mansur *(Romaria*), José Márcio Penido (*O Fundo*), José Renato (*Mar*), Josadac Matos (*Entre dois Copos e uma Noite de Chuva*), Maria Luiza Ramos e Lucas (*A Dona*), Eid Ribeiro (*Equilíbrio*), Terezinha Azeredo (sem título), Sérgio Danilo (*João Cidadão Livre do Estado de Nariz Imenso*).

ESTÓRIA 6 – Revista Literária – Publicação Trimestral – Edição da Livraria do Estudante, Belo Horizonte, s/d (junho de 68), 64 págs. – Capa: Álvaro Apocalypse. – Ilustrações: Nemer, Madu, Eliana Rangel, Márcio Sampaio. – Editorial. – Contos de: Luiz Vilela (*Uma Namorada*), Josadac Matos (*Das Vontades Irresistíveis*), José Renato Pimentel (*Depois*), Sérgio Sant'Anna (*Vertigem*), José Márcio Penido (*Visgo*), Moacyr Laterza (*Amor Neblina*), Glória Maria Vilhena (*Paternidade*), Sérgio Danilo (*O Intervalo*), Luiz Gonzaga Vieira (*Compromisso*), Duílio Gomes (*Curra*), Walden Carvalho (*A Descoberta*), Jony Bezerra (*A Consciência de Torquato*), Manoel Lobato (*Saudade*).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM

# *Intelectual só pode sentar-se diante da televisão com o aparelho desligado*

**Antônio Bulhões, 50 anos, considerado pela crítica um dos nossos melhores escritores. Diz ele que escreve com extrema lentidão e dificuldade o que até ponto explica sua pequena bagagem literária. *Outubro 65*, livro de viagens, em tiragem limitada, fora do comércio, e *Outra Terra, Outro Mar* (duas edições). No momento, está concluindo outro livro de contos, *Estudos Para a Mão Direita*, que será lançado em breve pela Editora Ficção. Bulhões, um dos primeiros intelectuais brasileiros a trabalhar na televisão foi um pioneiro ao adaptar há 15 anos, *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado, e *Cabocla*, de Ribeiro Couto. Neste depoimento, Bulhões fala de sua experiência na televisão.**

Entrevista a Flávio Pinto Vieira

*Quando, por que e qual foi sua participação na TV brasileira?*

Há 20 anos. Por necessidade financeira. Como adaptador. Nunca escrevi um original para a televisão. Fiz o *script* de *Gabriela*, de Jorge Amado (primeira versão) e *Cabloca*, de Ribeiro Couto (novelas). Também de contos, em espetáculos de 30 a 40 minutos, de Orígenes Lessa, entre outros, e de autores policiais: estes deram uma boa série, na época, sob a direção de Maurício Sherman, intitulada "Minha melhor história de crime". Trabalhei para espetáculos mais longos, não seriados: *O jogador, Crepúsculo dos deuses, O inspetor, Massacre, Sonata a quatro mãos, Um caso de honra, Ministro do supremo,* sei lá. Teatro de Comédias e o Teatro de Equipe, com Heloisa Helena, Paulo Porto, Ribeiro Fortes e Maurício Sherman.

*Qual a relação entre folhetim e novela?*

Ambos, de um modo geral, são ruins. Mas o folhetim era melhor. Pelo menos, sendo impresso, ficava como prova permanente de qualidades e defeitos, o que exigia mais vigilância de autores e chefes de redação. Além disso não se estava na era da comunicação, de modo que os que os faziam e autorizavam preocupavam-se com a linguagem. Diga-se, aliás, a favor do folhetim – talvez citando a exceção que confirma a regra – que o gênero, afinal de contas, produziu as *Memórias, de sargento de milícias*. Das chamadas novelas de televisão não sobrou, até hoje, nada que preste. O que inclui as em que eu colaborei.

*As novelas podem divulgar a boa literatura?*

Em princípio, não. Só na Inglaterra é que vi capítulos da *Saga dos Forsythe*, aceitáveis. As novelas, creio, nunca serão nem divulgarão boa literatura. Admito que poderiam, se os produtores se preocupassem com isso, tornar mais conhecidos certos autores, e ajudar a despertar o interesse dos telespectadores para as obras deles. Admito-o, porém, em teoria. Porque sou muito desconfiado com os telespectadores em geral, e duvido que, em sua maioria, saibam reagir a esse tipo de estímulo. Em todo o caso, devia tentar-se.

*Como devemos julgar as novelas? Por padrões literários?*

Em primeiro lugar, devemos evitar as novelas. Se tivermos mesmo que assistir a elas, não há que pensar em julgá-las. Mas se formos obrigados a fazê-lo, não há que pensar em padrões literários. Na melhor hipótese, poder-se-ia encará-las como expressões mais secundárias ainda do que essa outra banalidade, que é o cinema.

*O que seria uma novela popular?*

Todas o são. Mas nada vezes nada é igual a nada.

*Acha que as novelas suprem um mercado de trabalho cheio de problemas (dos atores) e podem substituir os enlatados?*

Quanto à primeira parte da pergunta, não sei. Há atores que têm sobrevivido com raras aparições na televisão. Houvesse menos novelas talvez tivéssemos mais teatro, e mais trabalho de palco (de melhor qualidade) em oferta. E é preciso não esquecer que os enlatados também constituem mercado, via dublagens. Mas por que a televisão não pode passar sem as novelas e sem os enlatados, ou pelo menos sem tantas novelas e tantos enlatados? No que me diz respeito, aliás, e embora não goste de cinema, ainda acho menos ruim um enlatado bem feito do que uma novela mal feita. A qualidade não está somente no gênero, está em sua realização.

*Mais de 50% do orçamento das duas emissoras principais é dedicado a novelas. Concorda com isso?*

As duas emissoras principais nunca pediram minha opinião a respeito, nem sou acionista ou dirigente de nenhuma delas. Portanto, não tenho que ver com seus orçamentos. Se ganham dinheiro, melhor para elas; se perdem, pior. Acho que, falando francamente, esse assunto não é da minha conta. Como contribuinte, lamento que um serviço concedido o seja para uso tão rasteiro, premiando algumas dentre as mais notáveis mediocridades deste país.

*Qual a posição dos intelectuais, dos escritores em particular, diante da televisão?*

A dos outros, não sei e não me interessa. A que adoto é a de só me sentar defronte do aparelho quando está desligado, quando transmite noticiários ou quando há um jogo decente de futebol para assistir. (As poucas vezes em que fugi a esta norma de conduta, acabei por arrepender-me.) Não posso tomar a sério o desempenho de uma técnica tão maravilhosa, levado a cabo de maneira tão terra-a-terra. Refiro-me, é claro, à televisão comercial, no chamado sistema de mercado – eufemismo economês para significar que um empresário tem o direito de colocar no ar, nos ensolarados domingos de manhã, quando a maioria da população está na praia, esplêndidos concertistas (às vezes interrompidos, em meio a uma brilhante execução, para ceder o passo aos camelôs da pachuchada) e de irradiar, depois do jantar, quando as famílias se dispõem a uma fatia de diversão, programas do gênero de vários dos que tenho tido a desdita de passar por perto. Quanto à televisão utilizada para fins científicos, industriais ou culturais (esta, aliás, raríssima no Brasil), muito a respeito.

*Quais seriam os méritos principais de uma adaptação, para a televisão, de obra literária?*

Em primeiro lugar, não ser feita. Mas, se assim não ocorrer: (a) respeitar os diálogos e as situações da obra adaptada; (b) transformar em imagem o que for narração; e (c) principalmente, não colaborar com o autor. Desculpe a insistência: principalmente, não colaborar com o autor! Adaptação não é transformação ou recriação. E, quando for, deve informar-se disso o telespectador, não tentando embaí-lo. O único aspecto em que o adaptador pode ter liberdade relativa é na fixação do tempo dramático, diferente do livro para a televisão, assim como é diferente da vida para o livro.

*Nos últimos 25 anos, melhorou ou piorou nossa TV?*

Piorou, disparado. No princípio, os abnegados tentaram algo. Lembre-se, por exemplo, o "Grande Teatro", às segundas-feiras. Durou anos a fio, sem patrocínio. Fernanda Montenegro, Sérgio Brito, Fernando Torres e seus companheiros davam um duro danado, ganhavam mal, sacrificavam horas e dias de folga, mas o programa saía, em alto nível. A estação bancava os custos, e isso durou muito, muito tempo. Outra emissora chegou a transmitir em espetáculo creio que de meia hora, um conto (dificílimo) de Carlos Drummond de Andrade (*Moça, flor e telefone*), direitinho como foi escrito. Não o encurtaram nem o espicharam ao sabor das circunstâncias. Pasmem: não lhe acrescentaram nada! (Falo à vontade, porque não fui eu que o adaptei.) E o teatrinho infantil, dominical, excelente, que Fábio Sabag dirigia? A técnica é que era mais pobre. Agora, a situação inverteu-se. Cores lindas, som perfeito, imagem cheia de bossa – para nada. Talento e tecnologia atirados fora. A televisão ficou cínica.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNE CEDEM